FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 102 ★ Nº 34.235 SEGUNDA-FEIRA, 26 DE DEZEMBRO DE 2022 R$ 6,00

Plano de bolsonarista era criar caos em Brasília

O bolsonarista que tentou explodir um caminhão em Brasília disse à polícia que o plano era instalar explosivos em dois lugares para promover o "caos", que levaria a um estado de sítio e consequente intervenção das Forças Armadas.

A programação da posse de Lula será reavaliada após a tentativa de atentado. **Política e Painel A4**

Divulgação

Obra de Judith Lauand

Renda dos mais pobres volta a nível pré-pandemia

Ainda assim, rendimento continua longe do pico nas metrópoles brasileiras

Com o avanço do mercado de trabalho e a trégua da inflação, a renda média dos 40% mais pobres retomou o patamar pré-pandemia nas regiões metropolitanas do Brasil. É o que indica a 11ª edição do Boletim Desigualdade nas Metrópoles.

Mesmo com a melhora, concretizada no terceiro trimestre de 2022, o rendimento dos mais vulneráveis ainda está em torno de 22% abaixo do pico da série iniciada em 2012. Os 40% mais pobres perderam mais rendimento proporcionalmente.

O estudo, que reúne dados de 22 regiões metropolitanas, analisa o comportamento da renda do trabalho em termos reais (corrigida pela inflação). Recursos de outras fontes, como os benefícios sociais, não são considerados nos cálculos.

"Não é exatamente algo a ser comemorado, já que se trata de uma renda ainda muito baixa, mas é um marco em relação ao processo como um todo da pandemia", afirma André Salata, coordenador do levantamento. **Mercado A13**

ENTREVISTA DA 2ª
Timothy Power

Polarização não dá mais espaço a presidente popular

Dificilmente um presidente terá a aprovação de mais de 50% da população em sociedades muito polarizadas como as do Brasil e EUA, avalia Timothy Power, chefe do departamento de Ciências Sociais da Universidade de Oxford, no Reino Unido. **A12**

Gestor Haddad deixou marca e sofreu críticas

Como gestor, o futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), deixou marcas na educação e na cidade de SP. Algumas se consolidaram, como o Prouni e as ruas para pedestres. Outras, como a reformulação do Fies e o táxi preto, revelaram-se problemáticas. **Política A8**

Caminhão encalhado em estrada em Amherst (NY); motoristas estão morrendo congelados em veículos Brendan McDermid/Reuters

mundo A11
Páginas nas redes sociais criam mapas com mistura de sarcasmo e geopolítica

Reprodução

Lygia Maria

De novo o STF excede sua função

O ministro Gilmar Mendes decidiu que o Auxílio Brasil pode ficar fora do teto de gastos. A canetada atenta contra a separação entre os três Poderes. Ninguém que se arvora a defensor moral da democracia pode exaltar ações como a de Gilmar sem cair na hipocrisia. **Opinião A2**

Sob PSDB, saúde em SP fica mais privada

Principal marca da saúde em quase três décadas do PSDB em SP, as organizações sociais de saúde consomem um quarto do orçamento e continuam investigadas. **Cotidiano B1**

Jardiel Carvalho/Folhapress

15 MINUTOS DE IOGA POR DIA FAZEM BEM AO CORAÇÃO

Em São Paulo, a instrutora Val Moreya faz ioga, que melhora a frequência cardíaca e a pressão, segundo estudo canadense que comparou a atividade com alongamento **Equilíbrio B4**

Reprovação ao Congresso diminui, mostra Datafolha

Os atuais deputados federais e senadores registraram melhor avaliação popular nesta reta final de legislatura, mostra pesquisa nacional do Datafolha.

Eleitos na onda antipolítica de 2018, os 594 parlamentares têm o trabalho aprovado por 20% da população, contra rejeição de 26%.

Na última pesquisa do instituto, feita há cinco meses, o índice de ótimo e bom era de apenas 12% e o de ruim e péssimo, 39%.

Os números também são melhores do que os observados nos encerramentos das duas últimas legislaturas, em 2014 e 2018, as mais mal avaliadas. **Política A6**

EDITORIAIS A2

Não é nossa praia
Sobre situação do litoral e atraso no saneamento.

Direção perigosa
A respeito de motoristas que recusam o bafômetro.

Rodízio em SP fica suspenso de hoje até 9 de janeiro

Cotidiano B3

ISSN 1414-5723

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

João Montanaro

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Não é nossa praia

Condições do litoral evidenciam atraso vexatório no saneamento e importância do marco legal

Com seus cerca de 8.000 km de linha costeira, Brasil sempre foi um país de frente para o mar. Quando se trata de viagens de lazer, em especial no verão, o brasileiro sempre pensará primeiro no litoral.

Tal lugar de destaque no imaginário se pode aquilatar pela expressão cotidiana "não é a minha praia", quando alguém pretende indicar falta de gosto ou familiaridade com algo. Ingleses dizem que não é sua xícara de chá; alemães, que não é sua cerveja.

Por aqui, tratamos mal o objeto de predileção. Banhos de mar se tornam mais e mais arriscados, com a piora mensurável da balneabilidade. Segundo levantamento realizado pela **Folha**, nos últimos seis anos nunca foi tão baixo o número de praias limpas.

De novembro de 2021 a outubro de 2022, foram monitorados 1.334 pontos, e só 29% registraram condições próprias para banho em todas as medições. Em campanhas anteriores, o índice ficava em 36%.

Pior, aumentou de 10% para 13% o número de praias ruins, aquelas que permaneceram impróprias entre um quarto e metade das semanas monitoradas.

Não escapam da poluição nem destinos turísticos com a importância de Balneário Camboriú (SC) ou Salvador (BA). A capital baiana não teve nenhuma praia classificada como adequada ao longo do ano inteiro, algo inédito.

Coliformes fecais compõem o mais célebre indicador de má qualidade da água. Eles têm origem mais que conhecida: esgotos despejados em rios e córregos (ou, mais grave, coletados e neles deitados sem tratamento), que cedo ou tarde alcançam o oceano.

Já se disse que o grau de civilização de um país se mede pelas suas penitenciárias, porém caberia dar igual precedência ao critério do saneamento. Não cabe falar em desenvolvimento quando persistem esgotos a céu aberto, espalhando doenças entre os mais pobres.

Para uma nação de renda média, mostra-se vergonhosa a situação do país. A coleta de dejetos domiciliares avança a passos de tartaruga: eram 55% dos brasileiros em 2020 e 55,8% em 2021. Nesse ritmo inaceitável, quase meio século seria necessário para chegar perto de uma universalização.

O marco legal do saneamento básico estabeleceu como meta a universalização já em 2033, apenas uma década à frente. Sem investimentos privados, o Estado jamais logrará, sozinho e em prazo tão estreito, saldar essa a dívida social.

O governo do PT tem quatro anos para provar qual é a sua praia, liderando o país na limpeza sempre adiada do majestoso litoral.

Direção perigosa

Número de motoristas que recusam o bafômetro aumenta, o que não elimina impacto positivo da lei

Dentre as diversas substâncias psicoativas, a nicotina e o álcool são as únicas que têm uso recreativo permitido no Brasil e na maioria dos países do mundo ocidental. Entretanto o consumo legalizado não implica desregulação. A proibição de venda para menores de 18 anos é um exemplo, e a punição para quem dirige bêbado, outro.

Em relação ao último, o brasileiro ainda demonstra uma atitude irresponsável que pode ser fatal. Segundo dados da Polícia Rodoviária Federal, entre janeiro e julho deste ano, motoristas embriagados foram responsáveis por 111 mortos e 2.233 feridos em acidentes nas estradas federais.

A Lei Seca, aprovada em 2008, impôs tolerância zero para a perigosa combinação de álcool e direção — e deu resultados. Entre 2011 e 2022, o número de óbitos caiu 30%.

Uma ferramenta fundamental para a aplicação da lei é o bafômetro, mas muitos motoristas se negam a participar do teste. De acordo com o Detran de São Paulo, em 2022, 47.352 pessoas foram multadas no estado por não assoprarem no aparelho. Um aumento de 6% em relação a 2019.

A postura desses condutores é um direito garantido, de fato. Ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo, o que não significa ausência de punição.

Quem se recusa a fazer o teste recebe multa de quase R$ 3.000 e sete pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH), bem como pode sofrer processo administrativo que leva à suspensão do direito de dirigir por 12 meses.

Trata-se da mesma sanção aplicada quando o bafômetro acusa 0,05 mg/l até 0,33 mg/l de álcool por litro de ar expelido. Já quem é flagrado com mais está sujeito a pena de seis meses a três anos de detenção, multa de R$ 2.934,70 e proibição de dirigir por dois anos.

Os motoristas que se recusam a participar do teste estão fugindo da condenação mais dura, mas ainda serão punidos. Portanto, a lei ainda funciona para desencorajar a imprudência que causa mortes.

Daí a importância da decisão do Supremo Tribunal Federal, em maio deste ano, que manteve a multa e a possibilidade de suspensão da habilitação — contrariando o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que questionou a punição porque a negativa para o teste não comprovaria embriaguez.

Liberdades individuais, nas quais se insere o consumo de psicoativos, são direitos basilares das democracias modernas. Mas, quando o direito de um afeta de forma trágica a vida de outro, faz bem o Estado em interferir com fiscalização rigorosa e punição dentro da lei.

Democrata, mas não muito

Lygia Maria

Eis que o STF excede mais uma vez os limites de suas funções. O ministro Gilmar Mendes decidiu que o Auxílio Brasil pode ficar fora do teto de gastos.

Parte da esquerda apoiou, em tom moralista similar ao do senador Randolfe Rodrigues (Rede): "A miséria humana não pode ser objeto de chantagem". Como se a responsabilidade fiscal não fosse tão importante quanto a responsabilidade social para garantir emprego, renda e inflação controlada, que beneficiam sobretudo os mais pobres.

Mas a cegueira ideológica não acaba aí. A canetada de Gilmar atenta contra um princípio fundamental do Estado de Direito: a separação entre os três Poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário) e suas limitações mútuas.

Quando o filósofo francês Montesquieu elaborou esse conceito, no século 18, o objetivo era conter o absolutismo e eliminar a possibilidade de que qualquer agente ou instituição acumulasse poder e extrapolasse seu uso. Atualmente, a fórmula é seguida por todas as democracias liberais do mundo.

Cada um dos Poderes tem funções internas e um papel defensivo externo. O Legislativo, por exemplo, elabora leis e pode votar impeachment presidencial. O Judiciário interpreta as leis e pode declarar que uma delas é inconstitucional.

Mas o que o STF fez foi legislar. O atrelamento do Auxílio Brasil ao limite de gastos não é inconstitucional. Ou seja, o Judiciário interferiu de forma injustificável nas prerrogativas do Legislativo.

Ministros do Supremo não foram eleitos pelo povo, ao contrário dos parlamentares. Quando o Supremo resolve legislar, está deturpando a base do sistema democrático, que é a expressão da vontade popular.

Aceitar interferências insensatas do Judiciário sobre o Legislativo — por mero interesse político — abre precedentes perigosos para jurisprudência que mina um dos pilares do Estado de Direito. Logo, ninguém que se arvora a defensor moral da democracia pode exaltar ações como a de Gilmar Mendes sem cair na hipocrisia.

Presentes de Natal e Ano Novo

Ana Cristina Rosa

Fim de ano costuma ser uma época de reflexão na qual, em meio a festejos e promessas, muitas vezes nos damos conta de que nossas ambições nem sempre se coadunam com a realidade.

Foi envolta numa atmosfera nostálgica que, às vésperas do Natal, recebi de um amigo uma notícia alvissareira divulgada pela AFP: O primeiro-ministro da Holanda, Mark Rutte, sugeriu que a escravatura seja considerada "crime contra a humanidade". E não ficou por aí.

Apresentou um pedido formal de desculpas pelo papel do país no processo de escravização e anunciou a criação de um Fundo Monetário de Fomento a Iniciativas Antidiscriminatórias, composto por 200 milhões de euros, no Reino dos Países Baixos e suas ex-colônias.

"Não se trata de compensação financeira para todos os danos do passado, mas do adequado financiamento estrutural para neutralizar os efeitos prejudiciais daquele passado no presente." Wow!

Considerando o papel desempenhado pela Holanda no tráfico negreiro, achei a atitude muito animadora — ainda que esteja gerando polêmica, posto que menos de 40% dos holandeses concordam com o raciocínio do primeiro-ministro.

Entre as medidas anunciadas por lá, estão: Promoção do conhecimento quanto aos prejuízos atuais do processo de tráfico transatlântico de pessoas negras; Campanhas de combate ao racismo e à discriminação; e Construção do Museu Nacional da Escravidão, em Amsterdã.

Várias dessas ações podem servir de inspiração para o governo brasileiro, sendo que algumas até já estão previstas na lei 10.639. Não seria espetacular contar com um Fundo Monetário de fomento ao empreendedorismo negro e com um Museu Nacional da Escravização no Brasil?

Parecem ótimas sugestões de presentes de Natal, além de promessas dignas de alimentar a esperança na construção de um novo tempo, a partir de 2023, neste nosso país racista e desigual, que concentra a maior população negra fora da África.

Nomes a percorrer de táxi

Ruy Castro

Em busca de certa informação, colidi outro dia com o nome de um funcionário do Itamaraty na Primeira Guerra Mundial, que dizia ter namorado em Paris a espiã Mata Hari. Se Mata tivesse namorado todos que se gabaram disso, onde acharia tempo para espionar? Mas o melhor era o nome impresso no cartão do sujeito: Luiz Felipe de Florambel Beaurepaire-Rohan Pinto Peixoto. Tomava duas linhas.

Para o crítico Agrippino Grieco, alguns nomes "exigem um táxi para serem percorridos na íntegra". Como o de João do Rio: João Paulo Emilio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto. E o do escritor Alvaro Moreyra? Alvaro Maria da Soledade Pinto da Fonseca Velhinho Rodrigues Moreira da Silva — até ele trocar em cartório todos os sobrenomes pelo y em Moreyra. Perto desses, o nome completo de Olavo Bilac — Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac, um dodecassílabo perfeito — era até modesto. E quem pode se impressionar com os de Antonio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim e Marcus Vinicius da Cruz Mello de Moraes, respectivamente Tom e Vinicius?

Não diante de Gilberto de Lima Azevedo Souza Ferreira Amado de Faria, o temido articulista Gilberto Amado. O de Adalgisa Maria Feliciana Noel Cancela Ferreira Nery, a poeta Adalgisa Nery, que esfarrapava corações nos anos 1930 e 1940. E o de José Geraldo Manuel Germano Correa Vieira Machado Drummond da Costa, o romancista José Geraldo Vieira, autor de "A Mulher Que Fugiu de Sodoma". Hoje esquecidos, eles eram poderosos no século 20.

Conhece Oscar Lorenzo Jacinto de la Imaculada Concepción Teresa Diaz? Era o imortal comediante Oscarito. E quem no Rio não amava o cartunista Lan? Lanfranco Aldo Ricardo Vaselli Cortellini Rossi Rossini. Para não falar em Sócrates — Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de Oliveira.

A que o colunista Telmo Martino apunha um "de Orleans e Bragança", para fazer jus à nobreza do craque.

Lula e o Congresso

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

Celso Furtado foi pioneiro em identificar um padrão nas relações Executivo-Legislativo no país que, rompido sob Bolsonaro, aparentemente reemerge com Lula 3. Em "Obstáculos Políticos ao Crescimento Econômico no Brasil", escrito em 1964 na Universidade Yale, ele identificou um conflito irresolúvel entre o presidente — eleito por um eleitorado modernizante urbano — e um Congresso conservador, comprometido com o status quo.

Instaura-se o conflito porque, "para legitimar-se, o governo tem que operar dentro dos princípios constitucionais. Para corresponder às expectativas da grande maioria que o elegeu, o presidente da República teria que alcançar objetivos que são incompatíveis com as limitações que lhe cria o Congresso dentro das regras do jogo constitucional". O conflito cria para o presidente "a disjuntiva de trair o seu programa ou forçar uma saída não convencional, que pode ser inclusive a renúncia ou o suicídio".

Furtado prenunciou o "dilema da legitimidade dual" analisado por Juan Linz: Legislativo e Executivo detêm mandato popular, mas presidentes minoritários que se enxergam como símbolos da nação buscam unilateralmente impor sua agenda, gerando crises, o que tornaria o presidencialismo constitutivamente instável. Muitos criticaram o argumento, especialmente o suposto de que presidentes não têm também incentivos a cooperar com o Congresso e vice-versa.

Bolsonaro é a melhor prova disso: bloqueado no Congresso e ameaçado de impeachment, acabou montando base parlamentar, o que envolveu uma hiperdelegação legislativa na área orçamentária. Transferiu decisões ministeriais para a maioria congressual e suas lideranças, em um movimento que embutiu também uma estratégia de minimizar sua adesão às práticas que tanto denunciara.

Com Lula 3, velhos personagens de seu partido e ideias envelhecidas reaparecem sobre-representados no governo — sugerindo que Lula, hiperminoritário no Congresso, não parece enxergar sua própria debilidade. Pode-se especular as razões: da prática hegemonista do partido, à polarização e à experiência no cárcere que o levou a premiar "lealdades caninas" mais que considerar a real politik.

Lula 3 foge à descrição de Furtado de líder renovador com agenda reformista enfrentando um congresso arcaico. Na área econômica a agenda é claramente retrógrada. Tampouco recebeu um mandato forte de um eleitorado urbano: sua vitória é produto de uma maioria negativa, de rejeição a Bolsonaro. O cenário pós-transição não é de "crise linziana", de paralisia decisória; a barganha acontece mas é mais aparente que real. Lula desperdiça apoios de quem nunca o havia apoiado antes.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Novos tempos, nova coletividade

Na retomada da normalidade, é urgente a reconstrução do tecido social

Maria Alice Setubal (Neca)
Doutora em psicologia da educação (PUC-SP), socióloga e presidente do Conselho da Fundação Tide Setubal

Ao receber o diploma que oficializou a vitória nas urnas, o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ressaltou: "Democracia, por definição, é o governo do povo, por meio da eleição de seus representantes. Mas precisamos ir além dos dicionários. O povo quer mais do que simplesmente eleger seus representantes, o povo quer participação ativa nas decisões de governo".

É nesse clima de conciliação e de reconstrução pós-fragmentação que o Brasil se prepara para retomar a normalidade democrática em 2023. A aposta é que as novas configurações governamentais iniciadas durante a mais tensa campanha eleitoral da nossa história (como a inédita frente ampla entre partidos tradicionalmente antagônicos) impulsionem também modelos atualizados de participação social, de monitoramento da democracia e, sobretudo, de acompanhamento crítico dos governos.

O fato é que estamos nos reconectando às bases da nossa sólida trajetória democrática das últimas décadas, mas, ao mesmo tempo, experienciando uma nova sociedade fortemente marcada pelos aprendizados recentes. O que vivemos nestes últimos quatro anos pede que atuemos de forma ímpar durante o terceiro mandato de Lula, com características bastante peculiares.

Em primeiro lugar, não podemos ignorar o impacto da pandemia em nossas vidas, que fez emergir da sociedade uma força imensurável, apresentando soluções criativas e potentes, muitas vezes fora do alcance da atuação do governo pela distância dos territórios. As articulações que foram construídas — a despeito dos sinais contrários emitidos pelo governo Jair Bolsonaro (PL) — durante os momentos mais críticos da pandemia certamente serão reconectadas e terão ainda mais êxito quando o diálogo com o poder público voltar a ser prática constante na dinâmica da política brasileira.

Por outro lado, temos (todos nós, cidadãos brasileiros) o enorme desafio de reconstruir o tecido social diante da decepção de parte da sociedade que não se sente representada pelo governo eleito, não se identificando com o campo progressista. A resistência ao diálogo, principalmente após um longo período de "hiperativismo", iniciado em 2013, e a necessidade de um árduo trabalho para renovar as políticas públicas, depois de quatro anos de pouca transparência, demandam uma sociedade civil organizada com um papel de protagonista, não de espectadora.

Durante os quatro anos do governo Bolsonaro, vivemos um período de ameaças diárias à democracia, aos direitos básicos, o que nos exigiu uma forte e coesa resistência. Agora, voltando ao fluxo natural da vida democrática, com as diferenças mais visíveis, precisamos preservar os valores essenciais. Democracia não é consenso; nela, é fundamental que saibamos lidar com os conflitos. É importante entender quais pontos e pautas comuns permitem um caminho de construção compartilhado, mesmo sem concordância na totalidade. Nesse contexto, colocam-se como um dos grandes desafios os diálogos com públicos estratégicos e tão heterogêneos como as juventudes e os evangélicos.

Há 16 anos, a Fundação Tide Setubal atua no enfrentamento das desigualdades socioespaciais, e a premissa de que o território importa norteia o nosso trabalho. Neste momento tão emblemático da nossa história recente, é fundamental que tenhamos condições de construir uma nova forma de diálogo e participação com a presença dos territórios.

As periferias são espaços de concretização das desigualdades de oportunidades, mas são mais que isso: são palco da construção política no cotidiano, de onde emergem as lideranças sociais e as soluções.

É hora de apagarmos as fronteiras e permitirmos trocas reais de construção e participação que nos façam trilhar um caminho para a redução das desigualdades e que nos leve a um país efetivamente mais justo.

> **[...]**
> Democracia não é consenso; nela, é fundamental que saibamos lidar com os conflitos. É importante entender quais pontos e pautas comuns permitem um caminho de construção compartilhado, mesmo sem concordância na totalidade

Uma agenda para o governo Lula

Com participação da sociedade, combate à desigualdade pode ser maior legado

Oded Grajew
Idealizador do Fórum Social Mundial, é presidente emérito do Instituto Ethos e conselheiro do Instituto Cidades Sustentáveis; fundador e ex-presidente da Fundação Abrinq e ex-assessor especial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003)

O Brasil tem uma das maiores economias do mundo. É vergonhoso, portanto, que seja um dos países mais desiguais. Aqui, 5% concentram 95% da renda, e 1% possui metade das riquezas nacionais.

A desigualdade não é apenas econômica e financeira. Ela se desdobra em todas as áreas da sociedade brasileira: social, racial, de gênero, etária, ambiental, alimentar, educacional, de saúde, cultural, habitacional, territorial, de assistência social, política. São muitas desigualdades que se interconectam e se retroalimentam. Sem reduzir as desigualdades, não há a mínima chance de o Brasil se tornar um país decente e desenvolvido — isso sem falar do imperativo moral e ético.

Apesar das várias tentativas ao longo do tempo de diminuir as desigualdades, elas nunca se reduziram de forma permanente e sustentável. Precisamos inovar, promover transformações estruturais que vão às causas, não apenas aos sintomas das desigualdades; de ações permanentes e multissetoriais, envolvendo governos e sociedade, duradouras, indo além dos mandatos dos governantes. O futuro governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deveria:

1. Eleger a redução das desigualdades como a grande prioridade do governo (não apenas reduzir, mas eliminar a fome de forma permanente seria uma consequência da redução da desigualdade alimentar);

2. Criar o Observatório Brasileiro das Desigualdades, selecionando os principais indicadores das desigualdades que precisam ser atacados e acompanhados;

3. Estabelecer metas nacionais e anuais para a melhoria de cada indicador;

4. Envolver todos os ministérios, agências e estatais no combate às desigualdades, assumindo indicadores, metas e planejando ações;

5. Aproveitar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, os conselhos temáticos nacionais e outros espaços para mobilizar e engajar a sociedade no combate às desigualdades (sindicatos de trabalhadores, empresas e associações empresariais, acadêmicos e instituições de ensino, ONGs, igrejas, agentes e entidades culturais, prefeitos, governadores, Legislativos federal, estaduais e municipais etc.). Cada cidadão e cidadã teriam como colaborar;

6. Promover ações, seminários e publicações com propostas, exemplos e referências nacionais e internacionais;

7. Apresentar um balanço anual da evolução dos indicadores;

8. Visibilizar e premiar as ações exemplares;

9. Criar uma instância intergovernamental para coordenar o programa.

A redução das desigualdades raramente esteve nas pautas dos governos como prioridade — embora deveria ser, assim como manda a nossa Constituição. Porque reduzir as desigualdades seria redistribuir recursos e poder. E a minoria da sociedade brasileira que tem o poder e a maioria dos recursos, com poucas e honrosas exceções, raramente se dispôs a redistribuir seu poder e seus recursos. Os países de melhor qualidade de vida são aqueles de menor desigualdade. Sem reduzir as desigualdades, o Brasil continuará a ser o país da pobreza, da fome e dos conflitos. O governo Lula, com a participação da sociedade, tem a oportunidade de assumir essa histórica missão. Seria seu maior legado.

> **[...]**
> Reduzir as desigualdades seria redistribuir recursos e poder. E a minoria da sociedade brasileira que tem o poder e a maioria dos recursos, com poucas e honrosas exceções, raramente se dispôs a redistribuir seu poder e seus recursos. Os países de melhor qualidade de vida são aqueles de menor desigualdade

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Marina Silva (Rede), deputada federal eleita, e o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em São Paulo Carla Carniel - 12.set.22/Reuters

Definições

"Lula decide indicar Marina para o Ministério do Meio Ambiente" (Política, 23/12). Lula sabe que vai ter problemas com agro x Marina, a extrema ambientalista será um prego no sapato do governo, por isso a ideia de torná-la uma espécie de "rainha" do meio ambiente.
Luiz Antônio (Florianópolis, SC)

*

Lula é mesmo um mestre da negociação. Um viva a ele e outro a Marina Silva, que, sim, é indiscutivelmente a melhor opção para o Meio Ambiente. O planeta agradece!
Andrea Palermo (São Paulo, SP)

*

"Lula decide indicar deputados petistas para Comunicações e Secom" (Política, 24/12). Excelente time que Lula está montando. Um bálsamo em relação ao governo anterior.
Mateus Santana (Campinas, SP)

*

Não está só se descumprindo uma promessa eleitoral — embora ninguém se surpreenda com o naufrágio da Frente Ampla — mas também ao montar um governo unicamente com petistas e apaniguados, formam-se ministérios monocromáticos, que desconsideram a complexa realidade social e econômica do país e os desafios que estão por vir. É o PT e o lulopetismo sendo quem eles são.
Juscelino Pereira Neto (Maringá, PR)

Revogaço revogado

"Governo Lula descarta revogaço imediato dos sigilos de 100 anos impostos por Bolsonaro" (Painel, 24/12). Por que não viram isso antes? E o princípio constitucional da transparência fica onde?
Silvio Lima (Camaragibe, PE)

Cada um por si

"Seis a cada dez brasileiros acreditam que partidos políticos não se importam com a população, diz pesquisa" (Mônica Bergamo, 23/12). Entre os quatro restantes, um é bebê e ainda não vota e acredita igualmente em Papai Noel e em nossos políticos, o outro acredita, sim, em políticos, mas são os da Suíça. Há também aqueles que acreditam em nossos políticos, mas não têm muito discernimento do que é o mundo real. Finalmente há os que creem e amam nossos políticos. São os seus beneficiários, os que devem à Justiça etc.
José de Paula (Belo Horizonte, MG)

Coleta seletiva

"Carroceiros trabalham mais pelo lixo reciclado do que prefeituras" (Mercado, 24/12). Por isso mesmo esses homens e mulheres deveriam ser registrados como prestadores de serviço altamente relevante, pagos mensalmente (além dos valores que conseguem com a venda do material, que devem ser deles e delas) e tendo direitos. Mas sabe quando isso vai acontecer nesse país torto? No dia do juízo final.
Alex Sgobin (Campinas, SP)

Convivência forçada

"Compras de Natal convivem com mendicância na Oscar Freire e cracolândia no Bom Retiro" (Mercado, 23/12). A cidade está suja e esburacada. E esse incapaz deste prefeito conseguiu piorar o que já era ruim. Espalhou os dependentes químicos por todas as regiões e aumentou a insegurança geral. Sem resolver nada, sem projetos.
Maria Lopes (São Paulo, SP)

Hinos natalinos

Parabéns ao Alvaro Costa e Silva pelo texto "Os filhos musicais de Papai Noel" (23/12), por meio do qual presta justo realce ao Assis Valente, autor, dentre outras significativas composições, de "Boas Festas", criação musical que seria até prudente considerá-la hino do Natal brasileiro. Em tempo: o colunista cita também outros autores. A título de contribuição a tão oportunas lembranças, cito a ausência sobre Blecaute, intérprete e autor da valsa "Natal das Crianças".
Antonio Francisco da Silva (Rio de Janeiro, RJ)

Nutrição antiética

"Em um mundo faminto, comer bem é antiético?" (Comida, 24/12). De fato, para pensar a questão da fome, é preciso olhar para além dos atos individuais. Vivemos em um sistema que transforma tudo em mercadoria, excluindo parte da população do acesso ao que é mais básico para sobreviver, chegando ao cúmulo de vender ouro (que não tem cheiro, sabor ou valor nutricional) como comida — e comida cara. Esse sistema é o mesmo que nos faz acreditar que Natal de verdade é com um frango com hormônios mais caro que filé mignon.
Everton Ferreira (Osasco, SP)

Direção consciente

"Pode dirigir de chinelos? Veja o que pode resultar em multa nas estradas" (Cotidiano, 22/12). O motorista brasileiro é ruim. Mal formado e carente da melhor técnica de direção. O Estado concede a carteira, mas a habilitação não ocorre. Daí o lucro certo da indústria das multas, conhecida de todos. E viva o caos no trânsito urbano e nas estradas.
Glauber Sergio de Oliveira (São Paulo, SP)

*

Muito oportuna a reportagem. De utilidade pública. Só peca ao dar muito mais ênfase às punições do que ao perigo que cada infração representa.
Joaquim Rosa (São José dos Campos, SP)

Tite biólogo

"O Brasil perdeu a Copa porque Tite não sabe biologia" (Hélio Schwartsman, 23/12). Exatamente. Não sabe biologia, não sabe de futebol e só sabe de marketing. Messi bateu primeiro. Mbappé bateu primeiro. Teriam que garantir para continuar. Tite resolveu enfeitar. Voltaram sem brilho.
Sibelle Barcelos (Belo Horizonte, MG)

*

É claro que qualquer país deve sempre buscar aprimorar o seu futebol, mas ter como objetivo "ganhar a Copa" é ufanismo e mania de grandeza. Concordo que Neymar poderia ter cobrado antes, mas lembro que a responsabilidade final pelos batedores não é do técnico, e sim dos jogadores.
Heloisa Gomes (Rio de Janeiro, RJ)

Boas-festas

A Folha agradece e retribui os votos de boas-festas recebidos de **CVC Corp, Ponta dos Ganchos Resort, Editora Iluminuras, Associação Nacional de Editores de Revistas** (Aner), **Marcelo Rech**, presidente-executivo da Associação Nacional de Jornais, **Fundación Gabo, Josué Christiano Gomes da Silva e Instituto Ibirapitanga, Banco Mundial, Agência Mural, Avianca e Cultura e Mercado.**

política

PAINEL | *Fábio Zanini*

painel@grupofolha.com.br

Mapa do caminho

A confissão do responsável pela tentativa de atentado em Brasília de que foi encorajado por declarações pró-armas de Jair Bolsonaro (PL) poderá ser o ponto de partida para um eventual processo futuro contra o presidente. Investigações poderão reforçar esse vínculo, diz o futuro ministro da Justiça, Flávio Dino. "A responsabilidade política do Bolsonaro é evidente. A judicial ainda é cedo para falar", diz. Uma prioridade é descobrir se alguém financiou o arsenal descoberto com o bolsonarista.

ELO Coordenador do Prerrogativas, Marco Aurélio Carvalho diz que há uma conexão do autor do atentado com Bolsonaro, ainda que por enquanto seja indireta. "Não tenho a menor dúvida de que chega nele. O presidente sempre incentivou esse tipo de coisa."

PLANO B Os procedimentos da posse de Lula serão revistos, após a ameaça de atentado. Não estão descartadas mudanças na segurança, horários, trajeto do petista na Esplanada e programação. "Estamos em outro patamar, de terrorismo", diz Dino.

A POSTOS Interlocutores do procurador-geral da República, Augusto Aras, dizem que o grupo de combate ao terrorismo na entidade pedido por Dino existe desde março de 2021. A estrutura teria atuado para reduzir a tensão no 7 de Setembro e nos bloqueios de caminhoneiros após a derrota de Bolsonaro.

DNA 1 Ex-diretor do FMI e do Banco dos Brics, Paulo Nogueira Batista Jr. disse em live que o novo presidente do BID, Ilan Goldfajn, é um nome hostil ao governo Lula, entre outros motivos, por ser judeu. "Ele [Ilan] é essencialmente um financista, ligado ao Tesouro americano, à comunidade judaica. Na verdade é judeu-brasileiro, nasceu em Haifa, em Israel. De brasileiro só tem o passaporte", disse.

DNA 2 Em nota, a Conib (Confederação Israelita do Brasil) disse que o economista "recorre a velhos clichês antissemitas usados por fascistas e racistas para vilipendiar um cidadão brasileiro que tanto contribui para o nosso país".

CLUBE DO BOLINHA Apenas 7 dos 50 diretores das agências reguladoras federais são mulheres (14%). A única com diretora-presidente é a ANA (Agência Nacional de Águas), segundo levantamento do grupo Mulheres na Regulação. Das 11 agências existentes, 5 não contam com nenhuma mulher na direção: Anatel, ANTT, Ancine, Anac e ANM.

EXCLUÍDAS Se além das agências forem incluídas outras instituições que têm papel regulador, como Banco Central, CVM e Inmetro, o padrão se repete. Dos 74 dirigentes destes órgãos, somente 12 são mulheres, ou seja, 16%.

RACHA A votação do Orçamento de 2023 na Câmara de SP criou tensão na bancada do PT. Dos 8 vereadores da legenda, só 2 —Antonio Donato e Eduardo Suplicy— foram contrários à proposta do prefeito Ricardo Nunes (MDB). O texto do Executivo foi aprovado com 44 votos pela Casa.

CADA UM POR SI A votação contribuiu para aumentar os atritos no PT paulistano. Como mostrou o Painel, um encontro no começo de dezembro entre Nunes e o deputado federal eleito Jilmar Tatto (PT-SP) sobre a proposta de tarifa zero para ônibus gerou desconforto no partido.

NUNCA MAIS Movimentos de direitos humanos devem pressionar o novo governo a retomar a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos do regime militar, extinta por Bolsonaro. A demanda será levada ao futuro novo chefe da Secretaria dos Direitos Humanos do governo Lula, Silvio Almeida.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

Cláudio

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 827,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.044,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.318,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.420,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 1.764,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
342.487 exemplares (outubro de 2022)

Policial antibomba desarma artefato explosivo encontrado em Brasília Adriano Machado-24.dez.22/Reuters

Prisão de suspeito de terrorismo aumenta tensão pré-posse de Lula

Arsenal de armas e ligação com QG preocupam autoridades; Bolsonaro se cala e militares falam em desmobilizar acampamento

Marianna Holanda

BRASÍLIA A prisão no sábado (24), véspera de Natal, do homem suspeito de ter tentado explodir um caminhão de combustível em Brasília aumentou o clima de tensão em torno da posse do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que ocorrerá em uma semana.

Petistas, aliados do futuro mandatário e autoridades do país temem novas tentativas de terrorismo e dizem que aumenta a pressão para a desmobilização do acampamento de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL) no QG do Exército, na capital federal, a poucos quilômetros da cerimônia da posse.

Bolsonaro não se manifestou sobre o episódio e apenas postou uma mensagem de Natal nas redes sociais.

Autoridades envolvidas na cerimônia do dia 1º de janeiro falam na necessidade de revisão dos planos e reforço do policiamento diante do cenário.

Desde o resultado das eleições proclamado no segundo turno, bolsonaristas se reúnem no local para protestar contra a vitória do petista. Eles pedem intervenção militar e alimentam o discurso de que Lula não vai tomar posse.

A Polícia Civil do Distrito Federal prendeu o suspeito no sábado, como antecipou a **Folha**. No depoimento ao qual a reportagem teve acesso, George Sousa disse ser bolsonarista e participar do acampamento no QG.

O caso aumentou a pressão sobre o Exército, que vem sendo cobrado há semanas para desmobilizar os manifestantes. Ministros do Supremo fazem parte dos que defendem a imediata desocupação.

De acordo com integrantes da alta cúpula da força, há intenção de desmontar a estrutura do local até o próximo dia 30. Na condição de anonimato, eles dizem que ainda haverá gente lá no dia da posse, mas o acampamento estará quase 100% desmobilizado.

Integrantes do Exército passaram a desmontar barracas, mudar permissão para estacionamento e proibir trio elétrico no local há cerca de 15 dias. Segundo general ouvido pela **Folha**, o feriado do Natal foi importante para que alguns voltassem para suas casas.

Para militares, se a desmobilização for truculenta, pode aumentar a temperatura e piorar o cenário. Se até outrora eles defendiam as manifestações do QG, o discurso entre integrantes das Forças Armadas tem mudado com o comportamento violento dos atos.

Agora, alguns deles passaram a dizer que os manifestantes não são bem-vindos. Segundo essas pessoas, há alguns bem intencionados no local, mas não pode haver "marginais". Eles dizem temer vinculação com o Exército.

Autoridades envolvidas na posse presidencial devem se reunir nesta semana para falar dos planos para o evento. Várias delas falaram à reportagem que há muita preocupação e que é preciso ainda mais cuidado do que o que já havia sido programado.

O ministro da Justiça, Anderson Torres, demorou a se manifestar. A **Folha** chegou a procurá-lo no começo da tarde deste domingo, mais de 24 horas após o explosivo ser desativado. Alguns minutos depois, Torres usou as redes sociais para afirmar que acionou a PF para acompanhar o caso. "Importante aguardarmos as conclusões oficiais, para as devidas responsabilizações", escreveu.

Integrantes do governo eleito se queixam do que classificam como omissão e conivência do governo federal e do Exército. Dizem que o acampamento deveria ter sido desfeito há muito mais tempo, e relembram a violência no dia da diplomação da chapa Lula-Alckmin no TSE.

Na ocasião, bolsonaristas tentaram invadir a sede da Polícia Federal, atearam fogo em carros e causaram o caos na capital. Eles justificaram os protestos pela prisão ordenada por Alexandre de Moraes naquele dia do indígena José Acácio Serere Xavante, por sua participação em atos antidemocráticos na capital federal.

Petistas pontuam que, apesar da cobrança em cima do governo eleito, eles ainda não têm a caneta para investigar ou punir criminosos. Aliados de Lula e autoridades policiais ligaram alerta especialmente diante do arsenal encontrado com Sousa.

> **Os graves acontecimentos de ontem em Brasília comprovam que os tais acampamentos 'patriotas' viraram incubadoras de terroristas. Medidas estão sendo tomadas e serão ampliadas, com a velocidade possível**
>
> **Flávio Dino**
> futuro ministro da Justiça

"Os graves acontecimentos de ontem em Brasília comprovam que os tais acampamentos 'patriotas' viraram incubadoras de terroristas. Medidas estão sendo tomadas e serão ampliadas, com a velocidade possível", disse o futuro ministro da Justiça, Flávio Dino (PSB), em suas redes sociais.

Ele disse ainda que o armamentismo cria "degenerações" e que é preciso superá-lo. O PT ganhou a eleição defendendo revogar decretos armamentistas de Bolsonaro, que flexibilizou e aumentou a circulação de armas de curto e longo calibre em sua gestão.

O presidente também usava politicamente o discurso do armamento, ao dizer que "um povo armado jamais será escravizado". A frase, inclusive, foi citada pelo bolsonarista preso pela polícia no sábado, em seu depoimento, a que a **Folha** teve acesso.

Ele disse que planejou com manifestantes do QG a instalação de explosivos em pelo menos dois locais da capital federal para "dar início ao caos", o que poderia "provocar a intervenção das Forças Armadas".

Na versão dada aos policiais, o investigado mencionou, além do artefato localizado nas imediações do aeroporto, também planos da instalação de explosivos em postes de energia próximos a uma subestação de distribuição. A Polícia Civil realizou a prisão de Soares na noite de sábado. Pela manhã, a Polícia Militar do DF afirmou ter interceptado o artefato explosivo.

Pesquisa Datafolha divulgada nesta quarta (21) apontou que três quartos (75%) dos brasileiros se dizem contrários aos atos antidemocráticos que vêm sendo realizados pelo país contra o resultado da eleição — em frente a quartéis ou com bloqueios de rodovias e em que se exige uma intervenção militar.

Com um índice mais baixo, a maioria (56%) também considera que deve haver punição às pessoas que estão pedindo um golpe militar nesses protestos.

A pesquisa tem margem de erro de dois pontos percentuais, para mais ou para menos. Foram ouvidas 2.026 pessoas em 126 municípios, nos dias 19 e 20 de dezembro.

Objetivo do ato era 'dar início ao caos', diz suspeito preso

Afirmação de homem investigado consta em depoimento dado à Polícia Civil

Camila Mattoso e Marcelo Rocha

BRASÍLIA O suspeito George Washington de Oliveira Sousa, 54, preso sob a acusação de tentar explodir um caminhão de combustível em Brasília neste sábado (24), afirmou em depoimento à Polícia Civil que o intuito do ato era "dar início ao caos", com o objetivo de provocar uma intervenção militar no país.

Ele diz ter planejado com manifestantes do QG (Quartel General) do Exército a instalação de explosivos em ao menos dois locais para "dar início ao caos" que levaria à "decretação do estado de sítio no país", o que poderia "provocar a intervenção das Forças Armadas".

Na versão dada por ele aos policiais, à qual a **Folha** teve acesso, o investigado mencionou, além do artefato localizado neste sábado (24) nas imediações do aeroporto de Brasília, também planos da instalação de explosivos em postes próximos a uma subestação de energia em Taguatinga, cidade do Distrito Federal.

O suspeito George Washington Oliveira Sousa, 54, preso no sábado (24) Divulgação/Polícia Civil

"Uma mulher desconhecida sugeriu aos manifestantes do QG que fosse instalada uma bomba na subestação de energia em Taguatinga para provocar a falta de eletricidade e dar início ao caos que levaria à decretação do estado de sítio", disse Sousa.

Sousa também foi alvo de uma ordem de busca e apreensão. Os investigadores recolheram ao menos cinco explosivos semelhantes ao que ele utilizou no caminhão, armas diversas e um fuzil.

Ao policiais, Sousa fez referência ao discurso armamentista do presidente Jair Bolsonaro (PL). "O que me motivou a adquirir as armas foram as palavras do presidente Bolsonaro, que sempre enfatizava a importância do armamento civil dizendo o seguinte: 'Um povo armado jamais será escravizado'", disse.

Ele afirmou que trabalha como gerente de um posto de gasolina no interior do Pará e que, desde 2021, quando obteve licença como CAC (colecionador, atirador desportivo e caçador), já teria gastado cerca de R$ 160 mil na compra de pistolas, revólveres, fuzis, carabinas e munições.

Sousa afirmou à polícia que, no dia 12, data em que o indígena José Acácio Serere Xavante foi preso, teria conversado com PMs e bombeiros acionados para conter os manifestantes e que, naquele momento, avaliou que os agentes da segurança pública estavariam ao lado do presidente e que em breve seria decretada a intervenção das Forças Armadas.

"Porém, ultrapassado quase um mês, nada aconteceu e então eu resolvi elaborar um plano com os manifestantes do QG do Exército para provocar a intervenção das forças armadas e a decretação de estado de sítio para impedir a instauração do comunismo no Brasil", afirmou.

"Eu disse aos manifestantes que tinha a dinamite, mas precisava da espoleta e do detonar para fabricar a bomba."

Sousa narrou então que, na sexta (23), por volta das 11h30, um manifestante desconhecido do que estava acampado no QG entregou a ele um controle remoto e quatro acionadores e que, de posse desse material, fabricou o artefato.

Afirmou que entregou a bomba a uma pessoa a quem se referiu como Alan e teria insistido para que fosse instalada em um poste para a interrupção do fornecimento de eletricidade. Ele alegou que não teria concordado com a ideia de explodi-la no estacionamento do aeroporto.

O delegado-geral da Polícia Civil do DF, Robson Cândido, afirmou que o suspeito será autuado por posse e porte ilegais de arma de fogo, munições e de artefatos explosivos, além de crime contra o Estado Democrático de Direito

Lula volta a Brasília para desatar nós com Tebet e partidos

Julia Chaib e Marianna Holanda

BRASÍLIA O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), retorna a Brasília nesta segunda-feira (26) com nós a desatar com MDB, União Brasil e PSD para fechar a montagem dos seus ministérios.

Lula já anunciou os chefes de 21 das 37 pastas que vão compor a Esplanada. A expectativa é que o restante dos nomes seja divulgado até quarta-feira (28). No centro do imbróglio, estão ministérios como Cidades e Turismo.

Nesta segunda, o petista terá reuniões com o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), com representantes do PSD e deve voltar a conversar com a senadora Simone Tebet (MDB-MS).

Um dos entraves que o presidente precisa resolver é a posição que será ocupada pela aliada no governo. O presidente eleito conversou com a parlamentar na sexta (23) por duas vezes, mas o destino dela seguiu indefinido.

Nas conversas com ela, o petista colocou algumas possíveis soluções sobre a mesa, entre elas Turismo, Cidades e o Planejamento.

Há, porém, duas dificuldades ligadas a esta última pasta. Uma delas é que Tebet resiste a ocupá-la por considerar ter pouca afinidade com o programa econômico do PT. A segunda, é que o Plano A de Fernando Haddad, futuro ministro da Fazenda, para o Planejamento é o nome do economista André Lara Resende, que já rejeitou o posto, mas tem recebido apelos para que aceite a missão.

Neste domingo (25), havia a previsão de que Lula conversasse com Lara para insistir no assunto. O nome do governador Paulo Câmara (PSB-PE) também passou a ser ventilado para a pasta. Ele esteve com o petista na última quinta (22). Aliados dizem que outra possibilidade seria a de assumir o Banco do Nordeste.

As outras duas possibilidades colocadas sobre a mesa para Tebet —Cidades e Turismo— estão sendo disputadas por outros atores. A senadora ficou em terceiro lugar na corrida presidencial e passou a apoiar Lula no segundo turno. Nomeá-la no governo é uma forma de dar a cara de frente ampla à gestão, como o presidente eleito diz querer.

Tebet e Lula na campanha Mathilde Missioneiro - 7.out.2022/Folhapress

Em conversa com emedebistas, Lula ofereceu Transportes, que ficará com o senador eleito Renan Filho (MDB-AL), e Cidades, que ficaria com indicação da bancada da Câmara do MDB, e contemplaria o Pará, que teve maior número de parlamentares eleitos.

Os deputados, no entanto, ainda não se entenderam sobre o nome que será indicado para Cidades. Uma ala defende que seja o deputado eleito José Priante (MDB-PA), mas o governador Helder Barbalho (MDB-PA) quer emplacar o irmão Jader Barbalho Filho (MDB-PA), que não foi eleito para a Câmara.

A decisão deve ser tomada nesta segunda pelos deputados. Em meio à indefinição, aliados de Lula acreditam que a pasta de Cidades pode acabar nas mãos de Tebet.

A opção pela senadora não atenderia os parlamentares porque líderes emedebistas dizem que ela não é uma indicação do partido, mas seria acomodada no ministério numa cota pessoal de Lula.Caso o presidente opte pela senadora, porém, aliados avaliam que ele contemplaria o MDB.

Enquanto isso, o União Brasil também pleiteia o Ministério das Cidades. Em reunião com Alcolumbre e o deputado Elmar Nascimento (União Brasil-BA), Lula ofereceu o Ministério da Integração Nacional e citou as pastas do Turismo, das Comunicações e da Previdência. Nenhuma dessas três opções agradou à União Brasil, que decidiu pleitear também Cidades.

Integração Nacional ficou inicialmente prometida a Elmar Nascimento, que relatou a PEC da Gastança na Câmara. O deputado, porém, sofre grande resistência do PT, especialmente da Bahia, para ocupar um ministério.

Elmar já avisou a aliados que, se for vetado, a bancada na Câmara poderia inevitavelmente se tornar oposição ao governo Lula.

Em outra frente, Alcolumbre indicou o nome do governador do Amapá Waldez Góes (PDT) para assumir a segunda pasta pleiteada pelo União Brasil —ele migraria de partido caso fosse escolhido.

Lula precisa ainda bater o martelo sobre o Ministério dos Povos Indígenas, que deve ficar com a deputada Sônia Guajajara (PSOL-SP). O da Pesca deve ficar com o PV e o da Previdência, com o PDT.

O presidente, porém, ainda não chamou o PDT oficialmente para conversar, assim como a Rede.

O petista já definiu também como ficarão alguns cargos de comando no Congresso. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) foi convidado para ser líder do governo no Congresso, Jaques Wagner (PT-BA) será o líder do governo no Senado e o deputado José Guimarães (PT-CE) será o líder do governo na Câmara.

Aonde vai Tebet?

Senadora foi peça-chave para vitória de Lula e dialoga com moderados

Celso Rocha de Barros
Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra)

O ministério de Lula já está quase todo formado. Dos quatro nomes que defendi na última coluna, Nísia Trindade já se tornou a primeira ministra da Saúde da história do Brasil. Izolda Cela será secretária de educação básica (ministra seria melhor, Lula).

Tudo indica que Marina Silva será ministra do Meio Ambiente. Ainda falta Simone Tebet, mas ainda não sabemos que ministério a emedebista receberá, ou mesmo se, de fato, participará do governo.

Acho importante oferecer um bom ministério para Tebet, algo que tenha orçamento razoável e/ou boas possibilidades de projeção política.

Em primeiro lugar, é bom lembrar que, mesmo se Tebet tiver transferido apenas metade de seus votos no primeiro turno para Lula no segundo, isso é mais ou menos a margem da vitória. Lula é um gigante que quase venceu no primeiro turno. Mas se os democratas tivessem só os votos de Lula, perderiam a eleição mesmo tendo cerca de 49% dos votos.

Jair está trancado em uma casa chorando faz dois meses por ter passado por essa experiência. Algum democrata gostaria de estar no seu lugar? Tebet é uma das principais suspeitas de não ter deixado isso acontecer.

Em segundo lugar, Tebet pagou um preço político por apoiar Lula. Não estava na posição de, por exemplo, Ciro Gomes, cujo eleitorado de esquerda já pendia mesmo para o petista. Foi eleita por um estado fortemente bolsonarista. E se o velho Brizola assistiu ao segundo turno do céu, certamente deve ter achado que a candidata do PDT era Tebet, porque quem fez campanha pela democracia foi ela.

Por isso, e não por gratidão pessoal (o que também importa, em certa medida), sua inserção no ministério de Lula é importante: ela mantém, pelo menos por enquanto, o diálogo aberto entre petistas e setores do eleitorado anteriormente ligados aos tucanos, mas que não são hostis a um governo de esquerda moderado. Pode não ser uma aliança viável no longo prazo, mas vale a pena matá-la na origem?

Tebet pediu a Lula o ministério do Desenvolvimento Social, mas não o conseguiu. Queria a vitrine dos programas sociais, a área em que os governos do PT sempre souberam trabalhar. O PT não aceitou sua indicação justamente para não perder essa marca.

Não sei se qualquer dos dois tem razão: o Ministério do Desenvolvimento social até hoje não gerou nenhum presidenciável. O reconhecimento pelas políticas sociais sempre é do presidente.

Dos ministérios que, segundo o noticiário, ainda estão na mesa, destacam-se Planejamento e Cidades. Cidades é uma boa opção, com orçamento grande e visibilidade.

Planejamento poderia ser uma oportunidade de reforçar a equipe econômica com nomes mais amigáveis ao mercado, o que talvez ajudasse a projetar Tebet.

Mas as chances disso dar certo dependeriam de que funções ficariam com o recém-recriado ministério do Planejamento e, é claro, de como seria a divisão de tarefas com Haddad.

Não sei qual será o resultado da negociação sobre o ministério de Tebet. Talvez não haja solução, e a Frente Ampla se dissolva depois de ter derrotado Bolsonaro, uma realização histórica gigantesca, como o Plano Real ou o Bolsa Família.

Se acontecer, não será o fim do mundo, mas será difícil não ter a sensação de que uma oportunidade importantíssima foi perdida.

| DOM. Elio Gaspari | SEG. Celso R. de Barros | **TER. Joel P. da Fonseca** | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso | SÁB. Demétrio Magnoli

Deputados e senadores têm queda na reprovação popular, diz Datafolha

Pesquisa mostra que 26% avaliam atuação do Congresso como ruim ou péssima; antes eram 39%

Ranier Bragon

BRASÍLIA Os atuais deputados federais e senadores registraram melhor avaliação popular nesta reta final de legislatura, mostra pesquisa do Datafolha, que aponta também uma maior satisfação de eleitores de Jair Bolsonaro (PL) com o desempenho do Congresso.

Eleitos na onda antipolítica de 2018, os 594 parlamentares têm o trabalho aprovado por 20% da população diz o instituto, contra rejeição de 26%.

Na última pesquisa, feita há cinco meses, o índice de ótimo e bom era de apenas 12% e o de ruim e péssimo, 39%. Os números também são melhores do que os observados nos encerramentos das duas últimas legislaturas, em 2014 e 2018, as mais mal avaliadas de toda a série histórica do instituto.

Quando os dados são estratificados por quem votou em Bolsonaro no segundo turno das eleições, a satisfação com o atual Congresso é maior: 24%.

Já entre quem declarou ter votado em Luiz Inácio Lula da Silva (PT), há o cenário inverso, a visão simpática sobre o desempenho dos atuais congressistas é numericamente menor do que a média geral, ficando em 18%.

Vista do Congresso Nacional, composto por Senado e Câmara dos Deputados, em Brasília Ueslei Marcelino-26.ago.2022/Reuters

O Congresso eleito em 2018 na onda bolsonarista representou a maior renovação na Câmara desde pelo menos 1998. O então nanico PSL de Bolsonaro (hoje o presidente está no PL, e o PSL se chama União Brasil), por exemplo, elegeu 52 deputados e se tornou a segunda maior bancada da Casa.

O perfil da Câmara também foi alterado, elevando a representação de militares e líderes evangélicos, enquanto a de professores e médicos registrou queda.

O próximo Congresso, que toma posse em 1º de fevereiro, observou um reforço na base mais radical do bolsonarismo, mas o PT de Lula também cresceu.

Os números do Datafolha mostram que a avaliação do trabalho do Congresso passou por várias movimentações nesses últimos quatro anos. O índice de ótimo e bom começou em 22%, em abril de 2019, caiu a 10% em dezembro de 2021 e voltou a se recuperar neste ano eleitoral.

Em 2022, o Congresso aprovou, sob o comando do centrão, um pacote de bondades eleitorais que incluiu a elevação do Auxílio Brasil a R$ 600.

E, recentemente, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional as chamadas emendas de relator, que davam aos parlamentares o poder de direcionar quase R$ 20 bilhões do Orçamento federal.

O atual comando das duas Casas é exercido desde o início de 2021 por Arthur Lira (PP-AL), na Câmara, e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), no Senado. No biênio anterior, 2019-2020, as duas cadeiras foram ocupadas por Rodrigo Maia (PSDB-RJ) e Davi Alcolumbre (União Brasil-AL).

Os picos de rejeição aos atuais congressistas ocorreram em dezembro de 2019 (45%) e setembro de 2021 (44%), segundo o Datafolha.

O principal projeto aprovado por deputados e senadores em 2019 foi a reforma da Previdência. Em 2021 o país já estava no segundo ano sob a Covid-19.

A atual pesquisa foi realizada em 19 e 20 de dezembro, com 2.026 eleitores de 126 municípios. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Em toda a série histórica do Datafolha, somente uma vez a avaliação positiva do Congresso esteve numericamente acima da negativa. Foi em dezembro de 2003, primeiro ano da primeira gestão de Lula. —24% a 22%, ou seja, em empate técnico dentro da margem de erro.

Os picos negativos ocorreram em 1993 e 2017.

Na primeira ocasião, 56% de reprovação e 7% de aprovação, o país passava por hiperinflação e também assistia à revelação do desvio de recursos federais para o bolso de políticos, escândalo que ficou conhecido como o dos anões do Orçamento.

No segundo pico, com 60% de reprovação e apenas 5% de aprovação, recorde negativo de toda a série histórica, a Câmara havia barrado pouco tempo antes, pela segunda vez, o afastamento do presidente Michel Temer (MDB) em decorrência de denúncias de corrupção feitas pela Procuradoria-Geral da República.

Avaliação de deputados e senadores em fim de mandato e expectativa para Congresso eleito

Aprovação à atuação do Congresso melhora e chega a 20%
Resposta estimulada e única, em %

Reprovação do Congresso diminui em relação a fim de 2018; de 48% para 26%*
Resposta estimulada e única, em %

*Não foi realizada avaliação no final de 2006 dos congressistas eleitos em 2002

48% consideram que novos senadores e deputados terão desempenho ótimo ou bom
Resposta estimulada e única, em %

45% consideram que a relação de Lula com deputados e senadores será ótima ou boa
Resposta estimulada e única, em %

	%
Ótimo/Bom	45
Regular	32
Ruim/Péssimo	20
Não sabe	3

Fonte: Datafolha presencial com 2.026 pessoas de 16 anos ou mais em 126 municípios nos dias 19 e 20.dez. A margem de erro é de 2 pontos percentuais

48% têm expectativa positiva com novo Congresso eleito

A pesquisa Datafolha mostra também que a expectativa positiva do eleitorado brasileiro com o desempenho dos deputados federais e senadores que tomam posse em 1º de fevereiro é alta, mas registrou um pequeno recuo se comparada à manifestada há quatro anos em relação à legislatura atual.

De acordo com o levantamento, 48% dos entrevistados disseram esperar um desempenho ótimo ou bom dos 594 congressistas. Apenas 10% dizem acreditar em um trabalho ruim ou péssimo.

Em 2018, o Congresso eleito na onda bolsonarista promoveu uma renovação recorde e levou para Brasília, entre outros, uma profusão de influencers de direita que prometiam fazer uma revolução no modo de fazer política.

Às vésperas da posse, o Datafolha mostrava uma expectativa positiva em 56% do eleitorado, contra apenas 8% negativa.

Passados quatro anos, a maior parte deles foi engolida pelo que chamavam de 'velha política', submergiram no baixo clero do Congresso e, ou não foram reeleitos, ou migraram para o centrão, que continua dando as cartas na Câmara e no Senado.

Os 27 senadores—só um terço do Senado foi renovado nesta eleição— e 513 deputados eleitos representam um reforço na base mais radical do bolsonarismo, tanto na Câmara como no Senado.

A taxa de renovação da Câmara dos Deputados foi de 39,4% nas eleições de 2022, retornando à média histórica inferior a 40% registrada desde 1994 e abaixo dos 47,4% obtidos em 2018 —quando o índice bateu recorde.

O Datafolha também perguntou aos eleitores como eles avaliam que será a relação do presidente eleito Lula com o Congresso. Para 45% ela será positiva, para 32%, regular, e para 20%, negativa.

De um modo geral, os percentuais mais altos de otimismo estão no Nordeste, região que deu a maior votação a Lula. Os mais pessimistas estão entre os mais ricos.

A esquerda não elegeu um número suficiente para dar uma base de apoio parlamentar a Lula. Com isso, o petista tem feito aliança com partidos de centro e direita e até com o centrão, que forma o núcleo do apoio político de Bolsonaro.

Em seu primeiro teste, antes mesmo da posse, Lula conseguiu aprovar a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que, entre outros pontos, expande o teto de gastos por um ano..

PL, PP e PT serão campeões de emendas 'cheque em branco'

Siglas terão em 2023 maior soma de verba criticada por falta de transparência

Thiago Resende

BRASÍLIA PL, PP e PT são os três partidos que lideram a lista de siglas com mais parlamentares que terão emendas 'cheque em branco' no próximo ano.

O Congresso quase dobrou o valor a ser repassado diretamente a governos estaduais e prefeituras, sem uma destinação específica, por meio dessas emendas, que são criticadas pela falta de transparência.

Esse tipo de transferência não exige a assinatura prévia de um convênio e previsão de uso de recursos para um projeto ou programa previamente determinado. Por isso, as "emendas sem carimbo" são questionadas por órgãos de controle, diante da dificuldade de acompanhar o gasto de dinheiro público.

O valor delas passou de R$ 3,7 bilhões para R$ 6,7 bilhões no Orçamento de 2023. Esse aumento se deu por causa do acordo de redistribuição da verba das emendas de relator, extintas pelo STF.

O PL terá R$ 847 milhões em emendas de transferência direta no próximo ano. O PP indicou R$ 800 milhões, e o PT, R$ 675 milhões.

Emendas são formas de congressistas reservarem recursos públicos do Orçamento federal e enviarem dinheiro para obras e projetos em suas bases. Isso aumenta o capital político dos parlamentares.

Hoje existem quatro tipos de emendas: as individuais (a que todo deputado e senador têm direito), as de bancada (parlamentares de cada estado definem prioridades para a região), as de comissão (definida por integrantes dos colegiados do Congresso) e as do relator (que foram declaradas inconstitucionais e eram distribuídas por critérios políticos, permitindo a congressistas mais influentes abastecer seus redutos eleitorais).

Em meio a embates com o governo Jair Bolsonaro (PL), o Congresso aprovou, em dezembro de 2019, uma mudança na Constituição para criar um mecanismo que libera emendas individuais na forma de transferência direta. O argumento foi dar celeridade aos recursos para estados e municípios.

A proposta foi apresentada por Gleisi Hoffmann (PT-PR) em 2015, quando era senadora. Hoje Gleisi é deputada e presidente nacional do PT.

Portanto, desde o fim de 2019, a Constituição passou a prever que esses repasses diretos podem ser feitos no caso de emendas individuais, sem um limite de valor.

Antes do acordo sobre a redistribuição das emendas de relator, o projeto de Orçamento estimava R$ 11,7 bilhões para emendas individuais. Esse valor subiu para R$ 21,2 bilhões –sendo R$ 6,7 bilhões alocadas na modalidade "cheque em branco".

As emendas sem carimbo devem ser fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pelos órgãos de controle interno e tribunais de contas.

Mas, desde então, integrantes do TCU têm apontado riscos à liberação desse dinheiro sem a devida transparência por causa do vácuo na fiscalização.

Como os recursos são repassados de forma direta, os contratos orçamentários não ocorrem na esfera federal. Mas os órgãos de controle estaduais também não têm verificado a aplicação da verba.

Quando a emenda é executada pelos ministérios e Executivo federal, é necessário assinar convênios, contratar empresas e comprovar a capacidade de execução da obra.

Na modalidade de emenda sem carimbo, o parlamentar deixa pouco rastro. A indicação é feita somente com o nome do deputado ou senador, além do estado ou município que irá receber o dinheiro.

Gleisi reservou R$ 6 milhões em emenda individual "cheque em branco". A verba será dividida entre o estado do Paraná e os municípios de Colombo e Pontal do Paraná.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), terá R$ 16 milhões nessa modalidade para Alagoas. A cota de R$ 16 milhões é a maior da Câmara.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ficou com R$ 23 milhões a serem distribuídos a Minas Gerais. No Senado, a maior cota será de R$ 29,5 milhões.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, chegando ao Congresso (PP-AL) Gabriela Biló-21.jun.2022/Folhapress

Haddad deixou marcas próprias como gestor, mas foi criticado por atropelos

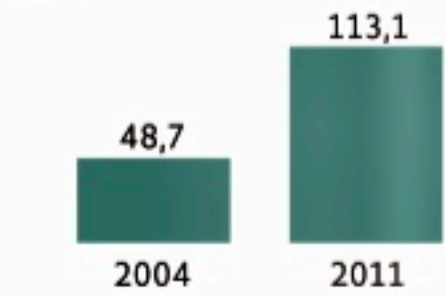
Histórico em finanças tem dívida controlada e Fies; forma de implantar políticas dividiu opiniões

Angela Pinho e Artur Rodrigues

SÃO PAULO Obstinado para uns, teimoso para outros. A persistência de Fernando Haddad (PT) como gestor público deixou marcas na educação e na cidade de São Paulo. Algumas se consolidaram após críticas iniciais, como o Prouni e as ruas abertas para pedestres. Outras, como a reformulação do Fies e o táxi preto, revelaram-se problemáticas.

À frente do Ministério da Educação (2005-2012) e da Prefeitura de São Paulo (2013-2016), o futuro ministro da Fazenda de Lula trabalhou em contextos opostos.

Em Brasília, com explosão de recursos para investir em meio a crescimento do PIB e da fatia do orçamento destinada ao MEC.

Orçamento do MEC*
Em R$**

*Gastos empenhados e restos a pagar
**Corrigidos para valores atuais

Fernando Haddad (PT), que lidou com cenários opostos nas finanças no MEC e na Prefeitura de SP Eduardo Anizelli - 1.mai.2019

Na capital paulista, com escassez após os protestos de 2013 e a queda dos repasses federais em meio à crise política e econômica do governo Dilma Rousseff (PT).

Apesar da diferença, algumas características se mantiveram constantes.

Tanto no MEC como na prefeitura, Haddad buscou obter espaço no orçamento com aumento da arrecadação de fontes já existentes e economia em contratos correntes.

Nessa linha, em sua passagem pelo governo federal, promoveu medidas para ampliar a arrecadação do salário-educação e derrubar a DRU (Desvinculação de Receitas da União) para a educação, que permitia ao governo utilizar como quisesse até 20% dos gastos obrigatórios.

O mecanismo depois voltou a vigorar no governo Michel Temer (MDB) e foi renovado na semana passada pelo Congresso, com a anuência do governo eleito.

Com o Prouni, que desenhou em parceria com sua esposa, Ana Estela, Haddad conseguiu trazer para a educação, por meio de isenção fiscal, recursos que se fossem pagos iriam para o caixa geral do governo. O programa abate parte dos tributos devidos por instituições de ensino em troca de bolsas de estudo.

Entre a responsabilidade fiscal e o Fies

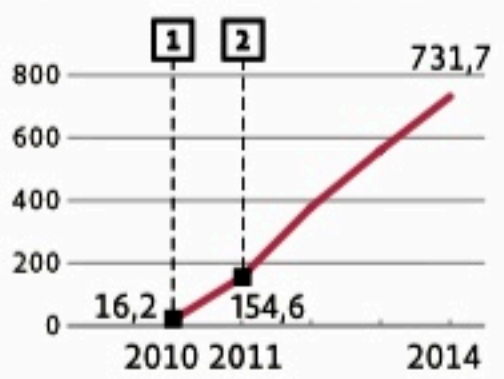
Ao articular no Congresso a aprovação do piso salarial do professor, projeto de Cristovam Buarque, mais de uma vez Haddad manifestou preocupação com o fator de correção introduzido pelos parlamentares na lei, maior que a inflação. Sua posição foi vencida, e o percentual de reajuste dos salários dos docentes é até hoje alvo constante de reclamações de prefeitos.

Por outro lado, é da época de sua gestão no MEC a redução dos juros do Fies, programa de financiamento estudantil, para uma taxa menor do que a inflação. A medida fazia parte de pacote de mudanças no programa que incluiu o fim da exigência de fiador.

O empréstimo, na prática, virou subsídio. Sem exigência de qualidade, faculdades particulares aderiram em massa ao programa, e a inadimplência explodiu em anos seguintes.

Aliados de Haddad atribuem a decisão da redução de juros do Fies a medida do Conselho Monetário Nacional, mas à época o então ministro da Educação comemorou a medida como "histórica".

Recentemente, Haddad justificou que, em seu último ano à frente do MEC, em 2011, o Fies financiou cerca 150 mil estudantes, número previsto no Plano Plurianual de 1998 (governo FHC) e "muito aquém das necessidades de acesso à educação no país".

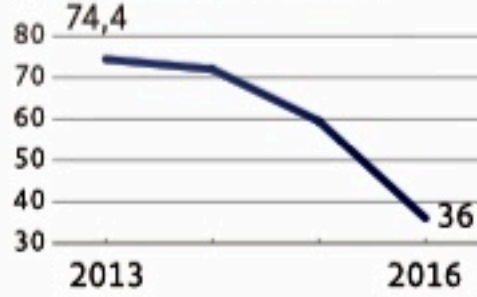
Após novas regras, uso do Fies dispara
Novos alunos no Fies, em milhares

1 **2010** Governo facilita condições de financiamento

2 **2011** Último ano completo de Haddad

Fonte: FNDE

Na prefeitura, na área das finanças, o petista realizou ações para desafogar o orçamento, mas foi alvo de críticas até de aliados por demorar a recuar do reajuste das tarifas de ônibus em meio aos protestos de 2013, outro fruto da insistência em manter os planos —ou teimosia, para os críticos.

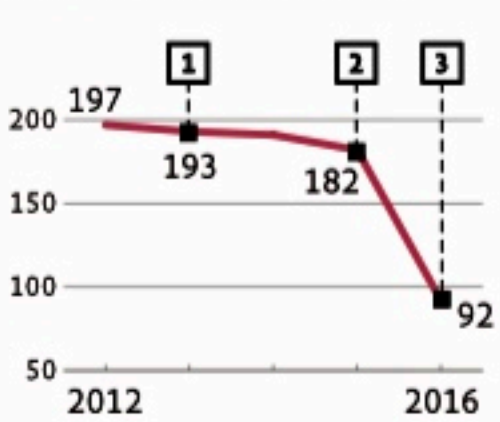
Com poucas verbas devido à crise econômica, Haddad deixou a cidade com grandes obras paralisadas, entre as quais a de um hospital, e muitos problemas de zeladoria. Os buracos tapados caíram para menos da metade no período, de 76 mil em 2013 para 36 mil em 2016.

Operação tapa-buracos sofreu cortes
Nº de buracos tapados, em mil

Fonte: Prefeitura de SP

"Ele cobrava muito fortemente a questão do bom uso do dinheiro público. Logo no começo [da gestão] teve um corte de 20% de todos os contratos, e ele acompanhava muito os resultados", lembra Luciana Temer, que foi secretária de Assistência Social na gestão de Haddad.

Além de promover o corte, no primeiro ano de sua gestão na prefeitura, Haddad criou a CGM (Controladoria Geral do Município), que descobriu a máfia dos fiscais, responsável pelo desvio de mais de R$ 500 milhões em valores da época.

No último ano do mandato, obteve a renegociação da dívida com a União, que fez o saldo devedor da cidade despencar de R$ 74 bilhões para R$ 27,5 bilhões.

Endividamento da cidade de SP na gestão Haddad
Dívida consolidada líquida, em %

1 **2013** Haddad assume

2 **2015** Acordo de renegociação da dívida com a União

3 **2016** Último ano completo de Haddad

Fonte: Prefeitura de SP

40 dias de grau de investimento

A renegociação permitiu que a cidade obtivesse pela agência Fitch em 12 de novembro de 2015 o chamado grau de investimento, selo de bom pagador que facilita a obtenção de crédito.

A nota da agência citou a redução da dívida e o patamar de gasto do município com pessoal de 40%, abaixo dos 60% permitidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mas o próprio texto já mencionava uma "perspectiva negativa" devido ao rebaixamento anterior da nota do Brasil.

Não deu outra. Em 16 de dezembro, a agência tirou o grau de investimento do Brasil e, seis dias depois, fez o mesmo com a cidade de São Paulo e outras localidades do país sob o argumento de que, devido às características institucionais brasileiras, nenhum ente subnacional conseguiria ter uma nota maior que o nacional.

Durou 40 dias o grau de investimento paulistano.

Metas e popularidade entre paulistanos e políticos

Com orçamento reduzido e crise econômica, Haddad manteve o plano de metas apresentado ao assumir. Ao fim do governo, havia cumprido integralmente 67 de 123 e era reprovado por 40% e aprovado por apenas 18% da população, segundo o Datafolha.

A baixa popularidade se refletiu na tentativa de reeleição, na qual obteve apenas 16,7% dos votos. Pela primeira vez na cidade desde a instituição de dois turnos, o pleito foi definido ainda na primeira rodada, com vitória de João Doria, então no PSDB.

Se as metas foram mantidas por Haddad na prefeitura mesmo após o orçamento minguar, no MEC indicadores e planilhas também deixaram marcas na gestão do petista. Após boa parte da esquerda passar anos criticando avaliações federais, Haddad ampliou a medida para todas as escolas públicas do país, criando a Prova Brasil.

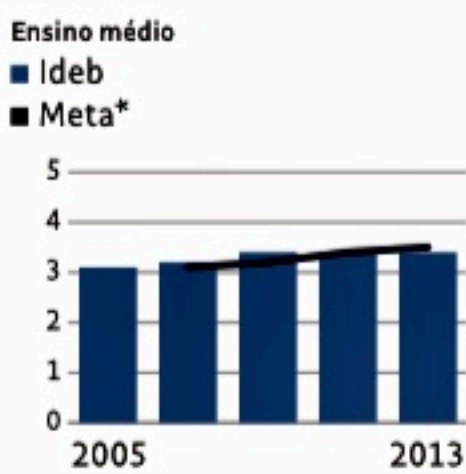
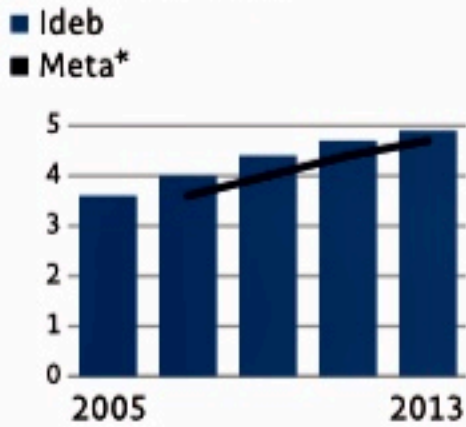
Cada escola, município e estado do país ganhou uma meta, com o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Haddad cumpriu 54% das metas da prefeitura ao final do mandato

Total: 123

Educação pública melhorou no nível fundamental, mas ficou abaixo da média no médio

Ensino fundamental 1
■ Ideb
■ Meta*
5 4 3 2 1 0
2005 2013

Ensino médio
■ Ideb
■ Meta*

*2005 não tem meta
Fonte: Inep/QEdu

A divulgação dessas notas, assim como posteriormente das médias do Enem por escola, causou celeuma entre prefeitos e donos de escolas, que temiam os danos à reputação com a exposição de índices baixos de desempenho.

Auxiliares de Haddad lembram da romaria de políticos que iam ao MEC tentar demovê-lo da ideia. No meio da conversa, não resistiam à curiosidade e pediam para ver as notas do seu estado, da sua cidade, da escola dos filhos. A divulgação foi mantida.

Enem e ciclovias: marcas próprias e críticas à forma

No ministério, outras marcas de Haddad foram a série de inaugurações de universidades e escolas técnicas federais e a reformulação do Enem.

Haddad anunciou sua intenção de transformar o exame em substituto dos vestibulares em reunião com reitores em uma noite de março de 2009.

Em outubro, exemplares da prova foram furtados na gráfica Plural, empresa na qual a Folha tinha participação minoritária. Após o desgaste do adiamento da prova, outras falhas se seguiram, como erros na divulgação de gabaritos.

Nomes ligados ao PSDB, como a ex-secretária da Educação paulista Maria Helena Guimarães Castro, atribuíram os problemas à forma considerada açodada de mudar o exame, que hoje ainda é o principal processo seletivo do país.

Outra política pública de Haddad vista como importante, mas com críticas por supostos atropelos na execução, foi a expansão das ciclovias em São Paulo.

Embora sua gestão tenha promovido uma ampliação rápida das vias para bicicletas, construindo 400 km delas, houve trechos mal projetados e que geraram discórdia.

Na ocasião, o vereador Antonio Donato (PT), ex-secretário de Haddad, usou o plenário da Câmara para cobrar mais qualidade nos projetos. Ele disse que a política deveria ser debatida "não só com ciclistas, mas com moradores, comerciantes e todos os envolvidos, porque a rua não é só do ciclista".

A disputa pela rua se deu também com a criação de faixas de ônibus e a proibição de carros na avenida Paulista aos domingos. Apesar das críticas iniciais, as duas políticas foram mantidas e tiveram apoio da população.

Mesmo destino não teve o táxi preto, criado em 2015 pela gestão Haddad para concorrer com o Uber Black -modelo mais luxuoso do aplicativo de transporte.

Para aderir à modalidade, taxistas chegaram a pagar R$ 60 mil na época pelo alvará. Dois anos depois da criação do modelo, nove em cada dez estavam endividados. O Tribunal de Justiça de São Paulo condenou a prefeitura a devolver os valores, o que irá ocorrer.

Fogo amigo

No Ministério da Fazenda, além de ideias, Haddad terá que ter capacidade política de implementá-las.

Em sua passagem pelo MEC, ele não teve grande dificuldade para aprovar projetos. O principal, além do piso do professor e do Fundeb, foi a extensão do ensino obrigatório para o ensino médio e a pré-escola —antes, só o fundamental era compulsório.

As propostas saíam de um núcleo duro que mesclava pessoas experientes com nomes mais jovens, alguns dos quais Haddad havia conhecido na vida acadêmica.

O então secretário-executivo José Henrique Paim, ministro da Educação em 2014, lembra que o chefe também costumava chamar a Brasília acadêmicos críticos das políticas da pasta para ouvir suas colocações, como o economista Claudio de Moura Castro.

Já na prefeitura, em meio a um orçamento enxuto, a realidade política foi diferente. Com uma base ampla, Haddad conseguiu aprovar projetos importantes como o Plano Diretor e a Lei de Zoneamento, mas não escapou de tensão com vereadores que se queixavam de não ser atendidos, em um cenário que articulação política algumas vezes acabava terceirizada.

Ao longo da gestão, Haddad se cercou de um grupo de acadêmicos, técnicos e pessoas próximas, que não participavam do cotidiano partidário. Por ouvir mais esse núcleo do que a sigla, era alvo constante de fogo amigo do PT.

mundo

Porta da residência oficial do premiê do Reino Unido, no número 10 da Downing Street, em Londres Daniel Leal - 23.out.22/AFP

Reino Unido viu ano de instabilidade inédita, e até alface derrubou líder

Renúncias, morte da rainha e economia em crise marcaram 2022 turbulento para os britânicos

Michele Oliveira

MILÃO Não foi um ano ameno para o Reino Unido. Seja na política, na economia ou na monarquia, 2022 será lembrado pela efervescência que se espalhou das mudanças climáticas às instituições, produzindo números e sentimentos negativos que devem permanecer ao longo de 2023 e podem influenciar o resultado das eleições gerais em 2024.

Muitas das cifras foram recordes, como as registradas pelos termômetros durante o verão. Três ondas de calor atingiram o país entre junho e agosto, e pela primeira vez na história os britânicos enfrentaram um calor de 40,3°C.

Em meio a uma emergência nacional —causada pela crise acelerada pela ação humana, segundo especialistas—, serviços como trens e o comércio foram afetados por interrupções, com mais de 3.200 mortes associadas ao calor.

O clima de fritura atingiu também a política, mas não se restringiu ao verão. Em maio, um relatório produzido pelo governo revelou detalhes das festas ocorridas no número 10 da Downing Street, casa oficial do primeiro-ministro em Londres, em 2020 e 2021, durante datas em que os britânicos enfrentavam restrições impostas para controlar o avanço do coronavírus.

Com 60 páginas, o documento mencionava a participação de mais de 80 pessoas ligadas ao governo em comemorações que se estenderam até a madrugada, deixaram paredes sujas de vinho e ocorreram até na véspera do funeral do príncipe Philip.

O então premiê Boris Johnson participou de ao menos oito festinhas, e o desgaste provocado pelo escândalo que foi chamado de "partygate" se somou a outras crises acumuladas em seus três anos no cargo. Em julho, depois de ter sobrevivido a um voto de desconfiança pouco antes, foi forçado a renunciar diante de uma debandada de ministros e funcionários.

A instabilidade política que rondava Londres se aprofundou. Em menos de quatro meses, o Reino Unido teve uma sequência de três primeiros-ministros, uma aberração até mesmo para os padrões da Itália, onde a queda do chefe de governo se tornou tão inerente à cultura quanto a pizza.

Após a saída de Boris, o processo eleitoral interno do Partido Conservador terminou em setembro com a vitória de Liz Truss, então ministra das Relações Exteriores. Terceira mulher a assumir o posto, Truss lançou um plano econômico, chamado de miniorçamento, baseado em corte de impostos e aumento de empréstimos. Foi um desastre que abalou os mercados e levou a libra ao seu menor patamar em quase 40 anos.

Alvo de críticas de todo lado, Truss passou a ser considerada perecível, o que levou ao surgimento de um dos personagens mais surreais do ano —a alface que sobreviveria à sua permanência no cargo.

Após a comparação entre longevidades ter sido feita pela revista The Economist, o tabloide Daily Star passou a transmitir em tempo real o apodrecimento de uma verdura, enquanto a situação de Truss ficava cada vez mais insustentável. Passados somente 44 dias desde a posse, Truss caiu —e a alface venceu.

O curtíssimo mandato não foi marcado só pelo caos econômico. Dois dias depois de assumir, Truss foi ofuscada pela morte da rainha Elizabeth 2ª, aos 96 anos, acontecimento que parou o país e o mundo. Em meio à inquietação política, o Reino Unido perdia um dos seus maiores símbolos de estabilidade.

A subida ao trono de Charles 3º, menos popular que a mãe e o filho William, deu novo fôlego ao movimento antimonarquia no país, que defende a substituição do regime pela escolha do chefe de Estado por meio de eleições. Seja como for, a coroação do rei e da rainha Camilla –uma virada e tanto para quem um dia já foi odiada pelos britânicos– está marcada para maio.

No fim de outubro, o ex-ministro das Finanças Rishi Sunak tornou-se o terceiro premiê do ano, após ser indicado pelo Partido Conservador. Milionário, jovem e descendente de indianos, assumiu com a tarefa de tirar o país da crise política, econômica e social.

O ano britânico também foi de indicadores que há tempos não eram observados no país. O principal deles foi a inflação, que atingiu 11,1% em outubro, a maior taxa em 41 anos. A alta do custo de vida tem sido impulsionada pelos preços de alimentos (+16,4%) e de moradia (+11,7%), como eletricidade e gás, um reflexo direto da Guerra da Ucrânia.

O tema é, de longe, a maior preocupação da população. Em dezembro, pesquisa YouGov mostrou que para 66% dos britânicos a economia é o assunto mais importante, seguida pela saúde (47%). No fim de novembro, o desempenho de Sunak era reprovado pela maioria de 51%.

A insatisfação tanto com o custo de vida quanto com o governo se traduz, neste fim de ano, em uma série de greves de trabalhadores de serviços públicos, que pedem reajustes de salários que acompanhem a inflação. Pela primeira vez em mais de um século, até profissionais da enfermagem cruzaram os braços.

Enquanto tentava resistir à pressão dos sindicatos, Sunak anunciava novos planos para frear a imigração ilegal, outra área que acumulou recordes em 2022 —o ano deve terminar com cerca de 50 mil pessoas chegando ao Reino Unido por barcos que atravessam o Canal da Mancha. Entre as medidas, um comando de militares para atuar na área.

A imigração é o assunto mais importante para apenas 33% dos britânicos, mas é um tema caro aos conservadores e um dos combustíveis que levaram ao brexit. Concretizada em 2020, a saída da União Europeia é um ponto-chave nas razões do ano turbulento pelo qual passou o Reino Unido, e as explicações passam pela linha de que sim, é ruim estar mal acompanhado, mas pior é estar sozinho.

Embora parte dos problemas sejam compartilhados com os vizinhos europeus, como a alta do custo de vida causada pela guerra, os britânicos colecionam desempenhos e perspectivas piores. Enquanto na UE o PIB cresceu 0,2% no terceiro trimestre, entre julho e setembro, no Reino Unido houve queda de 0,3%. A economia britânica vai terminar o ano ultrapassada pela Índia, que se tornará a quinta maior do mundo.

Para a maioria da população, 51%, a saída do bloco foi uma decisão errada, enquanto 34% acreditam que a escolha foi certa –percentual bem inferior aos 52% que escolheram a saída no referendo de 2016. Economistas preveem que os britânicos só sairão da recessão na metade de 2024, quando as eleições para o Parlamento devem ser realizadas. E, ao que tudo indica, o Partido Conservador, no comando do governo desde 2010, deverá ter dificuldades para manter sua maioria. Ainda segundo o instituto YouGov, 48% dizem que votariam hoje no Partido Trabalhista, a principal legenda da oposição, e somente 23% declaram intenção de voto na sigla dos conservadores.

Relembre o ano de 2022 no Reino Unido

- **Maio**: relatório dá detalhes das festas clandestinas em Downing Street
- **Junho**: ondas de calor causam recordes de temperaturas e mais de 3.000 mortes
- **Julho**: sob pressão e fritura interna, Boris Johnson renuncia ao cargo de premiê
- **Setembro**: Liz Truss vence disputa interna entre conservadores e se torna primeira-ministra
- Dois dias após posse de Truss, morre a rainha Elizabeth 2ª, aos 96 anos
- Charles 3º é proclamado rei; coroação está marcada para maio de 2023
- **Outubro**: governo de Truss entra em crise após pacote econômico desastroso
- Primeira-ministra renuncia e perde disputa para pé de alface
- Rishi Sunak assume liderança do Partido Conservador e cargo de premiê

Atirador que matou três curdos em Paris confessa xenofobia

PARIS | AFP E REUTERS O homem detido pelo assassinato de três pessoas em um centro cultural curdo em Paris na sexta-feira (23) afirmou ter "ódio de estrangeiros" ao ser interrogado pela polícia. A informação foi divulgada pela Promotoria parisiense em um comunicado neste domingo (25), reforçando as evidências de que o crime, que gerou protestos na comunidade curda do país teve motivação racista.

O suspeito, um francês de 69 anos identificado como William M., afirmou durante o interrogatório em Paris que desenvolveu um "ódio de estrangeiros completamente patológico" em decorrência de um assalto a sua casa em 2016. Uma de suas passagens pela polícia data do mesmo ano, quando ele esfaqueou um homem que tentou roubá-lo.

No final de 2021, William atacou um campo de refugiados com um sabre e feriu dois sudaneses. Acabou condenado pelo crime em primeira instância, mas foi libertado da prisão preventiva ainda neste mês depois que seus advogados apresentaram um recurso à uma instância superior.

Em seu depoimento à polícia, William contou que chegou a ir à Saint-Denis, subúrbio no norte de Paris conhecido por abrigar muitos imigrantes, em busca de vítimas, mas desistiu após ver poucos transeuntes nas ruas. Segundo o jornal Le Monde, ele admitiu que se dirigiu ao 10º arrondissement, palco do crime, porque sabia que lá ficava o centro cultural curdo que atacou, o Ahmet-Kaya.

Também disse não conhecer as três pessoas que matou —uma delas, Emine Kara, líder do movimento de mulheres curdas na França—, mas que tinha raiva dos curdos porque eles optaram por manter presos integrantes do Estado Islâmico em vez de matá-los ao conquistar um presídio durante a guerra na Síria.

Ainda de acordo com o periódico francês, o atirador declarou que seu único arrependimento é não ter se matado após o ataque. Afirmando sofrer de depressão, ele disse que sempre pensou que, se cometesse suicídio, levaria "seus inimigos para o túmulo junto com ele", especificando que, por inimigos, ele queria se referir a todos os "estrangeiros não europeus".

A comunidade curda na França tem organizado protestos pedindo respostas do Estado em relação ao crime desde o momento do ataque. Ele ocorre dez anos depois do assassinato de três ativistas curdas no mesmo distrito do ataque da sexta —uma das vítimas era a fundadora do Partido dos Trabalhadores Curdos (PKK), que luta pela criação de um Estado curdo no Oriente Médio. Descendentes da Pérsia antiga, eles representam hoje a maior nação apátrida do mundo.

Nos atos houve cenas de enfrentamento com a polícia. Carros foram atacados e pequenos incêndios foram registrados em áreas da Praça da República, onde estava a concentração na capital francesa. Alguns manifestantes lançaram objetos contra a polícia, que, por sua vez, respondeu com gás lacrimogêneo.

Representantes da comunidade ainda têm pressionado as autoridades para enquadrar o crime como um atentado terrorista. Uma busca na casa do atirador, onde ele morava com os pais, não encontrou evidências de que ele tivesse relações com ideologias extremistas. A polícia investiga suspeitas de homicídio, de tentativa de homicídio, de violência intencional com armas e de violação da legislação sobre armas.

William foi internado em uma unidade psiquiátrica depois que o seu interrogatório foi suspenso por questões médicas no sábado (24). Dos três feridos no tiroteio, dois ainda estão no hospital, mas não correm risco de morte, de acordo com a promotoria.

Ocidente falha e abre brechas para Rússia atuar no Sahel

Moscou aproveita relações da era soviética e busca protagonismo na África

Mayara Paixão

GUARULHOS- Imagens do golpe militar ocorrido em Burkina Fasso em setembro evidenciam que o episódio ia além de mais uma desestabilização política. Nas ruas, dezenas de pessoas hasteavam bandeiras e cartazes em defesa de maior presença da Rússia.

O episódio tem como pano de fundo o alargamento da participação diplomática e militar de Moscou na África, na região do Sahel. Especialistas sugerem que o movimento decorre do fracasso de nações ocidentais, como a França, em ajudar esses países a consolidarem democracias.

O caso burquinense parece seguir a cartilha até aqui observada: no início de dezembro, o regime local concedeu a licença de exploração de uma nova mina de ouro à empresa de mineração russa Nordgold.

Algumas semanas depois, a vizinha Gana acusou o país de pagar com a mina a contratação de mercenários russos membros do notório Grupo Wagner, empresa paramilitar privada que também vem atuando na Guerra da Ucrânia.

Já assolado pelos impactos da emergência climática e da pobreza extrema, o Sahel passou a ser palco nos últimos anos do jihadismo. Paris, ligada a nações da região por laços coloniais, estabeleceu a operação Barkhane em 2014 para ajudar no combate ao terrorismo, mas, frente a pouco êxito, encerrou-a em novembro do ano passado.

Em sua maioria autocracias e militarizados, os regimes locais precisam de ajuda externa para combater grupos radicais, mas demonstraram estar cansados das exigências feitas como contrapartida.

"Há tendência de atores russos não se concentrarem na construção de instituições independentes dentro dos Estados, em oposição ao que é feito por União Europeia e as Nações Unidas", afirma Zoë Gorman, que estuda o tema na Universidade de Princeton. "Russos não estão lá para dizer aos países africanos como devem administrar seus Estados; estão mais interessados em um arranjo puramente econômico e militar."

Região do Sahel, na África

O anseio desses países vai ao encontro do apetite de Moscou, que busca consolidar na África e na Ásia campos de influência que contrabalanceiem o distanciamento das nações do continente europeu.

Angelo Segrillo, professor de história da USP e autor de "Os Russos", afirma que o governo de Vladimir Putin passou a olhar mais para o continente após a crise gerada pela anexação da península da Crimeia, em 2014. "É uma forma de a Rússia fugir do cerco e do isolamento diplomático por parte do Ocidente e conseguir aliados em outros lugares do mundo", explica ele.

O movimento ficou mais evidente em 2019, quando o líder russo recebeu em Sochi, às margens do mar Negro, cerca de 40 líderes africanos, na primeira cúpula Rússia-África.

Do lado russo, além de apoio diplomático em fóruns internacionais e acesso a recursos como jazidas, há ainda a expansão da influência militar. O fator, porém, irradiou preocupação ao longo de 2022.

Em abril, ONGs cobraram internacionalmente respostas do regime do Mali após a morte de 200 a 300 pessoas em uma ação contra radicais islâmicos na região central do país. A principal suspeita é de que o Grupo Wagner, contratado pelo regime, também tenha participado da operação.

O aumento da violação de direitos humanos em ações encabeçadas pelos regimes locais tem sido uma das principais consequências da maior presença russa, afirma Zoë Gorman. "Tendências semelhantes ocorreram em outros conflitos africanos com atividade mercenária, como na República Centro-Africana, na Líbia e em Moçambique."

O cenário decorre da violência dos regimes locais, mas também da impunidade que circunda a atuação de empresas paramilitares privadas como a Wagner, coibidas pelo direito internacional mas, na prática, atuantes em diversas regiões africanas. Soma-se também o fato de que muitas vezes o grupo é contratado por elites locais. "Eles não têm de prestar contas à população, mas sim à pessoa que assina seu contrato", diz.

Nações como os Estados Unidos reiteradamente criticam a atuação dos mercenários, ainda que grupos do tipo também tenham atuado ao lado dos americanos em conflitos como a Guerra do Iraque.

Em comunicado recente, o Departamento de Estado acusou o líder do Grupo Wagner, o oligarca Ievgeni Prigojin, de cooptar movimentos em defesa da soberania africana para espalhar desinformação.

"O pan-africanismo é um movimento legítimo, mas Prigojin cooptou ativistas para promover os interesses russos no continente; são influenciadores que defendem que Moscou coloque a mão em assuntos africanos e moldam opiniões favoráveis aos objetivos políticos do Kremlin."

Outrora às margens da agenda de assuntos pública, Prigojin começou a fazer, ao longo dos últimos meses, diversos discursos sobre o tema. Sobre o golpe em Burkina Fasso, por exemplo, teceu elogios à ação dos militares: "O povo estava sob o jugo dos colonialistas, que apoiavam gangues de bandidos e causavam muita dor à população local."

Brendan McDermid/Reuters

NÚMERO DE MORTOS EM ONDA DE FRIO NOS EUA SOBE PARA 28

Uma nevasca atingiu a cidade de Buffalo, no estado de Nova York, no dia de Natal, e deixou centenas de pessoas presas dentro de seus carros, milhares sem eletricidade, além de elevar o número de mortos em decorrência da tempestade de inverno. Ao menos 28 pessoas morreram em decorrência da onda de frio nos Estados Unidos, de acordo com levantamento da emissora NBC News. E o número deve continuar a subir, já que alguns dos mortos foram encontrados dentro de carros ou soterrados em bancos de neve. A governadora de Nova York, Kathy Hochul, disse a repórteres que estava em contato com a Casa Branca e que o governo de Joe Biden apoiará o pedido do estado para uma declaração federal de desastre. "Esta nevasca passará para a história como a mais devastadora em Buffalo. Já é uma tempestade histórica e ainda estamos no meio dela", disse a democrata. No condado de Erie, 500 motoristas ficaram presos em seus veículos da noite de sexta-feira (23) até a manhã de sábado, e a Guarda Nacional foi acionada para ajudar nos resgates.

Ucraniana da cidade de Zelenski se apega à fé em Jesus Cristo durante seu refúgio no Brasil

GUERRA DA UCRÂNIA

Pedro Lovisi

BELO HORIZONTE A vida de Olena Zibrova, 65, é marcada pela devoção a Jesus Cristo. Desde que se curou de um câncer há 30 anos, a pastora carrega a Bíblia em praticamente todos os lugares aonde vai. Não foi diferente quando ela se encontrou com a **Folha** no restaurante de um supermercado em Belo Horizonte. Antes de falar sobre sua vida na capital mineira, após meses fugindo da Guerra da Ucrânia, ela abriu o livro cristão e rezou o pai-nosso em português.

"Conheço algumas passagens da Bíblia de cor, mas em português não sei muito bem", explicou. Olena chegou a Belo Horizonte no final de abril, quando deixou seus três filhos e quatro netos na Ucrânia em decorrência da guerra. Seu marido, com quem viveu por 47 anos, tinha acabado de morrer devido a um AVC.

A escolha pelo Brasil, segundo ela, foi fruto da vontade de Deus. Antes do conflito, ela mal conhecia o país e, muito menos, a língua portuguesa — Olena fala ucraniano e russo. Seus filhos, porém, insistiram, e ela buscou apoio na GKPN (Global Kingdom Partnership Network), organização de missionários e empresários cristãos que está presente em mais de cem nações.

"Meus filhos estavam muito preocupados comigo. Meu marido faleceu no dia 19 e, no dia 20, eles pediram para eu me mudar para o Brasil", afirma. Aqui, ela e outros 12 refugiados foram acolhidos pela Igreja Batista Central, em uma região nobre de BH, onde acompanham os cultos semanalmente. As pregações são traduzidas para o ucraniano por Uliana Labiak — que também auxiliou na entrevista com Olena. A igreja fornece tratamentos de saúde e de beleza, dinheiro para despesas diárias e escola para crianças.

Antes de fugir da guerra, a ucraniana trabalhava como missionária de sua própria igreja, fundada há três décadas em Krivii Rih, cidade do presidente Volodimir Zelenski. Hoje, ela tenta manter a função, conversando semanalmente com os pastores distribuídos por várias regiões da Ucrânia, além de Alemanha, República Tcheca e Polônia — as três nações abrigaram os religiosos durante a guerra.

Mas a distância dificulta o contato com os fiéis, e as tarefas diárias foram designadas ao seu filho, Andrei, 46, que hoje mora sozinho em uma cidade do centro da Ucrânia após organizar a ida dos filhos e da esposa para a Alemanha. Ele é responsável por cuidar de pessoas que fogem de regiões muito afetadas pela guerra. A casa onde Olena morava também foi transformada em um abrigo para refugiados.

Olena Zibrova, 65, refugiada ucraniana que vive em BH Pedro Lovisi -23.set.22/Folhapress

Suas filhas, de 36 e 22 anos, também tiveram que sair de casa. A mais velha cogitou vir ao Brasil, mas foi convencida pelo marido a se mudar para uma cidade em território ucraniano mesmo. Dias antes da escolha, os russos bombardearam sua residência em Energodar — onde fica a usina nuclear de Zaporíjia, alvo de vários bombardeios.

"Talvez meus filhos venham ao Brasil; eles estão com medo de um ataque nuclear", afirma Olena, em referência às ameaças do presidente Vladimir Putin de usar armas de destruição em massa, se necessário.

A ucraniana se diz, na medida do possível, adaptada ao Brasil. Diariamente, ela participa de atividades oferecidas pela igreja, como fabricação de sabonetes e cursos de costura e português. O idioma ainda é um obstáculo, mas Olena decorou frases como "Deus te abençoe" e "Deus abençoe a sua família". Para ela, o maior entrave é reconhecer os sons das letras do novo alfabeto — no cirílico, por exemplo, a letra P tem som de R e a letra H, de N.

A culinária mineira, por outro lado, não é um problema. Ela diz ter gostado do pão de queijo, ainda que considere o pirojki (pãozinho assado com diferentes recheios) mais gostoso. O feijão está reprovado: "Para os ucranianos, nossa comida é sempre a melhor", diz.

Olena sente falta de sua terra natal e ainda sonha que o conflito acabe em breve. "Antes orávamos para ganhar a guerra contra os russos, mas agora oramos como Jesus Cristo: 'Pai, perdoa-lhes, pois eles não sabem o que fazem'."

Quatro desafios para 2023

2022 se torna o terceiro ano mais importante do século

Mathias Alencastro
Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, ensina relações internacionais na UFABC

Depois do ano de 2005, quando a lógica das relações entre Estados Unidos e China mudou definitivamente, e de 2016, o ano da eleição de Donald Trump e do referendo do brexit, 2022 se torna o terceiro ano mais importante do século. Ele nos lega quatro desafios.

Impedir a grande divergência

Num debate tomado por paixão ideológica e interpretações históricas frágeis, duas verdades sobre a Guerra da Ucrânia são imutáveis. Por um lado, a "operação militar especial", que deveria levar à queda de Kiev em 3 dias, fracassou em seus objetivos. Por outro, os EUA viram na contraofensiva ucraniana uma forma de pressionar rivais geopolíticos.

O impasse no campo de batalha impediu a grande divergência entre Ocidente e Oriente que era dada como inevitável no começo da guerra. Os últimos grandes eventos do ano mostraram que EUA e China estão dispostos a negociar uma saída na guerra. O desafio é aumentar o custo do conflito para a Rússia e baixar o custo da negociação, criando uma saída segura para os ucranianos, e uma solução política para o regime de Vladimir Putin.

Relançar a política climática

A eleição de Lula, e a derrota do primeiro governo abertamente ecocida da história, encerra um ciclo de turbulência na diplomacia climática iniciado pela saída dos EUA dos Acordos de Paris em 2017. Após anos de dificuldades, a União Europeia foi obrigada a fazer a transição energética na marra, pressionada pela guerra.

O choque da guerra está estimulando os países do Sul a acelerarem a sua entrada na era pós-carbono. Mas todo o cuidado é pouco. Mal implementadas, as políticas públicas verdes podem provocar revoltas sociais, como no caso dos Coletes Amarelos na França.

Regular as big techs

A deriva circense de Elon Musk no Twitter, o fiasco anunciado do megainvestimento de Mark Zuckerberg na realidade virtual, e a detenção de Sam Bankman-Fried depois da falência bilionária da FTX, um dos maiores fundos de criptomoedas do mundo, abriu uma janela de oportunidade única para que empresas e Estados voltassem à mesa de negociações.

Levado à beira do colapso por um presidente que radicalizou a política a partir das redes sociais, o Brasil tem a força e a legitimidade para fazer da regulação das novas tecnologias o ponto de partida da nova governança global.

Preservar as democracias

Em 2022 as democracias dobraram, mas não quebraram. Os movimentos de extrema direita precisam aprender a viver sem os autocratas que surgiram depois da crise financeira de 2008 e do advento da comunicação digital de massa. Passado, pelo menos temporariamente, o risco de colapso das democracias, o desafio agora é desenhar as novas formas de governabilidade.

Na União Europeia, a instabilidade dos Parlamentos nacionais está sendo compensada pelo fortalecimento das instituições de Bruxelas. Na América Latina, a destituição do governante peruano Pedro Castillo é um lembrete que a integração regional ainda depende da consolidação das democracias. E o tempo corre. Daqui a um ano, a região se preparará para um novo mata-mata: o embate presidencial entre democratas e a direita trumpista nos Estados Unidos.

| SEG. Mathias Alencastro | **QUI. Lúcia Guimarães** | SÁB. Tatiana Prazeres

Perfis fazem mapas divertidos no Twitter e no Instagram

Páginas nas redes sociais brincam com regionalismos e geopolítica e dizem que não podem ser levadas a sério

Pedro Lovisi

BELO HORIZONTE Se cada país europeu fosse uma pessoa, como eles chegariam a uma festa? De acordo com uma página de mapas que viralizam no Instagram, a França apareceria fumando um cigarro, a Itália bebendo um vinho, a Noruega levando todos os amigos, o Reino Unido bêbado e indo embora mais cedo, e a Espanha chegando três horas atrasada. A Rússia, por sua vez, iria ao evento mesmo que ela não tivesse sido convidada.

A brincadeira foi criada e desenhada pelo perfil Atlasova, que publica mapas às vezes informativos e engraçados em suas redes sociais. Páginas do mesmo estilo misturam sarcasmo e geopolítica no Instagram e também no Twitter.

Recentemente, o Atlasova publicou também um mapa que estimula seus seguidores a pensar: como você chama aquelas pessoas que comem outros seres humanos? Segundo a arte, os europeus se dividem entre "canibal" ou "comedor de homens". A Turquia, porém, tem um jeito exclusivo de denominar essa prática: yamyam (a pronúncia é muito semelhante à onomatopeia "nham, nham").

"Turquia, o que tem de errado com você?", ironiza a página. A publicação, uma das mais repercutidas em toda a página, teve mais de 1.600 comentários, a maioria positivos. Houve, porém, quem ficasse descontente com a brincadeira. Nesse caso, alguns tentaram explicar que a palavra usada tem origem em um antigo dialeto africano e não no som da onomatopeia.

Brincadeiras à parte, alguns desses perfis também publicam mapas com conteúdos sérios, informativos. O mesmo Atlasova, por exemplo, posta quase diariamente outros mapas políticos, geográficos e econômicos, como "Protestos na China estão ficando mais intensos", "Como o mundo pode parecer daqui a 250 milhões de anos" e "Bitcoin é uma moeda legal em seu país".

Mas, afinal, é possível confiar nesses mapas? "Não, você não pode", afirma à **Folha** o criador do Atlasova, Auke Ross. "Somos uma página de entretenimento, não um periódico científico. Tentamos fazer o nosso melhor, filtrando os dados mais precisos, mas no fundo isso é um hobby pra gente; não ganhamos muito dinheiro, e isso está longe de ser um trabalho", acrescenta.

Ross, 31, é um cientista político holandês que mora em Roterdã. Ele aproveita seu tempo livre para levantar dados e publicar mapas como os citados nas redes sociais.

A 2.000 quilômetros dali, um adolescente búlgaro de 17 anos controla a Amazing Maps, página de 103 mil seguidores no Instagram que publica, diariamente, mapas e infográficos com conteúdos ainda mais sérios e políticos do que os geralmente divulgados por perfis desse tipo.

Nas últimas semanas, por exemplo, Georgi Pamyatinih elaborou mapas sobre a localização das bases nucleares de Rússia e Estados Unidos, a taxa de desemprego nos países europeus, nações que já têm 5G e países que apoiam a adesão da Ucrânia à Otan (a aliança militar do Ocidente). Assuntos complexos —ainda mais para quem está cursando o ensino médio, como o criador do perfil nas redes.

Pamyatinih afirma que os dados publicados são colhidos de fontes confiáveis, como o instituto britânico YouGov e os censos locais. Uma rápida pesquisa na página, porém, evidencia que Pamyatinih também utiliza o Wikipedia para coletar dados —a famosa plataforma de pesquisa pode ser editada por qualquer usuário da internet, o que a torna menos confiável.

Além disso, há vários mapas criados com dados de terceiros e não necessariamente a partir da fonte primária. Há cerca de dois anos, o Instagram suspendeu a conta Amazing Maps. "Sou búlgaro e, na época, fazia mapas que incomodavam nossos vizinhos, como Sérvia e Macedônia; com isso, várias pessoas podem ter denunciado minha página. Consegui recuperá-la, mas hoje eu aprendi a lição e não faço mais esse tipo de conteúdo", afirma o jovem.

Entre as publicações questionadas está um "mapa alternativo" da área dos Balcãs. No desenho de Pamyatinih, a Macedônia e o Kosovo são encobertos pela Albânia; já Montenegro e Bósnia pela Sérvia. No mesmo mapa, algumas ilhas turcas no mar Egeu são atribuídas à Grécia —a região é palco de conflito entre gregos e turcos. "Esse mapa é 'cringe'", comentou um dos seguidores, enquanto outro chamou a página de "nacionalista grega e sem graça".

Hoje, o adolescente de 17 anos consegue arrecadar dinheiro com seu perfil. Ele criou uma loja online para vender mapas personalizados por € 10 euros cada (R$ 55) e consegue receber, em média, € 150 por mês. "Metade dos meus clientes é americana, mas há muitos ingleses e alemães também", afirma.

No Brasil, umas das páginas que mais fazem sucesso com esse tipo de conteúdo é a Brasil em Mapas, que conta com 260 mil seguidores. O perfil surgiu durante a pandemia, quando o especialista em relações internacionais William Ferreira, 40, criou mapas distribuindo os casos de Covid por estado. Ao longo do tempo, o conteúdo foi se expandindo, e hoje a página publica infográficos sobre temas econômicos e políticos.

Segundo Ferreira, o Instagram bloqueou da página gráficos que mostravam valores descontingenciados da educação e da saúde de 2019 a 2021.

Ocasionalmente, o perfil também publica alguns mapas descontraídos, como o "Nomes mais populares do pão brasileiro". Com base em dados do Google Trends, Ferreira constatou que os mineiros chamam o alimento de "pão de sal", parte dos paulistas de "filão", os paraibanos chamam de "pão aguado" e parte dos amazonenses prefere "pão massa grossa".

"Quem vê a imagem em si não imagina a leitura antes de ela ser criada. Eu faço isso porque nem sempre uma imagem vale mais que mil palavras", explica Ferreira.

1 Mapa do Brasil em Mapas mostra regionalismos na forma de se referir ao pão **2** Mapa do Atlasova mostra como os países se referem a humanos que comem carne humana **3** Mapa do Amazing Maps ilustra região dos Bálcãs a partir de disputas geopolíticas

China provoca apagão de dados de Covid-19 em meio a surto de milhões

PEQUIM | AFP E REUTERS A Comissão Nacional de Saúde da China anunciou neste domingo (25) que não divulgará mais dados diários de casos e mortes por Covid, como fazia desde o início de 2020. O anúncio se dá em meio a uma onda sem precedentes de contágios pelo vírus no país asiático.

A Comissão, que tem status de ministério, não deu nenhuma justificativa para a decisão. Dez dias antes, porém, havia declarado que o rastreamento de novos casos se tornara praticamente impossível desde a flexibilização das medidas de controle. Isso porque, ao decretar o fim da obrigatoriedade dos testes PCR e a permissão para quarentena domiciliar, os chineses passaram a realizar exames em suas próprias casas, e a maior parte deles não comunica os resultados às autoridades.

O órgão acrescentou que o Centro para o Controle e a Prevenção de Doenças (CDC) chinês publicará informações sobre o surto, mas não especificou que dados serão divulgados e com que frequência. Também o CDC tinha anunciado que não publicaria relatórios diários sobre Covid.

Segundo a agência de notícias AFP, a população, que vinha notando a discrepância dos números oficiais em relação à quantidade de conhecidos infectados, recebeu o anúncio com sarcasmo. "Finalmente acordaram e perceberam que não podem enganar as pessoas com números subestimados", escreveu um usuário da rede social Weibo.

Outra controvérsia que pôs os dados oficiais em xeque foi uma nova metodologia imposta pelo regime. Só as mortes decorridas de pneumonia ou insuficiência respiratória ocasionadas pelo novo coronavírus são contabilizadas como óbitos relacionados à doença. Desde a suspensão da política da Covid zero, as autoridades só atribuíram seis mortes ao vírus, e a OMS (Organização Mundial da Saúde) afirma não ter recebido nenhum dado sobre novas hospitalizações.

Relatos na mídia estatal indicam pressão sobre o sistema de saúde nacional, com funcionários trabalhando doentes.

Funcionários de crematórios ainda relataram à AFP um aumento expressivo do número de cadáveres que estão recebendo. Guangzhou, cidade com 19 milhões de habitantes, havia anunciado que adiaria suas cerimônias fúnebres para depois de 10 de janeiro em razão de um "aumento significativo de demandas".

Diante do apagão de dados centralizados, algumas províncias passaram a divulgar suas próprias estatísticas. É o caso da província de Zhejiang, a cerca de 200 quilômetros de Xangai, que conta com cerca de 65 milhões de habitantes.

Segundo as autoridades locais, o número de contágios diários hoje supera um milhão. Além disso, a quantidade de pacientes que visitaram clínicas especializadas aumentou 14 vezes desde a semana passada, e pedidos de internação no centro de emergência da capital, Hangzhou, mais do que triplicaram em relação à média registrada em 2021.

Também as cidades de Qingdao, no leste, e Dongguan, no sul, estimam dezenas de milhares de casos diários de Covid. Enquanto isso, a capital, Pequim, afirmou no sábado (24) que abriga um grande número de pessoas infectadas.

A mudança no curso da polêmica política de Covid zero, que incluía práticas como confinamentos em larga escala e internação sistemática de pessoas contaminadas, vem na esteira de uma incomum série de mobilizações populares realizadas nas principais cidades e universidades do país em novembro, um desafio público ao líder Xi Jinping.

entrevista da 2ª

Divulgação

Timothy Power, 69
É chefe do departamento de Ciências Sociais da Universidade Oxford, no Reino Unido, onde é professor de política latinoamericana. Coautor de Coalitional Presidentialism in Comparative Perspective (presidencialismo de coalizão em perspectiva comparada, Oxford University Press, 2020), entre outros

Timothy Power

Sociedades polarizadas não têm espaço para presidente popular

Embora hábil na negociação, Lula dificilmente repetirá a mesma aprovação do final de seu segundo mandato, quando chegou a 83% de avaliações positivas, diz professor

PODER

Angela Pinho

SÃO PAULO Dificilmente um presidente terá a aprovação de mais de 50% da população em sociedades muito polarizadas como as do Brasil e dos EUA, avalia Timothy Power, chefe do departamento de Ciências Sociais da Universidade de Oxford, no Reino Unido.

O desafio de furar a bolha, em sua opinião, vale mesmo para o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que Power vê como caso único por liderar um mesmo partido por mais de 40 anos.

Professor de política com foco em América Latina em Oxford, Power falou sobre polarização em evento da Fundação Lemann com a Blavatnik School of Government, da Universidade de Oxford no fim de novembro

Com português fluente, ele avalia em entrevista à **Folha** que, apesar da capacidade de negociação de Lula, será mais complicado formar base ampla agora do que foi em 2003, entre outras razões devido à dificuldade de atrair parlamentares de estados bolsonaristas.

Em sua opinião, acenar ao centro na coalizão governista, o que ainda não aparece com força nos anúncios de ministros, será fundamental.

*

Comentando a saída da Liz Truss [do cargo de primeira-ministra], Lula falou que ela não tinha tamanho para lidar com a crise do Reino Unido. Lula tem tamanho para lidar com a situação no Brasil, com crise social e gente protestando até agora em frente aos quartéis? Tamanho ele tem. Ele começou em 2002 com condições bastante adversas e conseguiu formar uma coalizão e, ao longo do tempo, aumentá-la. Mas eu acho que vai ser mais difícil desta vez do que foi em 2002.

Em 2003 e 2004, a grande conquista foi trazer o PMDB para o governo. Hoje, o MDB é um partido muito reduzido em tamanho, e o PSDB tem mais ou menos o mesmo tamanho do PSOL na Câmara. Vai ser mais difícil conquistar um centro que é mais superficial e reduzido.

Em segundo lugar, muitos deputados eleitos em estados que votaram em Bolsonaro vão ter mais dificuldade de em entrar na coalizão, a situação é muito mais polarizada. O custo de aderir ao governo petista em 2003 era menor do que é hoje se você vem de Santa Catarina, Paraná e Distrito Federal.

E, em terceiro lugar, tem o quadro econômico externo, que não tem as mesmas condições favoráveis de 2003.

O senhor vê alguma chance do Lula terminar de novo o mandato com 83% de popularidade? Eu acho que, em sociedades polarizadas, não existe mais espaço para presidentes populares. Por exemplo, nos Estados Unidos não vai ter mais presidente popular, porque o teto de aprovação é 50%. O Lula com muita sorte podia fazer isso, mas o teto será bem menor do que 83%.

Por que dificilmente um presidente hoje vai ter mais que 50% de popularidade? Os índices de rejeição de Lula e Bolsonaro foram muito previsíveis ao longo do ano todo, 45% a 55% dos eleitores rejeitavam totalmente a outra proposta. Isso de certa forma permanece, então existe um teto de vidro de 50%, um pouco mais, de popularidade para o presidente no primeiro ano. Nos Estados Unidos é a mesma coisa, Biden e Trump nunca vão ultrapassar 50%.

A polarização é um cenário que já está dado ou há algo que o governo eleito possa fazer? Não vai ser fácil. Na campanha, o Lula deu sinais de que queria quebrar esse muro. O grande contraste foi justamente a indicação dos respectivos candidatos a vice-presidente. Todo mundo sabe que candidato a vice não agrega muita coisa matemática, mas tem valor simbólico muito grande de sinalizar aos adversários para o centro.

Lula escolheu Alckmin. O Bolsonaro tinha a mesma chance de sinalizar e optou por substituir um general por outro general. Desperdiçou a possibilidade de sinalizar. Podia ter virado o jogo numa eleição tão apertada.

Agora, sinalização não é a mesma coisa que conquistar cadeiras na Câmara ou compor um governo. O importante é repetir o exemplo de Alckmin em cargos ministeriais. Os primeiros nomes anunciados vêm do PT. Deveria haver mais nomes de natureza simbólica, como Alckmin, em cargos importantes.

> “Por exemplo, nos Estados Unidos não vai ter mais presidente popular, porque o teto de aprovação é 50%. O Lula com muita sorte podia fazer isso, mas o teto será bem menor do que 83%.
>
> Lula começou em 2002 com condições bastante adversas e conseguiu formar uma coalizão e, ao longo do tempo, aumentá-la. Mas eu acho que vai ser mais difícil desta vez do que foi em 2002. Em 2003 e 2004, a grande conquista foi trazer o PMDB para o governo. Hoje, o MDB é um partido muito reduzido em tamanho, e o PSDB tem mais ou menos o mesmo tamanho do PSOL na Câmara. Vai ser mais difícil conquistar o centro

Como se chegou a esse grau de polarização? Há uma distinção entre polarização macropolítica e micropolítica. Na macropolítica, você define quem são os inimigos e não se posiciona em termos de políticas públicas ou decisões, você simplesmente sabe que se aquela ideia veio do outro lado, é uma ideia ruim e não precisa mais ter debate. Tem muito a ver com a disseminação de mídias sociais, a simplificação de mensagens, a rapidez, desinformação.

A polarização micropolítica é outra coisa que a gente entende muito menos, que é a polarização dentro das famílias, na mesa do jantar, no lugar de trabalho, na rua. É o estresse que a polarização política impõe nas relações.

Quais as possíveis saídas? Para a polarização micropolítica, não há resposta fácil. Já a polarização macropolítica pode ser quebrada por ação inteligente por parte das elites.

No Brasil, sempre houve duas instituições que atenuam a polarização na máquina política. A primeira é o presidencialismo de coalizão. Nenhum presidente chega com maioria pré-fabricada, então as pessoas têm que formar maioria com negociação e coalizões.

A outra instituição que atenua a polarização no Brasil é a governança multinível, municipal, estadual e federal. Muitos países têm apenas dois níveis ou um. Com três, as coalizões e as famílias políticas às vezes são incongruentes entre os níveis, e é natural que o palanque de um político em um município seja um e no estado seja outro. Isso ajuda a quebrar a polarização que existe numa eleição presidencial.

Lula é mestre em fazer coalizões imprevisíveis. Será mais difícil em 2023 do que em 2003, mas não é impossível.

A raiz da polarização está só rede social ou dá para pensar em outros fatores? As instituições políticas, as organizações e os movimentos sociais perderam espaço para os meios sociais. Quando Lula formou um partido, a grande arma do PT eram os sindicatos. Mas hoje uma conta de WhatsApp pode valer uma CUT, porque o custo de mobilização foi muito reduzido. Isso é muito diferente de uma campanha tradicional, com partidos, sindicatos, movimentos sociais com plataformas consistentes.

E eles tinham, quem sabe, menos mobilização intereleitoral do que hoje, porque hoje, mesmo nos anos não eleitorais, os meios sociais continuam muito ativos. O populista, quando ganha, não governa, continua em campanha. Foi assim com Bolsonaro e do Trump.

Quais são os pontos de diálogo com os bolsonaristas? Um pacto nacional para a incentivar o crescimento econômico seria o ponto número 1, o segundo a reconstrução dos serviços públicos, da saúde, da segurança pública, depois desses anos de bolsonarismo e pandemia. Temas culturais, de identidade e de direitos reprodutivos voltam à polarização eleitoral imediatamente.

Essa é uma preocupação frequente. O que as minorias, a população LGBTQIA+, por exemplo, podem esperar de um governo como este? Se eu participasse de qualquer movimento social no Brasil, estaria muito otimista, mas otimista em relação aos últimos quatro anos, não em relação à agenda total dos grupos. O PT tem uma tradição de trazer os movimentos sociais para o cerne do governo.

Agora, a criação de secretarias especiais etc. é mais difícil, porque isso infla o tamanho do ministério com pouco retorno político para o governo. Durante o mandato, o Lula aumentou o número de ministérios. Isso me parece uma estratégia defasada e sem muita eficácia neste momento.

Lula já declarou que não quer tentar reeleição. O que isso muda para pensar as forças internas do governo? Em vários outros momentos no passado, o Lula já tinha levantado a hipótese de o PT apoiar outro nome, fora do PT, como o Eduardo Campos. Sempre houve resistência dentro do partido a isso. Mas acho que falar isso também é uma mensagem interna para o partido de que é o momento de começar a pensar em nomes pós-Lula. Olhando para todo o planeta, é muito difícil pensar em outros partidos com o mesmo líder há 43 anos.

Simone Tebet, caso entre no governo, estará em situação peculiar, porque o governo vai abrigar alguém que provavelmente vai concorrer contra candidato do PT em 2026. Como vê a situação dela? O comportamento dela na eleição foi extremamente corajoso. Ela arriscou tudo para apoiar o Lula, sabendo que, se ela errasse nessa estratégia, a carreira política dela acabaria em um minuto. Acho importante o Lula usar esse nome para sinalizar aos setores econômicos ao redor dele, aos quais a esquerda tem pouco acesso.

Agora, ela teve 4% dos votos. É preciso cumprimentar as pessoas que tiveram papel coadjuvante importante, mas não é algo que dá muito poder político a essas pessoas.

mercado

Renda dos mais pobres volta ao nível pré-Covid, mas continua longe do pico

Rendimento nas metrópoles ainda está 22% abaixo do recorde registrado em 2013, aponta estudo

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO Com o avanço do mercado de trabalho e a trégua da inflação, a renda média dos 40% mais pobres retomou o patamar pré-pandemia nas regiões metropolitanas do país.

Mesmo com a melhora, concretizada no terceiro trimestre, o rendimento dos mais vulneráveis ainda está em torno de 22% abaixo do pico de uma série histórica iniciada em 2012. É o que indica a 11ª edição do Boletim Desigualdade nas Metrópoles, que reúne dados de 22 regiões metropolitanas do país.

O estudo analisa o comportamento da renda do trabalho em termos reais (corrigida pela inflação). Recursos obtidos com outras fontes, como os benefícios sociais, não são levados em consideração.

Segundo o boletim, o rendimento médio domiciliar per capita (por pessoa) dos 40% mais pobres nas metrópoles subiu para R$ 251 no terceiro trimestre de 2022 —estava em R$ 240 nos três meses imediatamente anteriores.

Com o avanço entre julho e setembro deste ano, o indicador ficou em linha com o valor do primeiro trimestre de 2020 (R$ 250), o que não havia ocorrido até então.

O estudo considera o primeiro trimestre de 2020 como o pré-pandemia porque os impactos da crise sanitária sobre a renda do trabalho só apareceram com maior clareza a partir do segundo trimestre daquele ano.

O boletim é produzido em uma parceria que envolve o laboratório de estudos PUCRS Data Social, o Observatório das Metrópoles e a RedODSAL (Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina).

"Não é exatamente algo a ser comemorado, já que se trata de uma renda ainda muito baixa, mas é um marco em relação ao processo como um todo da pandemia", diz André Salata, pesquisador do PUCRS Data Social e um dos coordenadores do levantamento.

Além de viverem com menos, os 40% mais pobres também perderam mais rendimento em termos proporcionais no início da crise sanitária.

A renda média per capita desse grupo chegou a despencar a R$ 164 no terceiro trimestre de 2020, o menor nível da série.

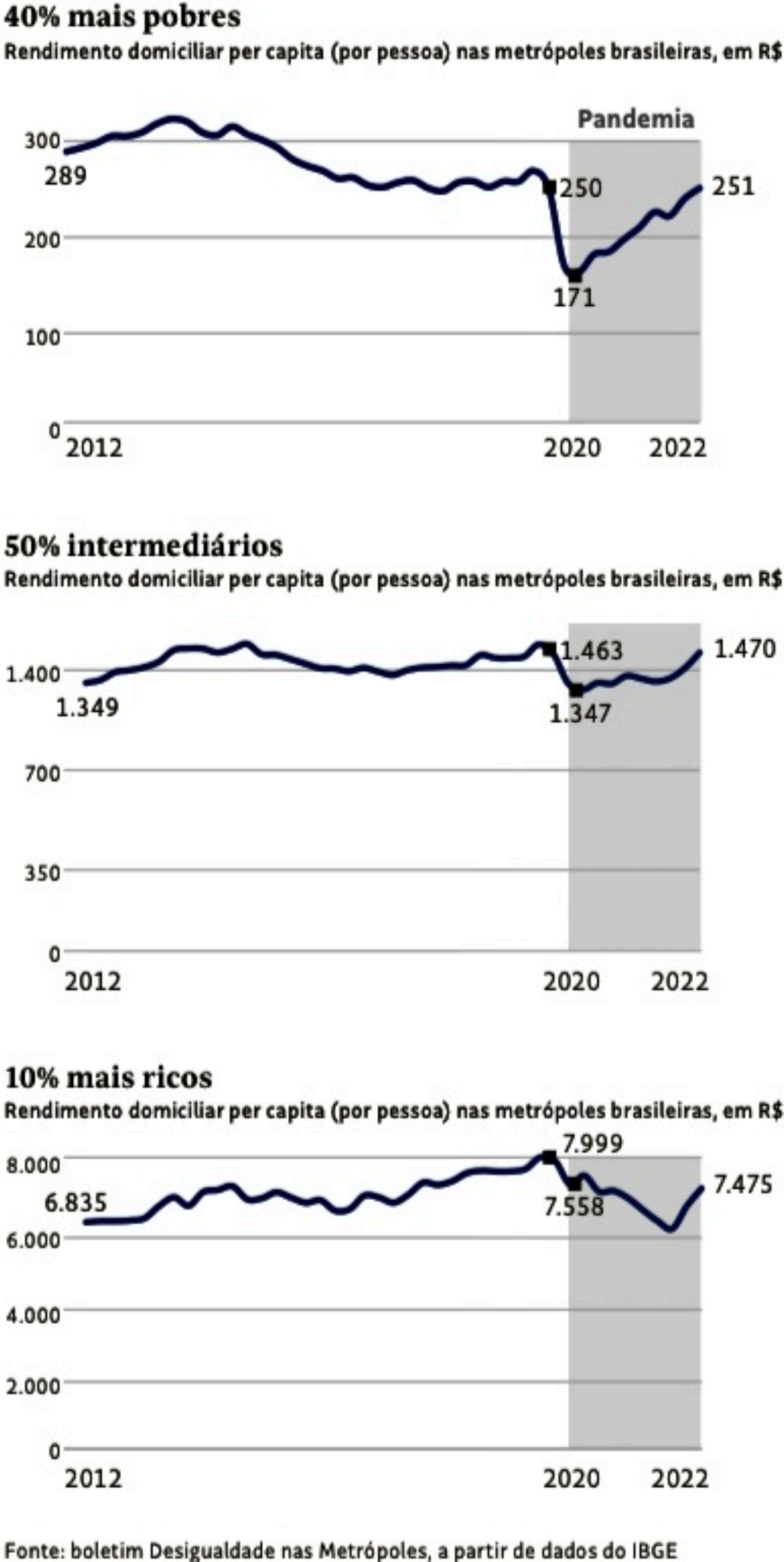
Para os responsáveis pelo boletim, a retomada recente reflete a combinação de pelo menos duas questões.

A primeira é a trégua da inflação, que perdeu força após cortes de tributos adotados pelo governo Jair Bolsonaro (PL) às vésperas das eleições.

A segunda é a recuperação da atividade econômica e do mercado de trabalho em meio ao avanço da vacinação contra a Covid-19.

A renda mais recente dos 40% mais pobres (R$ 251), contudo, ainda ficou 22% abaixo do pico de R$ 323. A máxima da série foi registrada no quarto trimestre de 2013.

No ano seguinte, o país começou a mergulhar em uma crise econômica que se estendeu até 2016. A recessão foi substituída nos anos seguintes por um período de baixo crescimento. A pandemia, a partir de 2020, complicou o quadro.

Esse contexto ajuda a explicar a renda ainda distante do pico da série para os mais pobres, segundo Marcelo Ribeiro, pesquisador do Observatório das Metrópoles e professor do IPPUR (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional), da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

"Não houve uma mudança estrutural que pudesse alavancar um crescimento mais robusto", diz Ribeiro, que também coordena o boletim sobre a desigualdade nas regiões metropolitanas.

Ele destaca que a continuidade da recuperação dos mais pobres vai depender em parte das medidas adotadas pelo governo Lula.

"Considerando que o próximo governo tem uma perspectiva de atuação mais ativa na economia, pode ter uma repercussão sobre o mercado de trabalho."

Setores como o mercado financeiro, por outro lado, já demonstraram preocupação com um possível aumento de gastos na gestão petista.

A renda domiciliar per capita, analisada pelo estudo, corresponde ao rendimento do trabalho dividido pela quantidade de pessoas em cada residência.

O levantamento utiliza microdados da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), produzida pelo IBGE.

No terceiro trimestre de 2022, a classe média também teve uma melhora na renda do trabalho nas metrópoles, sinaliza o boletim.

Entre julho e setembro, o rendimento dos 50% intermediários foi estimado em R$ 1.470 —era de R$ 1.409 nos três meses anteriores. O resultado mais recente ficou um pouco acima do primeiro trimestre de 2020 (R$ 1.463).

Segundo os pesquisadores, esse grupo sentiu menos a chegada da pandemia, porque os seus ganhos tiveram uma perda menos intensa do que a dos mais pobres em termos proporcionais.

Mesmo assim, os 50% intermediários só conseguiram alcançar o patamar pré-crise entre julho e setembro deste ano.

A renda deles ainda está 2,3% abaixo do pico da série histórica. A máxima, de R$ 1.505, foi verificada no quarto trimestre de 2014.

Já o grupo descrito como o dos 10% mais ricos nas metrópoles teve a renda do trabalho estimada em R$ 7.475 no terceiro trimestre de 2022.

O rendimento dessa camada também mostrou melhora nos últimos meses, mas está 6,6% abaixo do período pré-pandemia. A renda era de R$ 7.999 no primeiro trimestre de 2020.

De acordo com os pesquisadores, a inflação reduziu os ganhos dos mais ricos, que ainda tentam retomar o nível pré-crise dos salários.

Eles receberam, em média, 30 vezes o ganho dos 40% mais pobres nas regiões metropolitanas entre julho e setembro. A desigualdade até já foi maior ao longo da crise sanitária.

Na média geral, a renda per capita do trabalho nas metrópoles subiu para R$ 1.575 no terceiro trimestre deste ano, acima dos R$ 1.513 dos três meses imediatamente anteriores. O indicador, contudo, segue abaixo do pré-crise (R$ 1.618).

"Apesar de o segmento dos 40% mais pobres ter recuperado o nível pré-pandemia, a renda no geral não se recuperou. Isso é relevante para mostrar que os mais pobres têm uma renda tão baixa. O aumento [nessa camada] foi insignificante para fazer com que o rendimento no geral pudesse retomar o nível pré-pandêmico", destaca Ribeiro.

Renda do trabalho sinaliza reação após baque da pandemia

40% mais pobres

Rendimento domiciliar per capita (por pessoa) nas metrópoles brasileiras, em R$

50% intermediários

Rendimento domiciliar per capita (por pessoa) nas metrópoles brasileiras, em R$

10% mais ricos

Rendimento domiciliar per capita (por pessoa) nas metrópoles brasileiras, em R$

Fonte: boletim Desigualdade nas Metrópoles, a partir de dados do IBGE

Inflação de alimentos e bebidas deve perder fôlego em 2023

RIO DE JANEIRO A inflação de alimentos e bebidas tende a subir menos em 2023, mas deve mostrar um patamar de preços ainda alto e desconfortável para o bolso dos brasileiros, avaliam economistas.

A comida cara representa um desafio para o combate à fome no país, uma promessa do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Se a inflação permanece elevada, diminui o alcance de qualquer medida assistencial promovida pelo governo", afirma o economista André Braz, do FGV Ibre.

Desde o início da pandemia (de fevereiro de 2020 a novembro de 2022), o grupo alimentação e bebidas acumulou alta de 36,06% no Brasil, conforme dados do IPCA, do IBGE.

É quase o dobro do índice geral de inflação. No mesmo período, o IPCA subiu 20,68%.

Só no acumulado de 2022, o grupo alimentação e bebidas avançou 10,91% até novembro, ante 5,13% do índice geral. Em 12 meses até novembro, a alta do segmento foi de 11,84%, ante 5,90% do IPCA.

Para 2023, economistas projetam um avanço de alimentação e bebidas mais próximo do índice geral de preços, cujas estimativas estão na faixa de 5% a 6%. "A inflação dos alimentos deve ceder, mas lentamente", prevê Braz. "Deve ser algo em torno de 5% até o final do ano [2023]."

A carestia da comida afeta principalmente a população pobre. Em termos proporcionais, esse grupo destina parcela maior do orçamento para a aquisição de produtos básicos.

"Mesmo com a possível desaceleração, a sensação continuará desconfortável [em 2023]", avalia o economista Fábio Astrauskas, da Siegen Consultoria.

Ele prevê uma inflação de alimentação e bebidas entre 4% e 6% no próximo ano, caso não haja grandes problemas climáticos e as projeções positivas para a safra se confirmem.

Na primeira metade de 2022, fortes chuvas reduziram a oferta de frutas, verduras e legumes em regiões como o Sudeste. Houve repasses para os preços. A estiagem que atingiu o Sul também pressionou os alimentos.

Não bastassem os extremos climáticos neste ano, a Guerra na Ucrânia elevou as cotações de commodities agrícolas, como milho e trigo.

O quadro gerou reflexos no Brasil, já que essas mercadorias servem de base para a fabricação de alimentos.

As pressões de 2022 vieram após a pandemia já ter jogado para cima os custos produtivos no campo. Fertilizantes, por exemplo, ficaram mais caros na crise sanitária.

Em 2023, a provável desaceleração da economia global tende a conter a demanda por commodities e frear os preços, projetam analistas.

Segundo eles, isso deve gerar alguma trégua para a inflação da comida, assim como as boas condições de colheita previstas para o Brasil.

A safra de grãos, cereais e leguminosas de 2023 tende a alcançar 293,6 milhões de toneladas no país, novo recorde de uma série histórica iniciada em 1975, apontou estimativa divulgada neste mês pelo IBGE. O número representaria alta de 11,8% ante 2022.

"Tudo indica que vamos ter uma produção muito boa em 2023. Tem riscos [para a inflação]? Tem. A guerra continua. Rússia e Ucrânia são grandes produtoras", diz o economista Felipe Kotinda, do Santander.

Em sua avaliação, a redução da área plantada de arroz e feijão é um fator de pressão para os preços desses produtos, que vêm perdendo espaço para itens mais voltados ao mercado internacional, como soja e milho.

Mesmo assim, a inflação dos alimentos para consumo no domicílio deve desacelerar para perto de 4% até o final de 2023, prevê Kotinda. A alta acumulada em 12 meses até novembro de 2022 foi de 13,32%, conforme o IBGE.

As carnes, diz o economista, estão entre os itens que podem ter um alívio mais forte nos preços, em um cenário de trégua dos grãos usados na alimentação animal. "É um cenário mais benigno do que nos últimos anos", afirma.

O economista Jackson Bittencourt, coordenador do curso de ciências econômicas da PUCPR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná), ainda projeta um avanço na faixa de 8% a 9% para a inflação de alimentação e bebidas no próximo ano. Ele considera "muito difícil" uma variação inferior a esse nível.

"O cenário ainda é de inflação alta. A taxa de desemprego segue pressionada, muita gente está na informalidade. Com preços altos e renda menor, há empobrecimento de parte da população", afirma.

A carestia, acrescenta o professor, tende a dificultar o combate à fome no ano inicial do novo governo Lula.

"É um grande desafio combater a fome com os preços subindo. Vamos precisar de uma política especial para essa questão", diz. **LV**

Inflação da comida pressiona bolso do brasileiro

IPCA acumulado de alimentação e bebidas no ano

Em %

Cesta básica nas capitais

Em nov.22

*Até nov.22 Fontes: IBGE e Dieese

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Nas alturas

Apesar da medida provisória que, na semana passada, zerou as alíquotas de Pis e Cofins sobre as receitas do setor aéreo com a venda de passagens a partir de janeiro de 2023 até dezembro de 2026, o alívio não deve ser percebido pelo consumidor no preço dos bilhetes. A análise dentro do mercado de aviação é que a medida seria uma forma de compensação pelas perdas que as empresas amargaram na pandemia e não deve ser transferida ao consumidor imediatamente.

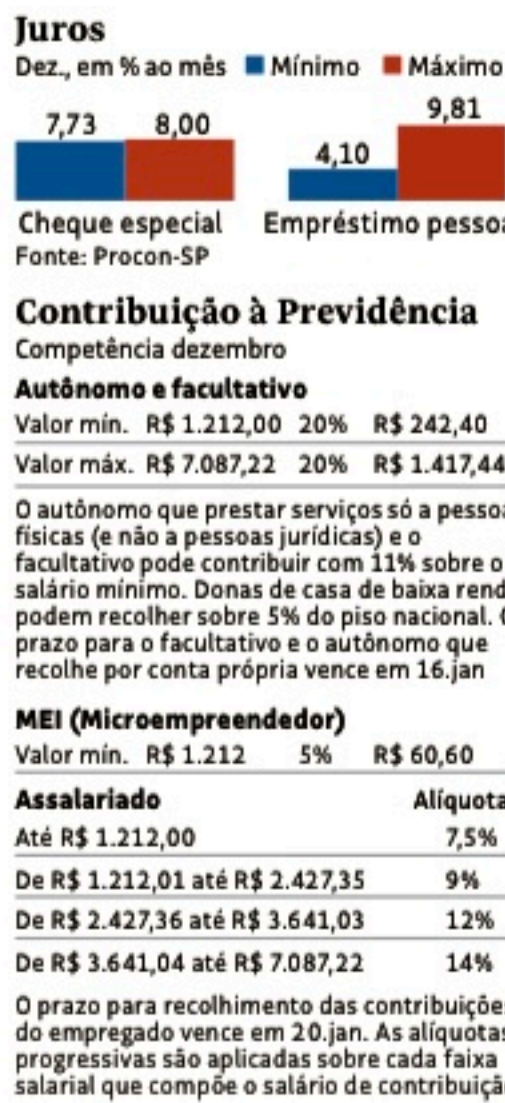
JANELA Cálculos do setor apontam prejuízo de R$ 41,8 bilhões das empresas aéreas acumulados de 2016 a 2021 e dívidas milionárias geradas na pandemia. "O preço das passagens foi impactado com pandemia, desvalorização do real e conflito na Ucrânia, resultando no aumento do preço do petróleo", diz a Abear, associação do setor. Em dezembro, o IPCA-15 aponta alta de 0,47% no preço dos bilhetes.

PISTA Depois de analisada no plenário da Câmara, a medida provisória segue para votação no Senado. Ela altera a lei que instituiu o Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), criado na onda de ações emergenciais para compensar os impactos da crise sanitária.

CHECK-IN A proximidade da posse de Lula turbinou os preços dos hotéis em Brasília. A poucos dias do evento, a maioria dos quartos ainda disponíveis estão fora do setor hoteleiro, como em Águas Claras ou no Park Way, regiões administrativas do Distrito Federal a cerca de 20 quilômetros da esplanada, segundo pesquisa feita pelo Painel S.A. em três sites de reservas para a noite do dia 1º.

SUÍTE Entre as hospedagens que ainda têm oferta de vagas, muitas com diárias acima de R$ 1.000, há casos de estabelecimentos com cerca de 85% das vagas indisponíveis.

DIÁRIA Até o dia 15 de dezembro, a ABIH (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis) no Distrito Federal já contabilizava cerca de 90% de ocupação com as reservas para o período do Réveillon. Parte dos estabelecimentos já tinha seus quartos esgotados, de acordo com a entidade.

MOTORISTA A Buser, plataforma de viagens rodoviárias, também registrou, em dezembro, aumento de aproximadamente 10% na procura por reservas para deslocamentos até Brasília, na comparação com novembro. Segundo a empresa, a maioria dos passageiros com destino à capital federal sairão de Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP), Goiânia (GO), Uberlândia (MG) e Campinas (SP).

DATA Trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas ligados a fundos de pensão poderão ter de pagar, a partir de 2023, valores extras para cobrir o déficit das contas em 2021. Desde 2018, as entidades de previdência complementar são obrigadas a criar planos de equacionamento no ano seguinte ao exercício em que houve déficit, mas postergaram a discussão para este primeiro semestre.

BOLSO O CNPC (Conselho Nacional de Previdência Complementar) aprovou a criação do grupo de trabalho para definir como será a operacionalização do pagamento de déficits. Os conselheiros têm 90 dias para indicar titular e suplente nos grupos. Em 2022, entidades de previdência fechada tentaram adiar a compensação do déficit, mas o CNPC só aprovou postergação de prejuízos por investimento em títulos públicos.

CALCULADORA A Abrapp (associação das entidades) estima que 76% dos investimentos feitos pelos administradores de planos estejam em renda fixa, dos quais menos de 20% são títulos públicos. A entidade calcula que pelo menos 136 planos precisem de equacionamento para cobrir R$ 20,4 bilhões de rombo referentes a 2021.

CARREIRA A 99jobs colocou no ar plataforma que servirá de vitrine para o programa 10.000 Trainees Negros, que pretende, até 2030, incluir 3.000 profissionais negros em cargos de liderança em grandes empresas. Em 2023, a expectativa de Eduardo Migliano, CEO da 99jobs, é conseguir intermediar 250 contratações pelo programa. Em etapa inicial, 80 posições foram preenchidas em 2022.

FIO São Paulo fecha o ano como um dos motores do avanço da geração própria de energia, segundo o monitoramento da ABGD (associação de geração distribuída). O estado ultrapassou Minas em dezembro e tem hoje o maior número de consumidores que geram a própria energia. São mais de 243 mil unidades consumidoras de micro ou minigeração distribuídas que fazem parte do sistema de compensação.

com Fernanda Brigatti

INDICADORES

Juros

Dez., em % ao mês — Mínimo / Máximo

	Mínimo	Máximo
Cheque especial	7,73	8,00
Empréstimo pessoal	4,10	9,81

Fonte: Procon-SP

Contribuição à Previdência

Competência dezembro

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.212,00	20%	R$ 242,40
Valor máx.	R$ 7.087,22	20%	R$ 1.417,44

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo pode contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 16.jan

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.212	5%	R$ 60,60

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.212,00	7,5%
De R$ 1.212,01 até R$ 2.427,35	9%
De R$ 2.427,36 até R$ 3.641,03	12%
De R$ 3.641,04 até R$ 7.087,22	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20.jan. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

Imposto de Renda

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Empregados domésticos

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.433,73	Valor, em R$
Empregado	110,85
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 6.jan. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

STF pode analisar, em 2023, 16 casos tributários que envolvem R$ 711 bi

PIS/Cofins aparece em 6 desses julgamentos e responde por mais de 80% dos valores; advogada vê tendências de decisões pró-União

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O ano de 2023 começa com ao menos 16 grandes casos na área tributária, envolvendo R$ 711 bilhões, pendentes de decisão no STF (Supremo Tribunal Federal). Destes, 9 já começaram a ser analisados pela Corte.

A possibilidade de mudança na composição do colegiado no próximo ano, com a indicação de dois novos ministros pelo futuro governo, e a transferência de alguns temas do plenário virtual para o físico podem mudar os rumos de alguns desses julgamentos.

Ricardo Lewandowski completa em maio 75 anos, idade em que os ministros precisam se aposentar compulsoriamente. Em outubro, será a vez de Rosa Weber, atual presidente do tribunal.

O PIS/Cofins aparece em seis desses casos e responde por mais de 80% dos valores em discussão. Outro tema de destaque é a disputa entre governadores e contribuintes sobre a possibilidade de cobrança do diferencial de alíquota do ICMS (Difal) em 2022.

A gente observa uma tendência de preocupação extrema com a questão orçamentária em detrimento da questão jurídica

Vanessa Cardoso
advogada

Um ponto que ganhou relevância nos julgamentos do STF recentemente foi a preocupação com o impacto das decisões sobre as contas públicas, o que tem levado alguns membros da Corte a propor modulação de efeitos naqueles mais relevantes.

Vanessa Cardoso, sócia responsável pela área tributária do Sfera Law, afirma que essa é uma questão que pode ganhar força diante do cenário fiscal mais restritivo em 2023. Por isso, em sua avaliação, a tendência é que os resultados dos julgamentos sejam mais desfavoráveis aos contribuintes.

"A gente observa uma tendência de preocupação extrema com a questão orçamentária em detrimento da questão jurídica. A tese pode ser boa, há inconstitucionalidade clara na cobrança do tributo, porém, quando se olha a questão do impacto no Orçamento da União ou dos estados, a questão deixa de ser jurídica e passa a ser financeira-política", afirma.

Tatiana Del Giudice Cappa Chiaradia, sócia do Candido Martins Advogados, vê grandes chances de uma modulação nas discussões sobre o ICMS Difal. "São cinco votos favoráveis aos contribuintes. A lei foi publicada em janeiro, logo o novo tributo só pode ser exigido em 2023. Acho difícil o Supremo não modular. Quem entrou com ação está seguro. Quem não entrou vai depender da decisão."

José Eduardo Toledo, sócio da área tributária do Madrona Advogados, destaca também a incerteza no próximo ano diante da substituição dos ministros que se aposentam e lembra que os placares nos julgamentos têm sido apertados nas últimas decisões.

"Duas pessoas novas dão um peso muito grande. Há muitos anos não vejo 11 a 0 em tributário, é sempre 6 a 5 ou 7 a 4. Se vier um ministro que entende de tributário, muda o panorama. Pode ser alguém que vai começar a ser condutor de voto", diz.

Especialistas apontam 16 temas tributários em destaque para 2023; veja quais são

	TEMA	SITUAÇÃO	IMPACTO
1	**PIS/Cofins sobre receita de instituição financeira** Discute-se a exigibilidade dos tributos sobre as receitas financeiras dessas instituições	Pedido de vista do ministro Dias Toffoli	R$ 115,2 bilhões
2	**Fim do voto de qualidade no Carf** O STF decidirá se é válida a regra da lei nº 13.988/2020 que extinguiu o "voto de qualidade" (voto do conselheiro presidente do órgão fracionário do Carf em caso de empate no julgamento). Com a alteração, atualmente, em situação de empate, o caso deve ser julgado de forma favorável ao contribuinte	Pedido de vista do ministro Nunes Marques	Sem estimativa
3	**Coisa julgada individual versus decisões vinculantes do STF** Discussão envolve contribuintes que conseguiram uma decisão transitada em julgado definindo o não pagamento de um tributo. Se, posteriormente, há posicionamento do Supremo em uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI), por exemplo, considerando a cobrança constitucional, isso pode alcançar a decisão do contribuinte transitada em julgado	O processo foi destacado pelo relator, Edson Fachin	Sem estimativa
4	**Difal ICMS** Discute-se em que ano os estados podem passar a cobrar este imposto: em 2022 ou só em 2023, como defende o contribuinte, já que a lei que o regulamentou foi publicada em 4 de janeiro deste ano	Pedido de destaque* pela ministra Rosa Weber	R$ 9,8 bilhões
5	**PIS/Cofins-importação** Recurso extraordinário em que se discute a exigência de lei complementar para instituir contribuição a importação e a possibilidade, ou não, de aplicação retroativa da lei nº 10.865/2004, que criou um conceito de valor aduaneiro específico para essas contribuições	Aguardando julgamento	R$ 325 bilhões
6	**Inclusão do ISS na base do PIS/Cofins** "Filhote" da tese do século (ICMS na base do PIS/Cofins)	Pedido de destaque pelo ministro Luiz Fux	R$ 35,4 bilhões
7	**Exclusão do PIS/Cofins de sua própria base de cálculo** Outra "filhote" da tese do século (ICMS na base do PIS/Cofins)	Aguardando julgamento	R$ 65,7 bilhões
8	**Exclusão do crédito presumido de ICMS da base do PIS/Cofins** Outra tese "filhote". Exclusão dos valores correspondentes a créditos presumidos de ICMS decorrentes de incentivos fiscais concedidos pelos estados e pelo Distrito Federal	Pedido de destaque pelo ministro Gilmar Mendes	R$ 16,5 bilhões
9	**Incidência do PIS/Cofins sobre receita de locação de bens móveis e imóveis (dois julgamentos)** Recurso extraordinário em que se discute a constitucionalidade da incidência da contribuição sobre as receitas provenientes da locação desses bens	Aguardando julgamento (bens móveis) e pedido de destaque (imóveis)	R$ 36,2 bilhões
10	**INSS sobre terço de férias** Discute-se a modulação de efeitos da decisão do STF que decidiu pela constitucionalidade da incidência da contribuição previdenciária sobre valores pagos pelo empregador a título de terço constitucional de férias gozadas	Pedido de destaque pelo ministro Luiz Fux	R$ 80 bilhões a R$ 100 bilhões
11	**Cide remessa ao exterior** Discute-se a constitucionalidade da contribuição sobre remessas ao exterior a título de royalties e remuneração de serviços técnicos, assistência administrativa e semelhantes, instituída pela lei 10.168/2000	Aguardando julgamento	R$ 19,6 bilhões
12	**Multa isolada pela não homologação de compensação** Discute-se a legitimidade da multa isolada de 50%, prevista pela legislação federal, aplicada sobre o débito tributário cuja compensação tenha sido indeferida pela Receita Federal	Pedido de destaque pelo ministro Luiz Fux	R$ 3,7 bilhões
13	**Restituição do Reintegra** O STF vai analisar se o Poder Executivo pode reduzir os percentuais de restituição do Reintegra	Pedido de destaque pelo ministro Luiz Fux	R$ 4 bilhões
14	**ISS versus ICMS na veiculação de propaganda e publicidade**	Aguardando julgamento dos embargos	Sem estimativa
15	**Taxas de Fiscalização das Atividades de Recursos Minerários**	Aguardando julgamento dos embargos	Sem estimativa
16	**Abatimento de tributos na expedição de precatórios**	Aguardando julgamento	Sem estimativa

Fontes: Levantamento dos escritórios Madrona Advogados e Candido Martins Advogados. Valores sobre impacto total calculados pelo Tesouro Nacional.
* O pedido de destaque é feito para tirar o julgamento do plenário virtual para o presencial

Crise das plataformas vai criar oportunidades em 2023

Ideia de descentralização, que está na raiz da internet, pode ser uma força motriz para a inovação

Ronaldo Lemos

Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

As principais inovações de 2022 não vieram das big techs nem do Vale do Silício. Ao contrário, a situação geral das grandes empresas de tecnologia é de cautela ou crise.

São muitas as razões para isso. Uma é justamente a falta de inovação. Nos últimos 12 anos não houve nenhuma mudança disruptiva no modelo de negócios das empresas dominantes do Vale do Silício. Modelo esse que começa agora a erodir. E a erosão abre espaço para possibilidades até há pouco tempo consideradas impossíveis de prosperar.

Tome-se o caso do Twitter. A patacoada que vem acontecendo na empresa tem deixado investidores, funcionários, usuários e anunciantes céticos e de cabelo em pé. Com isso algo extraordinário aconteceu. Uma boa parcela de atenção foi direcionada para outra plataforma: o Mastodon.

Um número razoável de pessoas no Brasil e em outros países está abrindo uma conta nessa outra rede social.

Por que isso é importante? Porque o Mastodon não é nem sequer uma "plataforma". Ele é uma federação de servidores e usuários, que se auto-organizam de acordo com regras de consenso mais ou menos democráticas.

Em outras palavras, diferentemente do Twitter e das empresas do Vale do Silício, o Mastodon não tem um dono no sentido tradicional. Tem vários. Qualquer pessoa pode decidir rodar um servidor no Mastodon.

Verifiquei, aliás, o número de servidores dedicados à língua portuguesa e são poucos ainda. Isso em si é uma oportunidade para brasileiros e brasileiras lançarem seus projetos na federação Mastodon, passando a controlar uma parte da rede que está em formação.

Por exemplo, o Mastodon não tem ainda a função de retuitar comentando o tuíte retuitado. Muitas pesquisas apontam essa função como responsável por aumentar a polarização e até a desinformação no Twitter. No Mastodon, quem decide se a rede vai adotar essa funcionalidade ou não é o próprio conjunto de desenvolvedores, por meio de processos de governança descentralizados.

Esse modelo descentralizado sempre foi a promessa da internet. Por boa parte dos anos 2000 a descentralização prosperava. Havia a Wikipédia, que mostrava ser possível organizar todo o conhecimento de forma colaborativa. Havia o RSS, criado pelo saudoso amigo Aaron Swartz, que permitia que os usuários assinassem os sites que gostariam de acompanhar, controlando seu próprio feed de conteúdos de forma aberta. A web caminhava para ser mais parecida com o que é o Mastodon hoje do que com o Twitter (que se tornou o oposto da ideia de descentralização, sendo controlado por um imperador galhofeiro).

Por isso 2023 pode ser um ano de oportunidades. A ideia de descentralização, que está na raiz da internet, pode ser uma força motriz para a inovação e o surgimento de novos modelos para praticamente qualquer tipo de aplicação. Se ela é capaz de reinventar um Twitter sem dono, é capaz de muito mais.

Pode reinventar serviços financeiros, redes federadas de dados relevantes para o agro e outras atividades centrais para a economia do país, modelos federados de educação, conectividade, descentralizar serviços urbanos como entregas, locações e venda de imóveis, e até uma identidade digital única e descentralizada.

Em outras palavras, a crise nas plataformas nos permite sonhar. E o futuro é inventado primeiro através do sonho.

READER

Já era A internet como rede descentralizada

Já é A internet dominada por plataformas centralizadas

Já vem Retorno da ideia de descentralização

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL - RJ

AVISOS

ERRATA N.º 01
PROCESSO SEI-270128/000064/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/22
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TV LED SMART 4K - 65" POLEGADAS
NOVA DATA DE ABERTURA: 06/01/2023, às 09h
NOVA DATA ETAPA DE LANCES: 06/01/2023, às 09h30min

PROCESSO SEI-270042/000979/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/22
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LIQUIDO GERADOR DE ESPUMA
DATA DE ABERTURA: 09/01/2023, às 08h30min
DATA ETAPA DE LANCES: 09/01/2023, às 09h

PROCESSO SEI-270114/000094/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/23
OBJETO: SERVIÇOS DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PILOTOS DE HELICÓPTEROS, PARA CAPACITAÇÃO AOS MILITARES PERTENCENTES AO GRUPAMENTO DE OPERAÇÕES AÉREAS (GOA)
DATA DE ABERTURA: 10/01/2023, às 08h30min
DATA ETAPA DE LANCES: 10/01/2023, às 09h

Os Editais encontram-se à disposição dos interessados no site: www.compras.rj.gov.br ou www.cbmerj.rj.gov.br/licitacoes, podendo ser retirados, de forma impressa, na Coordenação de Licitações e Contratos/DGAF/SEDEC, sito à Praça da República, 45 - Centro - RJ, de 2ª a 5ª feira, das 08:00 às 17:00 horas, e 6ª feira, das 08:00 às 12:00 horas. Informações pelos Tels. (21) 2333-3084 / 2333-3085 ou pelo e-mail: pregaoeletronico@cbmerj.rj.gov.br. / licita.sedec@gmail.com.

SINTETEL - SP

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado de São Paulo

EDITAL

Pelo presente edital, ficam convocados os trabalhadores representados pelo **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES E OPERADORES DE MESAS TELEFÔNICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINTETEL** na Base Territorial do Estado de São Paulo, empregados das empresas representadas pelo e **SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS E INSTALADORAS DE SISTEMAS E REDES DE TV POR ASSINATURA CABO MMDS DTH E TELECOMUNICAÇÕES - SINSTAL**, com data base em 1º de abril, associados ou não, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária nos dias: **16, 17, 18, 19 e 20 de janeiro de 2023,** às **7h30** horas, conforme relação abaixo e locais divulgados nos boletins convocatórios, em 1ª (primeira) convocação , na sede desta entidade à Rua Bento Freitas, 64 - Vila Buarque na cidade de **São Paulo** e nas **Subsedes** nos seguintes endereços: **São Bernardo do Campo** – Av. Wallace Simonsen nº 700 – Nova Petrópolis; **Santos** - Rua Riachuelo, 66 – 8º andar – conj. 81 – Centro; **Campinas** - Rua Dr. Antonio Álvares Lobo, nº. 172 Vila Botafogo; **Ribeirão Preto** – Rua Marechal Deodoro, nº 103 Centro; **São José do Rio Preto** - Rua Voluntários de São Paulo, 3066, 3º andar cj 310; **Bauru** - Rua Rio Grande do Sul, 4-60 – Vila Carolina; **Vale do Paraíba** - Rua Bacabal, 890 – Parque Industrial - São José dos Campos e na cidade de **Sorocaba** - Rua Sarutaiá, 220-Vila Chiquita, respectivamente, e as **8h30** horas, em 2ª (segunda) convocação, com qualquer número de participantes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Leitura e aprovação da ata da assembleia anterior; b) Discussão e aprovação do elenco de reivindicações que será formulado pelos empregados para composição da norma coletiva de trabalho da categoria, representada pelo Sindicato; c) Outorga de poderes à Diretoria do **SINTETEL - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES E OPERADORES DE MESAS TELEFÔNICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO**, para encaminhamento das reivindicações, para representação dos trabalhadores nas negociações com o **SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS E INSTALADORAS DE SISTEMAS E REDES DE TV POR ASSINATURA CABO MMDS DTH E TELECOMUNICAÇÕES - SINSTAL**, e para celebrar ou não Convenção Coletiva de Trabalho e, no caso de malogro dos entendimentos, autorização para paralisação, bem como para suscitar Dissídio Coletivo, inclusive de greve, perante o Tribunal Regional do Trabalho competente; d) **discussão da proposta de contribuição assistencial laboral e sua respectiva aprovação e, inclusive, dando-se conhecimento a todos os trabalhadores não associados da entidade que o exercício do direito de oposição da mesma poderá ser manifestado no prazo de 30 dias contados da data-base 01/04/2023 e entregue na sede do sindicato e/ou em uma de suas subsedes em atenção aos termos firmados no TAC junto ao Ministério Público do Trabalho;** e) autorização expressa e prévia, nos termos do artigo 611-B, inciso XXVI da CLT; f) Deliberação sobre a transformação da assembleia em permanente em toda a jurisdição do Sindicato até o estabelecimento final das Normas Coletivas da categoria. O resultado das votações dar-se-á pela somatória dos votos de todas as assembleias realizadas.

São Paulo, 26 de dezembro de 2022.

Gilberto Rodrigues Dourado
Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20222147

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20222147, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Equipamento Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 21472022, até o dia 09/01/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 21 de Dezembro de 2022. JOSÉ CÉLIO BASTOS DE LIMA - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220198

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220198, de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Fita Veda Rosca, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 21082022, até o dia 09/01/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 21 de Dezembro de 2022. SIMONE ALENCAR ROCHA - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220172

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220172, de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Ventosas, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 22682022, até o dia 09/01/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 20 de Dezembro de 2022. VALDA FARIAS MAGALHÃES - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20222230

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20222230 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 22302022, até o dia 10.JAN.2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 22 de Dezembro de 2022. FRANCISCO CLÁUDIO REIS DA SILVA - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220113

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20220113 de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de transmissores de pressão, MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 18702022, até o dia 09/01/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 21 de Dezembro de 2022. DORISLEIDE CANDIDO DE SOUSA - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220191

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220191, de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de IHM (Interface Homem-máquina) Industrial, Indicador Microprocessado para Sinal Analógico e Conversores (Ethernet e USB), conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 21292022, até o dia 09/01/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 20 de Dezembro de 2022. VALDA FARIAS MAGALHÃES - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20222262

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20222262, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Equipamento Médico Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 22622022, até o dia 10/01/2023, às 8h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 22 de Dezembro de 2022. FRANCISCO CLÁUDIO REIS DA SILVA - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20222015

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20222015 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar, com equipamento em comodato. MOTIVO: Impugnação não acatada. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 20152022, até o dia 09/01/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 21 de Dezembro de 2022. ALEXANDRE FONTENELE BIZERRIL - PREGOEIRO

SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ARAÇATUBA E REGIÃO

Pelo presente Edital redigido pelo Secretário Geral e assinado por mim, o **SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ARAÇATUBA e REGIÃO - SISEMA**, entidade sindical inscrita no CNPJ sob o nº 55.753.826/0001-13, organização legalmente constituída e registrada no Ministério do Trabalho e Emprego, com sede na Rua XV de novembro nº 181, Centro, na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, CEP 16.010-030, PELA PRESENTE PUBLICAÇÃO FAZ TORNAR PÚBLICO A TODA A CATEGORIA, quais sejam, os servidores e empregados públicos da administração pública direta e indireta, inclusive os que trabalham junto às Prefeituras, Câmaras Municipais e Fundações, ainda que contratados de forma Temporária nos Municípios de **Araçatuba, Luiziânia, Alto Alegre, Queiroz, Iacri, João Ramalho, Santópolis do Aguapeí, Clementina, Gabriel Monteiro, Monções, Guzolândia, Buritama, Lourdes, Planalto, Zacarias, Turiúba** nos termos do Estatuto, especialmente o previsto no seu Art. 89, §1º, o seguinte **PLANO ORÇAMENTÁRIO ANUAL PARA 2023**:

SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ARAÇATUBA E REGIÃO - SISEMA
CNPJ: 55.753.826/0001-13
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2023
Orçamento 2023

RECEITAS PROJETADAS		
Mensalidades Associativas ARAÇATUBA	R$	793.972,00
Mensalidade Camara Araçatuba	R$	1.320,00
Mensalidade Buritama/Iprem/Saemb/cam buritama	R$	30.000,00
Mensalidade Lourdes	R$	860,00
Mensalidades ARAÇATUBA Acréscimo 0,05 EM DEZEMBRO	R$	12.750,00
TOTAL RECEITAS PROJETADAS	**R$**	**838.902,00**
RECEITAS SAÚDE		
PLANO ODONTOLOGICO	R$	813.600,00
PLANOS DE SAUDE	R$	4.276.000,00
Plano de Saude do Servidor santa casa saude	R$	480.000,00
TOTAL DE RECEITAS SAÚDE	**R$**	**5.569.600,00**
DESPESAS		
DESPESAS COM PESSOAL		
Salários e ordenados	R$	402.000,00
Férias	R$	25.000,00
Homologação funcionarios		20.000,00
13º salário	R$	25.000,00
Prestação serviço/ gratificações	R$	20.000,00
Encargos sociais (INSS/FGTS/PIS)	R$	80.000,00
Pagamentos/Parcelamentos - Impostos em Atraso - FGTS-INSS	R$	62.000,00
Total de despesas c/pessoal	**R$**	**634.000,00**
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
Propaganda e publicidade	R$	2.000,00
Eventos e brindes para servidores		15.000,00
Despesas de viagens	R$	4.000,00
Telefone	R$	7.000,00
Energia Elétrica	R$	15.000,00
Consumo de água	R$	3.600,00
Material de expediente	R$	2.000,00
Impressos e materiais de escritório	R$	5.000,00
Internet/softwares	R$	7.400,00
Bens de natureza permanente	R$	6.400,00
Reformas e manutenção do prédio	R$	5.000,00
Produtor de energia solar	R$	0,00
Material de limpeza e conservação	R$	6.400,00
Manutenção e conservação de veículos	R$	1.500,00
Combustíveis e lubrificantes	R$	3.500,00
Parcelamento débito - Ação Unimed	R$	90.000,00
Serviços Contabeis	R$	13.000,00
Material de uso e consumo	R$	9.000,00
Despesas Buritama		13.000,00
Total de despesas administrativas	**R$**	**208.800,00**
DESPESAS FINANCEIRAS		
Tarifas bancárias	R$	4.920,00
Total de despesas financeiras	R$	**4.920,00**
DESPESAS PLANO DE SAUDE E ODONTOLOGICO		
Plano Odontológico		813.000,00
Planos de Saúde		4.276.000,00
Plano de Saúde - Servidor Santa Casa Saúde		470.340,00
TOTAL DE DESPESAS PLANO DE SAUDE E ODONTOLOGICO		**5.559.340,00**
TOTAL RECEITAS	R$	6.408.502,00
TOTAL DE DESPESAS	R$	**6.407.060,00**
superavit/defict projetado	R$	**1.442,00**

A presente publicação é feita em atenção ao determinado no estatuto vigente, conforme devida aprovação dada na assembleia realizada em dia **07 de novembro de 2022**, mediante convocação anteriormente publicada por publicação de edital que circulou na Edição do Jornal Folha de São Paulo do dia **07/11/2022, página A24.** Presidente: **Denilson Antônio Pichitelli**; Secretário Geral: **Luis Roberto dos Santos Brás**; Tesoureiro: **João Ribeiro Marin;**

folhainvest

Fundo lucra com compra de herança em litígio

Retorno almejado chega a 20% ao ano; dada a complexidade, investimento está disponível apenas para milionários

Lucas Bombana

SÃO PAULO Herdeiros de grandes fortunas que brigam na Justiça para receber os valores que julgam devidos passaram a encontrar nos últimos anos no mercado financeiro uma saída para se livrar do problema.

Modalidade de investimento relativamente recente no Brasil, fundos que compram disputas judiciais envolvendo litígios entre herdeiros pelos bens deixados pelo patriarca ou pela matriarca da família aos poucos ganham espaço.

Esses fundos costumam fazer uma oferta aos herdeiros para comprar o direito de receber o valor previsto alguns anos à frente, mediante um desconto em relação ao montante total em razão do risco de o pagamento da herança atrasar ou, eventualmente, até não ocorrer, a depender dos caminhos trilhados no meio jurídico.

Sócio responsável pelas áreas de originação e estruturação da gestora especializada em ativos estressados Jive Investments, Guilherme Ferreira afirma que o desconto oferecido varia de caso a caso, a depender do grau de complexidade envolvido.

Segundo Ferreira, além de analisar aspectos como o prazo que pode demorar até receber efetivamente o dinheiro envolvido na disputa, qual a probabilidade de ganhar a causa e qual o valor do direito em discussão, em muitos casos também é necessário fazer um trabalho de investigação de bens que não estão listados dentro do inventário, como dinheiro em espécie, joias, obras de arte ou patrimônio mantido no exterior.

Guilherme Ferreira, sócio da gestora Jive Investments, que investe em disputas judiciais envolvendo heranças Divulgação

"Muitas vezes o herdeiro que nos procura e que entende que está sendo prejudicado nos traz informações para rastrearmos o dinheiro."

O gestor da Jive —criada em 2010 para participar do leilão da massa falida do Lehman Brothers no Brasil— afirma que, para valer a pena considerar um investimento do tipo, o valor da causa precisa ser de R$ 50 milhões para cima, diante do trabalho de análise necessário para ingressar em um processo do tipo. "Em casos envolvendo processos judiciais, o tempo é um elemento bastante imprevisível."

Por envolver ações judiciais que correm sob sigilo em varas familiares, não é possível abrir em quais casos a gestora investiu, afirma Ferreira. "As pessoas não querem lavar a roupa suja em público", diz o especialista, acrescentando que a Jive deve ter investido um valor entre R$ 100 milhões e R$ 150 milhões em disputas judiciais ao longo dos últimos meses.

Já sob a ótica do investidor que aceita o risco de esperar o curso do processo para receber o valor envolvido na disputa, a expectativa de retorno dos fundos de ativos estressados da Jive, que também incluem precatórios, carteiras de crédito inadimplentes de grandes bancos e imóveis, é de 20% ao ano.

Dado o grau de sofisticação da operação, os fundos da gestora são voltados só para os investidores classificados pela legislação de mercado como profissionais, que são aqueles com R$ 10 milhões em aplicações financeiras.

Na Root Capital, gestora fundada no início de 2022 e que também investe em disputas judiciais dessa natureza, o retorno almejado é de 15%, em dólar, dado que 80% da base de clientes é formada por grandes investidores estrangeiros.

Sócio e diretor de investimentos da Root Capital, Rafael Fritsch afirma que, em um cenário de juros altos, os fundos representam uma boa alternativa para destravar liquidez aos herdeiros, que podem aproveitar o momento macroeconômico atual para fazer investimentos de baixo risco e retorno atraente.

Entre as operações realizadas recentemente, Fritsch aponta o investimento em um precatório detido por herdeiros de um espólio, que preferiram vender o título com desconto a esperar pelo recebimento do valor devido.

Ele acrescenta que, em operações envolvendo disputas judiciais, um investimento comum de ser realizado é o de proporcionar o financiamento para que uma das partes no processo consiga fazer a aquisição da participação dos demais envolvidos para encerrar o imbróglio.

"Há o caso de herdeiros com uma situação financeira melhor do que os outros, e o que está em uma situação pior pode querer se desfazer do ativo a que tem direito", afirma.

O sócio da Root Capital, que acumula passagens por bancos internacionais como JPMorgan e Bank of America, afirma estar nos planos uma possível captação de recursos em 2023 para aproveitar as oportunidades que podem surgir nos próximos meses.

O ambiente macroeconômico previsto para o próximo ano, com crescimento econômico baixo e juros elevados, tende a ser propício para o surgimento de operações para fundos focados no investimento em ativos estressados, ainda que não necessariamente envolvendo disputas judiciais, afirma Fritsch.

Sócio fundador do escritório Candido Martins Advogados, Alamy Candido diz que situações de disputa por herança entre membros de uma família decorrem muitas vezes da falta de um planejamento patrimonial e sucessório.

"O planejamento patrimonial é super relevante, e isso não é algo que se faz da noite para o dia", diz o especialista.

A formação de uma reserva por meio de um fundo de previdência ou de um seguro de vida são opções acessíveis que podem servir como uma alternativa para que se possa fazer o planejamento sucessório entre os membros de uma família ao longo de alguns anos, diz Candido.

Reuniões prévias entre os participantes, com cada um expondo seus desejos e preocupações, também são recomendáveis a fim de evitar possíveis disputas na Justiça mais à frente, afirma o advogado.

"Há vários exemplos de inventários com mais de cinco anos de prazo porque não se chega a um acordo, com muita gente dentro do processo, em que as notificações são intermináveis."

Marcos de Vasconcellos

Excepcionalmente hoje a coluna não é publicada.

Alesp aprova lei que reduz imposto sobre herança e tira R$ 4 bi do estado

SÃO PAULO A Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) aprovou, na quarta (21), a redução no imposto sobre heranças e doações (ITCMD). A taxa passará de 4% para 1% nas heranças, e para 0,5% nas doações.

O projeto de lei 511/2020 é de autoria do deputado Frederico d'Avila (PSL-SP). No Twitter, o parlamentar comemorou a aprovação e disse que "a exacerbação da carga tributária do ITCMD incidente sobre a transmissão do patrimônio, seja inter vivos ou causa mortis, sobretudo após a pandemia, é injustificável."

Cálculos da Secretaria da Fazenda e Planejamento do estado de São Paulo, no entanto, indicam que a medida deve tirar do cofre público paulista uma arrecadação de R$ 4 bilhões ao ano.

"A aprovação desse disparate pela assembleia só pode ter um destino: o veto", afirmou o secretário da Fazenda e Planejamento do estado de São Paulo, Felipe Salto. Segundo ele, a pasta já tem os subsídios necessários para vetar a lei, aprovada depois que a própria Alesp deu o aval para o orçamento de 2023, que não considera esta perda na receita.

"No apagar das luzes do ano, é comum que se armem bombas fiscais. Mas para isso deve-se mostrar o óbvio: a medida é inconstitucional e o custo é impeditivo", disse.

Daniele Madureira

Fila do pronto-atendimento no hospital estadual de Vila Nova Cachoeirinha, na zona norte da capital paulista Rubens Cavallari/Folhapress

Sob o PSDB, gestão da saúde em SP fica mais privada e cai oferta de leitos do SUS

Em 28 anos, estado também teve avanço em indicadores como queda da mortalidade infantil

Cláudia Collucci

SÃO PAULO Principal marca da saúde estadual em quase três décadas de governo do PSDB em São Paulo, as OSS (organizações sociais de saúde) consomem hoje um quarto do orçamento da pasta da Saúde, tiveram o modelo exportado para outros estados, mas continuam sendo alvo de investigações por supostas irregularidades.

Essas organizações privadas sem fins lucrativos começaram a atuar no SUS paulista a partir de 1998, no mesmo ano em que foram criadas por lei federal. O governo define e planeja as políticas públicas a serem adotadas pelas OSS, além de metas de produção e de qualidade, e tem que acompanhá-las e cobrar os resultados definidos em contrato.

Atualmente, são 138 serviços estaduais de saúde sendo geridos por OSS, entre hospitais, ambulatórios de especialidades, unidades de reabilitação e farmácias de medicamentos especializados.

Em 2013, essas organizações consumiram R$ 3,15 bilhões de um orçamento de R$ 16,6 bilhões (18,9%). Em 2019, essa fatia aumentou. Foram 24,3% do orçamento (R$ 5,67 bilhões de um total de R$ 23,3 bilhões), segundo dados do Portal da Transparência.

Estudos da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo apontam que os hospitais sob gestão das OSS são até 52% mais produtivos e custam 32% menos do que os da administração direta. Porém, o modelo é considerado pouco transparente e já passou por várias investigações, que culminaram em uma CPI estadual em 2018.

Em outubro último, uma blitz do TCE (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) em 273 hospitais/unidades de saúde paulistas, gerenciadas por OSS, encontrou vários tipos de irregularidades. Entre elas, medicamentos fora do prazo de validade (em 13% das unidades fiscalizadas), médicos ausentes de seus postos de trabalho (12%) e equipamentos de diagnóstico quebrados ou em desuso (31%).

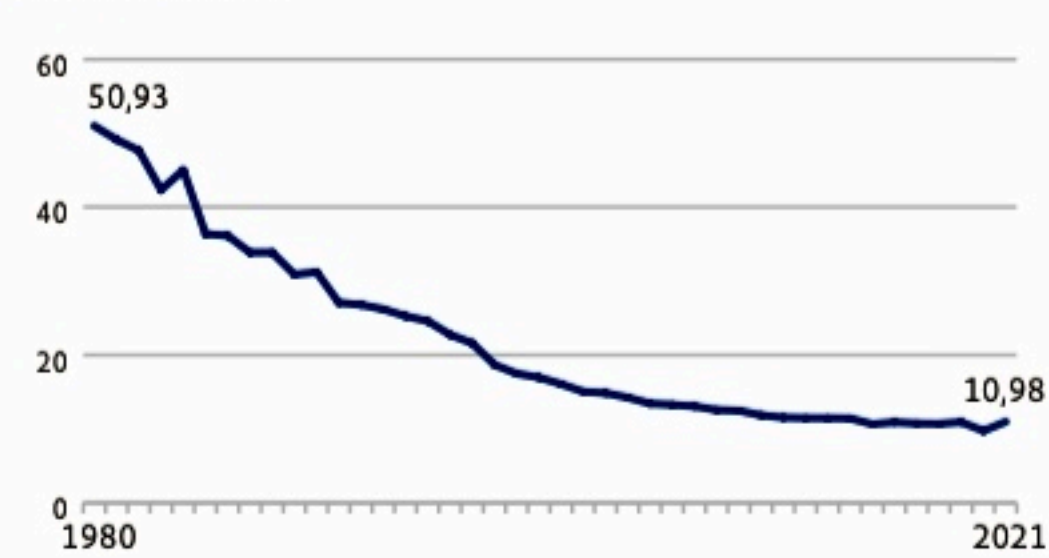
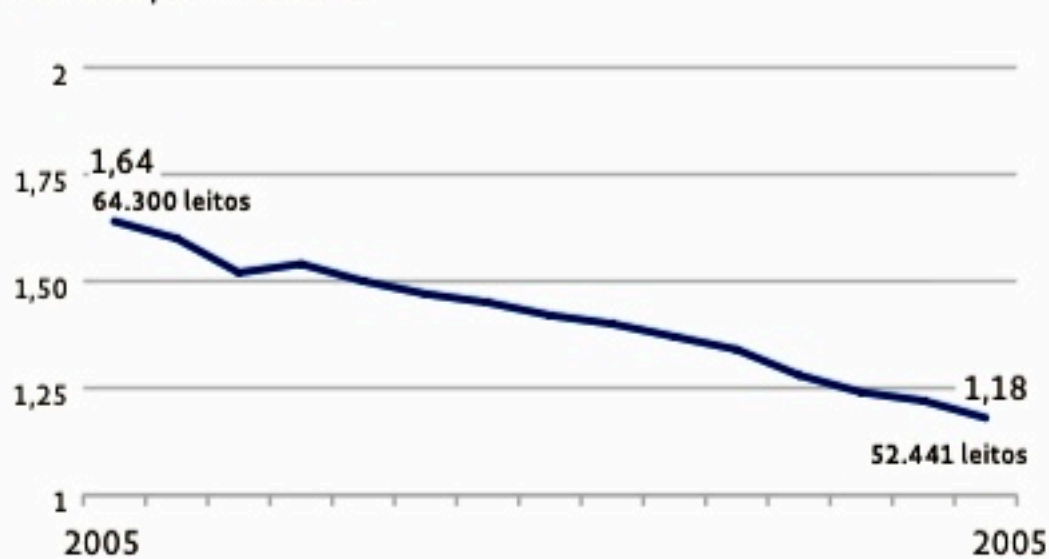
Relatórios anteriores do TCE paulista apontaram outros problemas como o descumprimento de metas estabelecidas, médicos em número insuficiente e desrespeitando escalas de trabalho, além de denúncias de corrupção.

"As OSS são a marca registrada no PSDB, consomem o maior volume de dinheiro da secretaria estadual, mas falta uma grande avaliação do todo. Alguns estudos apontam maior eficiência econômica, melhor gestão de recursos humanos, mas existem muitos problemas e impasses", afirma Mario Scheffer, professor do departamento de medicina preventiva da USP e pesquisador do tema.

Rudi Rocha, professor da FGV, diretor de pesquisas do Ieps (Instituto de Estudos para Políticas de Saúde) e coordenador de estudo que avaliou as OSS em hospitais de São Paulo, aponta a falta de transparência como um dos grandes problemas do modelo. "O maior desafio para nós [durante o estudo] foi levantar os contratos. É uma questão muito séria."

Segundo ele, embora haja avaliações positivas sobre o desempenho das organizações, do ponto de vista das evidências científicas, ainda não se sabe qual é a real relação de custo e efetividade do modelo.

Scheffer concorda e acrescenta que, com as OSS, há muita fragmentação de informações, por exemplo, sobre recursos humanos da rede. "A gente ainda não consegue julgar essa modalidade de gestão pelo seu desempenho, pela qualidade da assistência. É possível, com os recursos que recebem hoje, as OSS entregarem mais? Não sabemos."

Em nota, a Secretaria de Estado da Saúde diz que as OSS reduziram a burocracia e agilizaram a implantação de novas unidades e a contratação de recursos humanos. Além disso, afirma a pasta, os serviços administrados pelas OSS têm mais de 95% de aprovação da população.

Para a médica Ana Maria Malik, coordenadora da FGV Saúde, houve um aprendizado organizacional da Secretaria de Estado de Saúde na avaliação e no controle de contratos com as OSS, porém, isso não impede o descumprimento do que foi acordado. "Mas em São Paulo isso é ainda melhor do que no resto do país."

Ao mesmo tempo que a gestão dos serviços do SUS se tornou mais privada nesses quase 30 anos, a rede privada hospitalar (que atende planos e particulares) também cresceu, e a pública encolheu, segundo o Datasus.

Em 2005, por exemplo, o estado tinha 96.761 leitos de internação em geral, dos quais 64.563 eram SUS e 32.198 não SUS. Já em outubro de 2022 eram 94.064 leitos de internação em geral, com 54.952 do SUS e 39.112 não SUS. Ou seja, houve queda de 15% dos leitos SUS e aumento de 21,4% dos leitos particulares.

No mesmo período, a taxa de paulistas com planos de saúde pulou de 37% (13,8 milhões) para 43% (18 milhões). Na capital paulista, mais 50% da população tem plano de saúde com cobertura médica. No país como um todo, 26%.

Um dos reflexos da redução de leitos SUS no estado de São Paulo são as filas para cirurgias de média e alta complexidade, que pioraram com a pandemia. No início deste ano, em torno de 540 mil pessoas aguardavam cirurgias. Com mutirões e convênios com serviços privados, houve redução de 52% da fila até setembro, segundo a Secretaria de Estado da Saúde.

Em nota, a secretaria diz que, nesses 28 anos de gestão do PSDB, os atendimentos em média e alta complexidade tiveram o reforço de 43 novos hospitais estaduais, sendo 22 na Grande São Paulo e 21 no interior e litoral. Entre eles, está o Instituto do Câncer de São Paulo (Icesp), maior hospital oncológico da América Latina. "Antes de 1995, o estado tinha 15 esqueletos de hospitais com obras inacabadas, que foram todos concluídos ao longo desses anos", afirma a pasta.

A secretaria também cita a criação de 62 Ames (Ambulatórios Médicos de Especialidades) e 20 unidades da Rede de Reabilitação Lucy Montoro, e da Rede Hebe Camargo de Combate ao Câncer, com 95 centros de atendimentos oncológico integral em todas as regiões do estado. As instituições, segundo a pasta, ampliaram a resolutividade do SUS e reduziram o tempo de espera e a fila nos hospitais.

Toda a oferta de serviços de média e alta complexidade do estado, além de casos de urgência, é regulada pela Cross (Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde), um sistema online e que funciona 24 horas.

Para a médica Ana Maria Malik, ainda que haja filas, houve avanço no acesso à atenção de média e alta complexidade com a criação do Cross. "Pensando em São Paulo, em Brasil, a oferta sempre será insuficiente, mas é melhor com a Cross do que sem a Cross."

Nesses quase 30 anos, alguns indicadores de saúde no estado deram grandes saltos positivos. A mortalidade por Aids, por exemplo, caiu 78% desde 1995, quando ocorreu o pico de mortes pela doença.

No mesmo período, a taxa de mortalidade infantil (TMI) teve uma queda de 61%. Em 2020, a TMI no estado foi de 9,75 óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos, primeira vez na história que alcançou patamar de um dígito. Mas enquanto a região de São José do Rio Preto registrou taxa de 7,79, a da Baixada Santista foi de 11,1.

Segundo o epidemiologista Paulo Menezes, professor da USP e que já coordenou a vigilância em saúde da secretaria estadual, a região da Baixada Santista concentra uma proporção grande de pessoas vulneráveis. "Quase 50% da população mora em comunidades. Os indicadores de mortalidade infantil e materna estão sempre entre os piores do estado."

Esses indicadores de saúde, além dos determinantes sociais, são muito sensíveis à atenção primária, que é de responsabilidade dos municípios. "Permanece o desafio de uma integração maior entre os municípios", diz Menezes.

Um dos entraves é a pressão política que existe na indicação dos coordenadores regionais de saúde, que não obedece a critérios técnicos. "Esse é um grande dificultador de mudanças, de buscar soluções para reduzir essas disparidades."

Taxa de mortalidade infantil em São Paulo
Por mil nascidos vivos

Leitos do SUS
Coeficiente por mil habitantes

Fonte: Fundação Seade

As OSS são a marca registrada no PSDB, consomem o maior volume de dinheiro da secretaria estadual, mas falta uma grande avaliação do todo. Alguns estudos apontam maior eficiência econômica, melhor gestão de recursos humanos, mas existem muitos problemas e impasses

Mario Scheffer
professor do departamento de medicina preventiva da USP

+
Série relembra legado tucano
Reportagens mostram o legado da gestão tucana em São Paulo após 28 anos

Baía de Guanabara tem praia limpa pela 1ª vez em seis anos

Trecho da ilha de Paquetá ficou próprio para banho de abril a outubro

FOLHA VERÃO
DIAS MELHORES

Júlia Barbon

RIO DE JANEIRO Pela primeira vez desde 2016, uma praia banhada pela baía de Guanabara foi considerada boa. A praia da Ribeira, situada na tranquila ilha de Paquetá, na zona norte do Rio de Janeiro, ficou própria para banho durante todo o período de abril a outubro deste ano.

É uma raridade para uma região que não teve nenhum de seus 25 pontos de coleta classificados como limpos, segundo dados do Inea (Instituto Estadual do Ambiente), desde quando o levantamento de balneabilidade do litoral brasileiro começou a ser feito pela **Folha**.

Com seus 3.530 habitantes e bicicletas, Paquetá povoa o centro da baía a cerca de 15 quilômetros do centro da capital, do qual destoa. Vive basicamente de turismo e pesca, apesar da péssima qualidade do mar registrada há décadas.

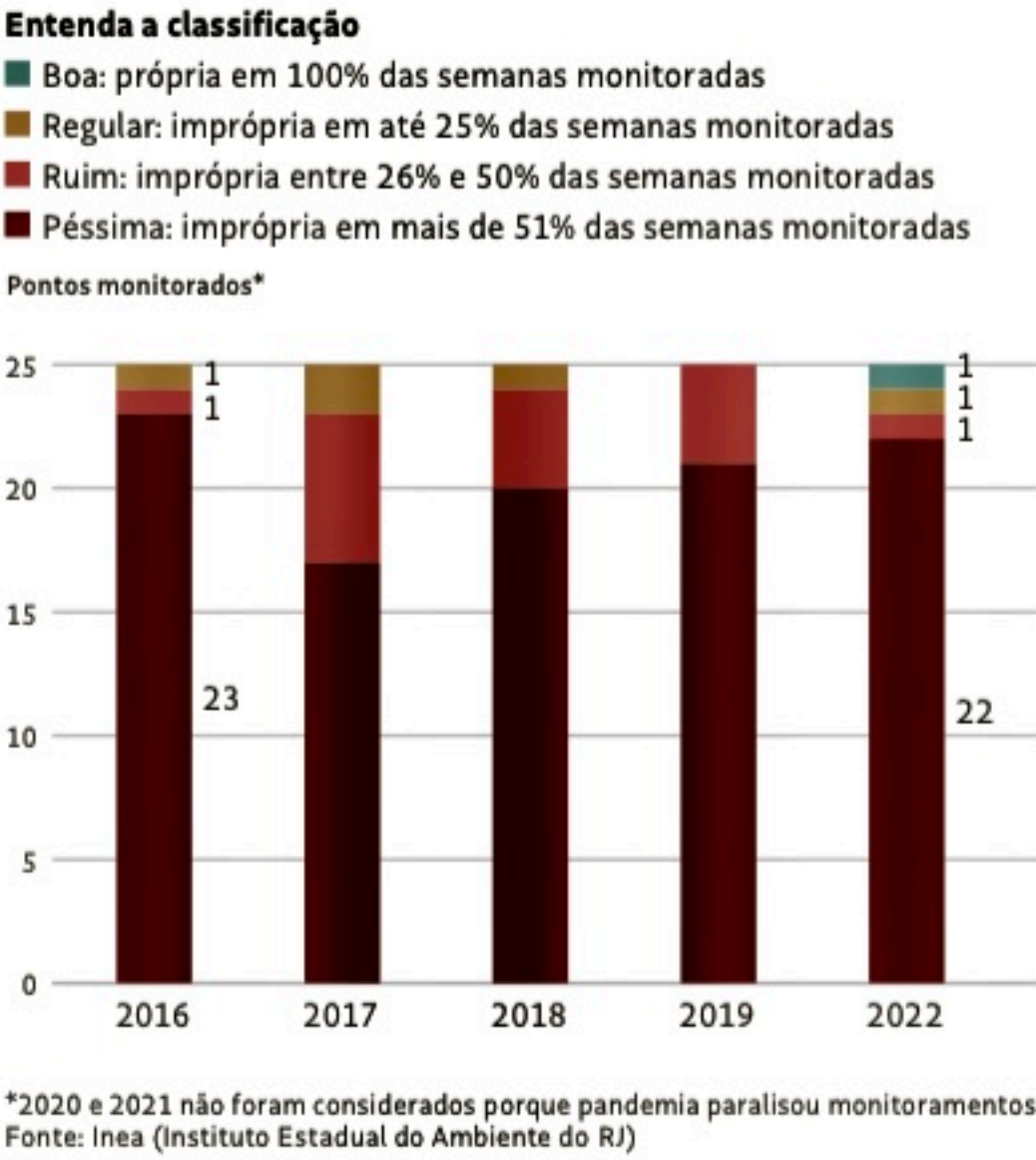
Chama atenção também a praia de Guanabara, na Ilha do Governador, que ficou regular (própria em até 75% das medições) de maneira inédita. Isso não acontecia desde 2018 na região, que ficou sem medições em 2020, 2021 e nos três primeiros meses de 2022 por causa da pandemia.

A melhora acontece depois da venda da Cedae (Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro) e da concessão dos serviços de saneamento de 27 cidades fluminenses à empresa Águas do Rio no final de 2021, seguindo o novo marco regulatório do setor.

A companhia, que prometе despoluir a baía de Guanabara em cinco anos, atribui a limpeza da praia da Ribeira a uma ação que interrompeu o derramamento ilegal de seis piscinas olímpicas de esgoto por mês no mar.

Cita ainda melhorias na estação de tratamento e nas quatro estações elevatórias de Paquetá, que ajudam a bombear os efluentes que tenham dificuldade de passar pelas tubulações, assim como reformas e a automação do sistema na Ilha do Governador.

A geografia também ajuda. Paquetá fica num canal central profundo da baía, que favorece a troca de água com o mar, diluindo a sujeira. “Tem momentos em que, por condições ambientais atípicas, ocorre uma troca violenta com a região oceânica”, diz o biólogo e ativista Mário Moscatelli.

É por isso que, há 20 anos, ele sobrevoa a região na maré baixa para o seu projeto Olho Verde. “A maré baixa não mente”, explica. Nos últimos dois sobrevoos, em junho e novembro deste ano, ele conta ter visto o mar de Botafogo, geralmente um esgoto a céu aberto, ficar cristalino.

“Quase um evento histórico”, afirma o especialista em gerenciamento costeiro. A praia, com vista para o Pão de Açúcar, na entrada da baía de Guanabara, ficou própria para banho em duas medições seguidas em julho, resultado raro nos últimos 15 anos de monitoramento, apesar de ainda ser considerada péssima.

Os principais motivos foram a ausência de chuvas na época e a limpeza do chamado interceptor oceânico, responsável por captar o esgoto de grande parte da zona sul. Foram retiradas mais de 600 toneladas de resíduos, incluindo dois patinetes e um vaso sanitário. Com isso, o sistema pôde receber mais efluentes, que foram desviados para o emissário submarino de Ipanema —responsável por despejar todo esse dejeto em alto mar para que o oceano o dilua naturalmente.

“Resolveu o problema? Não, só está evitando que esgoto gerado dentro dos rios seja despejado na baía, mas esses rios continuam sendo valões de esgoto. A expectativa é que eles voltem a ser rios”, espera Moscatelli.

O plano da concessionária é construir emergencialmente, nos próximos cinco anos, um cinturão de coletores de esgoto ao redor da baía de Guanabara “no mesmo modelo adotado com sucesso nas baías de Tóquio e Sidney”, que custará R$ 2,7 bilhões.

Enquanto isso, a empresa prevê gastar mais R$ 10 bilhões na implantação dos sistemas de esgotamento sanitário nos oito municípios limítrofes da baía até 2033, prazo previsto em contrato para a universalização dos serviços.

A qualidade das praias do Rio de Janeiro como um todo continua muito abaixo das outras capitais litorâneas, mas neste ano houve uma melhora: 14% dos pontos de coleta foram considerados bons, marca superior à média de 8% registrada entre 2016 e 2019 (sem contar os anos de pandemia).

A soma dos trechos ruins e péssimos da cidade, impróprios para banho em mais de 25% das medições, também diminuiu de 61% para 58% na mesma comparação. Além das praias de Paquetá e Ilha do Governador já citadas, contribuíram para a melhora trechos da zona sul.

São Conrado, próxima à favela da Rocinha, ficou regular depois de seis anos como péssima ou ruim. Já a praia do Diabo, ao lado da turística pedra do Arpoador, e a porção de Copacabana mais perto do Leme passaram de regulares, no ano passado, para boas neste ano.

Com relação ao estado, é mais difícil fazer essa análise porque quase um terço dos pontos continua sem monitoramento, incluindo em Angra dos Reis e Paraty, que chegam ao terceiro ano sem saber a qualidade do seu mar —o Inea diz que está retomando as medições gradativamente.

“Eu trabalho na região de Angra e você vê que estão cometendo os mesmos erros da baía de Guanabara na baía de Ilha Grande, a última das baías protegidas. Áreas densamente habitadas, de baixa renda, com tratamento de esgoto ainda baixo”, alerta o biólogo Moscatelli.

Ele diz ter expectativas positivas em relação às mudanças na legislação do saneamento básico, mas afirma não estar tão otimista quanto ao outro protagonista da poluição dos corpos hídricos: as políticas públicas de habitação e ordenação do uso do solo.

“A baía de Guanabara é o paciente que está na UTI quase morrendo. Ele começa a mexer o dedo do pé, da mão, abre o olho, mas continua na UTI”, ilustra.

VEJA A QUALIDADE DA ÁGUA NA SUA PRAIA EM folha.com/praias2022

Baía de Guanabara registra praia limpa pela primeira vez

Entenda a classificação

- Boa: própria em 100% das semanas monitoradas
- Regular: imprópria em até 25% das semanas monitoradas
- Ruim: imprópria entre 26% e 50% das semanas monitoradas
- Péssima: imprópria em mais de 51% das semanas monitoradas

Pontos monitorados*

Ano	Péssima	Ruim	Regular	Boa
2016	23	1	1	
2022	22	1	1	1

*2020 e 2021 não foram considerados porque pandemia paralisou monitoramentos
Fonte: Inea (Instituto Estadual do Ambiente do RJ)

Ciclista usa bicicleta elétrica na ciclovia da orla de Copacabana, no Rio, onde lei sobre o assunto completa dez anos com queixas de corredores e outros ciclistas Eduardo Anizelli/Folhapress

Decreto sobre bicicletas elétricas faz dez anos no Rio de Janeiro com polêmicas com pedestres

Yuri Eiras

RIO DE JANEIRO O comerciante Ricardo Cardoso, 62, corria na ciclovia que liga os bairros de Ipanema e Leblon, no Rio de Janeiro, quando foi atropelado por uma bicicleta elétrica que estava na direção contrária. O condutor em alta velocidade, segundo Cardoso, perdeu a direção porque já havia quase colidido com outra bicicleta metros antes.

Para muitos moradores e turistas, praticar esportes na orla carioca virou um penoso exercício de disputa por espaço, devido à popularização das bicicletas elétricas e ciclomotores, que circulam lado a lado com pedestres e outros ciclistas.

“A ciclovia é estreita e não dá a opção de desviar. Ou você é atropelado pela bicicleta, ou é lançado à faixa dos carros e ônibus”, afirma Cardoso, que sofreu o acidente em agosto do ano passado.

O decreto municipal que regulamenta o tráfego desses veículos completou dez anos em 2022. Assinada em 2012 pelo prefeito Eduardo Paes em sua primeira gestão, a determinação equiparou as bicicletas elétricas às movidas por propulsão humana, o que permitiu a elas circularem por ciclovias, ciclofaixas e vias públicas.

O decreto impõe limite de velocidade de até 20 km/h para as bicicletas elétricas, que podem atingir até 35 km/h.

Já os ciclomotores, como as scooters, que podem ter até três rodas, alcançam 50 km/h, precisam de Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC), ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria A, e devem trafegar na rua, na faixa mais à direita, segundo norma do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). Mas eles são presença constante nas estreitas ciclovias cariocas, cuja largura padrão da pista não ultrapassa três metros.

O vendedor de churros Márcio Bernardo Firmino, 48, trabalha há cinco anos no calçadão de Copacabana, bairro com a maior população de idosos na cidade, segundo dados de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Ele diz presenciar frequentemente acidentes na ciclovia.

“Alguns não respeitam e ultrapassam em muito a velocidade, avançam a sinalização, pilotam enquanto olham os celulares. Se uma bicicleta dessa atropela uma criança, ou uma pessoa idosa, pode ser fatal.” Logo após conversar com a reportagem, Firmino quase foi atingido por um veículo elétrico que não respeitou o semáforo da ciclovia.

As bicicletas elétricas velozes têm interrompido o ritmo dos treinos de rua de Vinicius Oliveira, 28, técnico de informática e corredor amador. Para ele, a ciclovia da lagoa Rodrigo de Freitas, seu local preferido para as corridas, virou uma pista com obstáculos.

“Em dia de sol, não dá para andar direito. Já presenciei acidentes, com pessoas de idade sendo alavancadas para fora da pista. Quem corre, como eu, acaba esbarrando em outras pessoas para tentar desviar das bicicletas. Tem sido muito difícil. O espaço ficou curto”, afirma Oliveira.

A Guarda Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Ordem Pública, afirmou que “atua com foco principal na orientação dos condutores”, e que “é possível realizar a remoção dos veículos em caso de desobediência”. Ao longo de 2022, a Guarda apreendeu 23 bicicletas elétricas.

O Contran prevê multa de R$ 880,41 para o condutor que trafegar na ciclovia com ciclomotor, mesmo valor da multa para condutores sem habilitação. A punição para quem conduzir um ciclomotor sem capacete é de R$ 293,47.

Armas apreendidas pela polícia paulista Rubens Cavallari - 5.ago.22/Folhapress

Especialistas cobram que Dino vá além de 'revogaço' sobre armas

Para estudiosos, revogação de legislação ajuda, porém não resolve questão do arsenal nas mãos da população

Marcelo Rocha

BRASÍLIA Anunciada até agora como eixo principal no pacote de medidas contra a política armamentista de Jair Bolsonaro (PL), a revogação de decretos que o governo eleito pretende fazer em 2023 ataca apenas parte do descontrole sobre a circulação de armas no país, dizem especialistas.

Eles afirmam que a derrubada dos decretos presidenciais e de outros instrumentos legais reverterá o acesso às armas facilitado pelo atual governo, mas as medidas sugeridas pela futura gestão não avançam quanto ao estoque atualmente em poder da população.

O número de armas de fogo nas mãos de CACs (caçadores, atiradores e colecionadores) chegou a 1 milhão em julho deste ano. O aumento foi de 187% em relação a 2018.

A equipe de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sugere a derrubada de oito decretos de Bolsonaro e de uma portaria conjunta das pastas da Justiça e da Defesa.

O conjunto total de atos que ampliou a quantidade de armas em poder da população é superior a 40, se considerados instruções do Exército e da Polícia Federal.

"Sugere-se uma revisão rigorosa do conjunto de atos normativos que desmontou a política pública de controle das armas no país", afirma trecho do relatório final do governo de transição divulgado na quinta-feira (22).

O documento acusa a atual gestão de conduzir o país a retrocessos como "o desmonte da política de controle de armas" e que muitas das mudanças promovidas pelo Executivo invadiram a competência do Congresso Nacional.

O governo Bolsonaro editou 17 decretos, 19 portarias, duas resoluções, três instruções normativas e dois projetos de lei que flexibilizam as regras de acesso a armas e munições. Os CACs têm sido os principais beneficiados.

Em entrevista à **Folha**, o futuro ministro da Justiça, Flávio Dino, explicou que, em um só ato, Lula revogará decretos do governo anterior e editará novas regras para que se avance "no que é uma regulação que seja mais responsável".

Uma pesquisa do Datafolha mostrou que 63% da população considera que pessoas comuns não poderiam ter acesso a armas iguais ou mais potentes que a de policiais.

Para o pesquisador e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública Ivan Marques, o governo eleito "olha o assunto pelo retrovisor".

"É um dever de ofício do novo governo rever toda essa regulamentação, revogá-la para resgatar o espírito da lei de 2003 [Estatuto do Desarmamento], mas não foi apontada uma solução para o estoque [de armas] hoje em poder da população", disse.

Marques diz sentir falta no diagnóstico do governo de transição de indicações sobre como a futura gestão pretende, por exemplo, fortalecer órgãos encarregados da fiscalização, segundo ele altamente precarizados pela falta de recursos orçamentários.

O pesquisador lembrou também que no cadastro de armas de fogo administrado pela Polícia Federal há mais de 1 milhão de registros vencidos e é preciso saber seu paradeiro.

"Essas armas em circulação representam um risco para os próprios agentes de segurança", afirmou. "O governo eleito ainda precisa dizer o que será feito para uma política de armas no país."

Além da "revogaço", integrantes do grupo da Justiça e Segurança Pública na transição indicaram nas últimas semanas alguns pontos especulados para constar do pacote de medidas.

Estaria nos planos barrar a compra de pistolas 9 mm, criar um QR Code para fiscalizar clubes de tiro e acabar com o porte de trânsito de CACs.

O porte de trânsito autoriza o CAC a andar com a arma municiada do local de guarda até o clube de tiro ou de caça. Na visão de pessoas que participam das discussões na equipe de transição, a normativa virou um porte de armas camuflado.

Para Bruno Langeani, gerente de projetos do Instituto Sou da Paz, até pelo teor de declarações feitas pelo próximo titular da Justiça, o governo eleito ainda deve tratar do "passivo" em temas como recadastramento de armas mais potentes e eventual programa de recompra.

Quanto ao "revogaço", Langeani afirmou que a iniciativa aponta para uma "reorganização dos decretos e portarias que hoje estão pulverizados e fragmentados de forma caótica".

"Os institutos indicados para revogação tratam de itens já anunciados por Flávio Dino como revisão de quantidades de armas e munições, redução de potência de armas permitidas, proibição de fuzis para civis e depuração da atividade dos CACs, mantendo na categoria apenas pessoas que de fato se dedicam a caça, coleção e tiro esportivo", afirmou o representante do Instituto Sou da Paz.

Principal lobby armamentista do país, o Pro-Armas promete resistir ao "revogaço" e trabalhar no Congresso para desidratar ainda mais o Estatuto do Desarmamento.

Para o presidente do grupo, o deputado eleito Marcos Pollon (PL-MS), retirar armas das mãos dos cidadãos seria algo antidemocrático.

"Confisco seria uma medida extremamente autoritária. Não se pode falar em democracia e confisco na mesma frase, isso é ditatorial", afirmou. De acordo com ele, não haveria lógica por parte do governo que chega interferir em um setor que gera 3 milhões de empregos.

Ivan Marques, do Fórum Brasileiro, avalia que o movimento perde fôlego, já que a principal voz no discurso armamentista deixará a Presidência da República no próximo 1º de janeiro.

> "É um dever de ofício do novo governo rever toda essa regulamentação, revogá-la para resgatar o espírito da lei de 2003 [Estatuto de Desarmamento], mas não foi apontada uma solução para o estoque [de armas] hoje em poder da população
>
> **Ivan Marques**
> pesquisador e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Pilotos e comissários encerram greve mais longa da história da categoria, segundo SNA

Tulio Kruse

SÃO PAULO Os pilotos e comissários de empresas aéreas aprovaram a proposta de reajuste salarial e terminaram a greve que durou cinco dias e paralisou voos na semana que antecedeu o Natal. A proposta, que prevê reajuste de 6,97% sobre salários e benefícios, foi aceita por 70% da categoria.

No fim da noite da sexta (23), os aeronautas haviam decidido suspender a paralisação durante este fim de semana para que a categoria pudesse votar a nova proposta feita pelas companhias aéreas.

A greve vinha sendo realizada diariamente desde a última segunda-feira (19), sempre das 6h às 8h. Quem aderiu ao movimento se apresentava para trabalhar, mas não fazia a decolagem.

"Eu queria realmente agradecer a todos que estiveram conosco nos aeroportos, que estiveram conosco paralisando os voos, isso fez toda a diferença", disse neste domingo (25) o presidente o SNA (Sindicato Nacional dos Aeronautas), Henrique Hacklaender, na transmissão em vídeo que anunciou o resultado.

"Conseguimos fazer uma renovação, trazer melhorias financeiras, melhorias na parte social, algo que já não se via havia algum tempo."

A votação divulgada neste domingo analisou a terceira proposta feita aos pilotos, copilotos e comissários. As empresas ofereceram um reajuste de 6,97% —considerando inflação pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) mais 1%— sobre todas as cláusulas econômicas, como salários fixos e variáveis, diárias nacionais (diárias internacionais não entram no reajuste), vale-alimentação, piso salarial, seguro, entre outros.

A proposta também requer folgas com horários definidos publicadas em escala —mudanças, dependendo da situação e do tempo de antecedência de aviso, podem gerar multas de R$ 500.

Segundo o SNA, foi a paralisação mais longa na história da categoria. Para encerrá-la, um total de 5.834 pessoas participaram da votação.

Nos cinco dias, a greve ocorreu nos aeroportos de Congonhas (SP), Guarulhos (SP), Galeão, Santos Dumont (ambos no Rio), Viracopos (Campinas), Porto Alegre, Fortaleza, Brasília e Confins (Grande Belo Horizonte).

Só nos aeroportos de Congonhas e Santos Dumont, mais de 400 voos foram cancelados durante os dias de paralisação —nem todos tiveram relação com a greve—, segundo a Infraero.

Começa nesta segunda suspensão de rodízio de carros em São Paulo

SÃO PAULO A partir desta segunda (26) até o dia 6 de janeiro de 2023, o rodízio de veículos de passeio está suspenso em São Paulo. A medida volta a vigorar em 9 de janeiro, uma segunda-feira.

Continuará em vigência, contudo, o rodízio para veículos pesados (caminhões) e demais restrições: ZMRC (Zona de Máxima Restrição à Circulação de Caminhões) e MRF (Zona de Máxima Restrição ao Fretamento).

O rodízio restringe a circulação de veículos nos períodos das 7h às 10h e das 17h às 20h. Os carros ficam impedidos de circular no centro expandido, incluindo as vias que delimitam o chamado mini-anel viário, formado pelas marginais Tietê e Pinheiros, avenidas dos Bandeirantes e Affonso D'Escragnolle Taunay, complexo viário Maria Maluf, avenidas Tancredo Neves e Juntas Provisórias, viaduto Grande São Paulo e avenidas Professor Luiz Ignacio Anhaia Mello e Salim Farah Maluf.

Às segundas ficam restritos os veículos com placas finais 1 e 2; às terças, os com placas finais 3 e 4; placas com finais 5 e 6 têm restrição às quartas; placas com finais 7 e 8 ficam restritas às quintas; e às sextas o rodízio atinge as placas com finais 9 e 0. O descumprimento implica infração de nível médio (multa de R$ 130,16 e acréscimo de quatro pontos à CNH).

MORTES | coluna.obituario@grupofolha.com.br

Empresário e fã da seleção, não viu a derrota na Copa do Qatar

LUSIMAR SOUSA (1951 - 2022)

Pedro Teixeira

SÃO PAULO O empresário Lusimar Sousa vibrou na arquibancada do estádio Mané Garrincha, em Brasília, quando Neymar marcou o primeiro gol contra a seleção de Camarões, no segundo jogo da fase de grupos da Copa do Mundo de 2014. A comemoração foi gravada pela transmissão oficial.

O ingresso de R$ 350 para aquele jogo era uma compra improvável para alguém que tinha nascido em janeiro de 1951 e fora criado em uma fazenda em Goiatins, na divisa entre Tocantins e Maranhão, cuja população estimada é de cerca de 13 mil habitantes.

A sorte de Sousa começou a mudar quando ele chegou a Paraíso, hoje o quinto maior município tocantinense em população. Lá, em 1969, conheceu a professora de primário Deijanira Abreu em uma festa, passaram a flertar e então a namorar.

Ainda naquele ano, ela ficou em Paraíso e ele se mudou para Goiânia para ser policial na época da ditadura militar —dizia ter vergonha da carreira, mas era a melhor alternativa para quem só tinha estudado até o primário. A relação se manteve.

Deijanira o seguiu para a capital goiana em 1971, o casamento foi em 1972. Nas bodas de ouro, em 2022, o esposo comentou que se encantara pela mulher naquele primeiro encontro.

Em Goiânia, Sousa fez supletivo para concluir o segundo grau e se tornou corretor de imóveis. O dom para vender e contar histórias o fez ter sucesso nessa profissão.

Comprou, no fim dos anos 1980, um sítio de 200 mil m² em Aparecida de Goiânia. O lote ficava no setor de Chácara São Pedro, que não tinha asfalto nem saneamento.

Sousa respondeu a essas carências com reivindicações, atuando no Sindicato de Moradores da Chácara São Pedro, que presidiu. Hoje, as vias do local estão asfaltadas, e as casas, ligadas à rede de esgoto.

De trato fácil, chamava todos pelo vocativo "campeão". Gostava tanto da palavra que batizou em 1991 a própria empresa de Campeã. O estabelecimento vendia e depois passou também a fabricar colchões e sapatos ortopédicos.

Recentemente, contraiu Covid e precisou ser intubado um dia antes de o Brasil ser eliminado pela seleção croata. Com insuficiência renal, foi transferido para um hospital em Goiânia. No último dia 15, morreu aos 71 anos ao infartar durante uma sessão de diálise.

Sousa deixa a esposa, três filhos e sete netos. No seu quarto, ficam livros —os títulos vão de Sócrates a exemplares sobre espiritualidade. Fica também um teclado eletrônico, cujas teclas estavam habituadas aos acordes de clássicos do forró pé de serra.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo:
tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

equilíbrio

A instrutora de ioga Val Moreyra (à esq.) e sua aluna Andréa Nóbis demonstram exercícios Jardiel Carvalho/Folhapress

15 minutos de ioga por dia podem ajudar o coração

Associada a exercícios, ela seria mais eficaz que alongamento para hipertensos

Danielle Castro

RIBEIRÃO PRETO Estudo clínico conduzido com 60 pacientes hipertensos demonstrou que a ioga pode ser uma aliada eficaz para quem tem problemas cardiovasculares.

A pesquisa canadense comparou dois grupos de voluntários e constatou uma melhora significativa na frequência cardíaca e na pressão arterial em repouso dos que fizeram ioga em vez de alongamentos antes de outros exercícios.

O projeto foi feito durante três meses e, nesse período, os participantes foram submetidos a rotinas físicas cinco vezes por semana. Os treinos diários consistiam em 15 minutos de ioga para o grupo um e o mesmo tempo de alongamento para o grupo dois, com uma sequência de 30 minutos de atividades aeróbicas iguais para as duas turmas.

Os resultados confirmaram que, apesar de similares, alongamento e ioga têm diferenças importantes. As evidências sustentam inclusive que esta última, devido a sua variedade e intensidade, pode ser igual ou superior em benefícios cardiovasculares ao próprio exercício aeróbico. Mas ressaltam que mais pesquisas são necessárias antes que a ioga possa ser adicionada às diretrizes de reabilitação cardíaca.

Os dados foram publicados no Jornal Canadense de Cardiologia de 2022. Os pesquisadores Ashok Pandey, Avinash Pandey, Shekhar Pandey, Alis Bonsignore, Audrey Auclair e Paul Poirier escrevem que o grupo de ioga foi estável no começo, mas depois de três meses mostrou avanços anti-hipertensivos em relação ao grupo de controle.

> “A tensão arterial diminui, fica controlada, e a tensão psicológica também diminui. Além disso, os batimentos cardíacos se regularizam
>
> **Andréa Nóbis**
> aluna

Os praticantes de ioga fizeram mais esforço e tiveram maior frequência cardíaca, porém sem impacto extremo. “Como está associada a riscos reduzidos de eventos coronarianos e mortalidade, a ioga pode ser uma alternativa promissora para pacientes com chance de doença cardiovascular”, aponta o estudo.

Os participantes do grupo principal apresentaram após as práticas uma redução de lipídios, glicose e pressão arterial, entre outros índices, sugerindo que a ioga pode ser incorporada ao estilo de vida também como estratégia de prevenção de doenças cardiovasculares.

“Nossos achados são consistentes e relataram uma redução média na pressão arterial sistólica de 7,9 mm Hg e de 4,3 mm Hg na pressão arterial diastólica entre participantes após intervenção de ioga”, afirmam os autores. Os efeitos positivos obtidos na pressão arterial podem ser explicados pela hipótese de que a ioga afeta o sistema nervoso autônomo.

Isso permite “aumentar a biodisponibilidade e os níveis sanguíneos de óxido nítrico”, promovendo a vasodilatação e a diminuição do cortisol, o chamado “hormônio do estresse”, muito associado à pressão alta.

Louise Montesanti, médica geriatra com certificação em medicina do estilo de vida, diz que o estudo do impacto da atividade física na hipertensão, até agora, mostrava baixas modestas de pressão arterial, em torno de 4,6 mm de mercúrio.

“Esse estudo [canadense] quase dobra essa queda. Parece um efeito discreto, mas 20 mm de mercúrio na pressão sistólica, que é máxima, e um aumento de 10 mm de mercúrio na diastólica, que é mínima, são um pequeno aumento que dobram o risco de doença cardiovascular. Essa redução traz muito benefício”, analisa Montessani.

Para a geriatra, não é só o impacto na morbidade e mortalidade que conta, mas também a redução da necessidade de medicamentos. “Com o envelhecimento da nossa população, cada vez mais temos a questão da polifarmácia, que é o uso de inúmeros medicamentos que podem causar efeitos colaterais ou interagirem entre si.”

Para a professora de ioga Val Moreyra, instrutora do aplicativo Kikos Fit, os resultados confirmam uma melhoria que os alunos relatam na prática. “Canalizar as emoções libera tensões musculares. Meditar e fazer exercícios respiratórios, ajudando a expandir a capacidade pulmonar, baixando a tensão arterial, melhoram o psicológico, diminuindo os batimentos cardíacos.”

A designer Andréa Nóbis, 62, tem pressão alta, toma remédios, mas não deixa de praticar condicionamento físico e caminhada todos os dias. Ela faz ioga há 12 anos, duas vezes por semana, e diz que a modalidade traz, além de flexibilidade e força, uma grande sensação de bem-estar e relaxamento. “A tensão arterial diminui, fica controlada, e a tensão psicológica também diminui. Além disso, os batimentos cardíacos se regularizam, e o poder respiratório aumenta consideravelmente”, relata a praticante.

Já Aline Coga, professora e praticante de ioga, começou aos nove anos e não parou mais. “Isso fez toda a diferença para o controle e a gestão que tenho das questões relacionadas à saúde mental na minha vida. A ioga não só ajuda nosso corpo físico, mas também a controlar as emoções, nos concentrar melhor e ter autocontrole.”

A professora de ioga Daniela Faria, da Fit Anywhere, define a prática como um conjunto de posturas (chamadas asanas) que tem um efeito no corpo e na mente. “Existem também exercícios respiratórios, chamados de pranaiama, e meditação, que nas linhas mais tradicionais geralmente acontece no fim da aula, nem que seja por poucos minutos. Acaba se diferenciando bastante do alongamento.”

Pesquisa mostra benefícios de café na saúde cardíaca

Fernanda Bassette

AGÊNCIA EINSTEIN Uma boa notícia para o coração dos amantes de café: consumir de duas a três xícaras da bebida por dia —seja café descafeinado, moído ou instantâneo— foi associado à redução no diagnóstico de doenças cardiovasculares e na mortalidade, quando comparado com pessoas que não bebem café.

A ingestão do café em pó ou instantâneo também foi associada ao menor risco de arritmia (nesse caso, o mesmo benefício não foi visto no consumo da bebida descafeinada). Os resultados foram publicados no European Journal of Preventive Cardiology.

Por muitos anos, profissionais de saúde recomendavam evitar o consumo de café para proteger o coração, mas estudos recentes foram confirmando a segurança e os efeitos benéficos da bebida quando consumida em quantidade moderada. Isso acontece porque, apesar de ter a cafeína como principal substância, o café é composto de mais de cem agentes biológicos diversos que podem atuar de forma protetora.

O objetivo desse estudo foi avaliar o impacto dos diferentes subtipos de preparo do café (descafeinado, moído ou instantâneo) nos desfechos cardiovasculares. E os resultados confirmam que o consumo moderado é seguro e benéfico, o que é consistente com as evidências anteriores.

“Essa questão dos benefícios ou não do café era uma das grandes controvérsias nas pesquisas, que ainda são um pouco conflitantes. Mas, de fato, antes o consumo de café era praticamente proibido para as pessoas cardiopatas e hoje sabemos que ele não é o vilão”, diz o cardiologista Humberto Graner, coordenador do pronto-atendimento do Hospital Israelita Albert Einstein de Goiânia.

Para chegar aos resultados, os pesquisadores usaram dados do Biobank do Reino Unido e acompanharam quase 450 mil pessoas que não tinham arritmias ou outras doenças cardiovasculares no início do estudo ao longo de 12,5 anos. Os participantes tinham média de 58 anos de idade e responderam a questionários sobre o nível de consumo diário de café e o tipo preferido.

Os pesquisadores perceberam que beber de uma a cinco xícaras por dia de café em pó ou instantâneo (mas não descafeinado) foi associado a uma redução significativa nos casos de arritmias —isso significa beber de quatro a cinco xícaras de café em pó ou duas a três xícaras do tipo instantâneo solúvel.

O consumo de duas a três xícaras por dia também foi associado à redução no risco de doença cardiovascular (inclusive insuficiência cardíaca e acidente vascular cerebral isquêmico) quando comparado com quem não consome a bebida.

saúde

UTI do Hospital Tide Setúbal, em São Miguel Paulista, zona leste de São Paulo Eduardo Anizelli - 23.jul.2020/ Folhapress

Antiviral da MSD acelera recuperação da Covid, mas não reduz mortes

Resultados do estudo no Reino Unido mostram que o medicamento diminui a duração dos sintomas em aproximadamente quatro dias

Clive Cookson

FINANCIAL TIMES A droga antiviral molnupiravir, desenvolvida pela Merck —no Brasil, é a MSD— para tratar a Covid-19, acelerou a recuperação dos pacientes, mas não conseguiu reduzir os riscos de hospitalização e morte, segundo os resultados de um grande ensaio clínico feito no Reino Unido.

O artigo revisado por pares publicado na revista The Lancet confirmou descobertas preliminares divulgadas em outubro de que o molnupiravir —comercializado pelo grupo farmacêutico dos Estados Unidos como Lagevrio— não evitou a doença mais grave entre os 25.700 participantes.

Mas os pesquisadores da Universidade de Oxford que lideraram o chamado ensaio Panoramic enfatizaram os resultados secundários positivos em uma entrevista coletiva na última quinta-feira (22).

"O estudo sugere que esse tratamento pode ter outros benefícios para tratar Covid, como um tempo de recuperação mais rápido e acompanhamento reduzido em serviços de saúde", disse Chris Butler, pesquisador-chefe adjunto em Oxford. O molnupiravir reduziu a duração dos sintomas em cerca de quatro dias, em média.

"Isso pode ajudar a aliviar a sobrecarga nos serviços de saúde do Reino Unido por meio do tratamento de pacientes selecionados em casa durante períodos de alto nível de casos e pressão sobre os principais serviços", disse ele.

Jonathan Van-Tam, ex-vice-diretor médico da Universidade de Nottingham, outro membro da equipe do estudo, disse que, "embora o molnupiravir tenha sido originalmente considerado bom para reduzir a hospitalização em pacientes com Covid, esses pacientes não eram vacinados".

"Esta última pesquisa repetiu o teste na população altamente vacinada, demonstrando que a proteção da vacina é tão forte que não há nenhum benefício óbvio do medicamento em termos de redução de hospitalizações e mortes. No entanto, a duração dos sintomas e a disseminação do vírus são marcadamente menores."

O molnupiravir funciona provocando uma sobrecarga de mutações letais no Sars-CoV-2, o vírus que causa a Covid. Alguns cientistas expressaram temores de que essa "catástrofe de erro" pudesse acelerar a evolução de variantes prejudiciais, mas Judith Breuer, da University College London, que chefiou uma parte do estudo Panoramic sobre a virologia da Covid, disse que essa preocupação agora parece injustificada.

"Qualquer vírus que persista após o tratamento é mutante demais para ser viável", disse.

> **A proteção da vacina é tão forte que não há nenhum benefício óbvio do medicamento em termos de redução de hospitalizações e mortes**
>
> **Jonathan Van-Tam**
> coautor do estudo

Os pesquisadores planejam avaliar os custos e benefícios do tratamento com molnupiravir e o efeito do medicamento nos sintomas de Covid em longo prazo.

No entanto, ao custo de várias centenas de libras por paciente, sua prescrição por médicos generalistas como tratamento da Covid para a população em geral não se justifica, disse Paul Little, da Universidade de Southampton, um dos investigadores principais.

"Estamos entusiasmados por essas descobertas da Panoramic", disse à Merck, que é conhecida como MSD fora da América do Norte. "Esses resultados, principalmente no que diz respeito à melhora sintomática, apoiam ainda mais a necessidade urgente de acesso global ao Lagevrio [molnupiravir] para tratamento de Covid-19 em pacientes adequados, de alto risco."

Apresentando seus resultados do terceiro trimestre no final de outubro, a MSD disse que esperava vender entre US$ 5,2 bilhões e US$ 5,4 bilhões do Lagevrio em 2022, embora as vendas agora estejam caindo rapidamente —de US$ 3,24 bilhões no primeiro trimestre para US$ 1,18 bilhão no segundo e US$ 436 milhões no terceiro.

Tradução Luiz Roberto M. Gonçalves

ciência

Luciana Santos foi condenada em ação de improbidade

Defesa afirma que escolhida para ministério não atuou em licitação e aguarda julgamento de apelação

Stefhanie Piovezan

SÃO PAULO Luciana Santos (PC do B), escolhida para chefiar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), foi condenada no fim de 2019 em uma ação de improbidade administrativa e aguarda o resultado da apelação.

O processo diz respeito à contratação de uma empresa para serviços de iluminação pública quando Santos era prefeita de Olinda (PE) e, na sentença, o juiz Rafael Carlos de Morais estipula multa, suspensão dos direitos políticos por seis anos e proibição de contratar com o poder público por cinco anos.

De acordo com a defesa, a condenação foi errada.

"Felizmente, em um Estado de Direito existem remédios para a correção de injustiças, que são os recursos previstos na legislação", dizem os advogados, em nota.

A ação foi movida pelo Ministério Público contra Santos, a ex-secretária de Obras, servidores públicos municipais e a empresa que prestou o serviço.

De acordo com a Promotoria, foram cometidas diversas irregularidades no processo licitatório para que a companhia vencesse a disputa e executasse os serviços de iluminação, orçados em R$ 7.351.290.

Entre os desvios detectados, o juiz destaca: exigências excessivas no edital para a qualificação técnica da empresa prestadora; semelhança do edital e do contrato com os documentos utilizados em Lauro de Freitas (BA), onde a companhia prestou serviço idêntico; não cumprimento de exigências do edital; ausência de orçamento detalhado; e irregularidades na escolha do prazo de execução de 60 meses.

"Registro, ainda, o fato de que aproximadamente 49 empresas adquiriram o edital, mas tão somente 8 apresentaram propostas, e, desse universo, apenas a empresa requerida foi habilitada. Logo, fortes são os indícios de direcionamento, pois é discutível que, na época dos fatos, existisse tão somente uma empresa no Brasil que se adequasse aos padrões editalícios para fazer o gerenciamento de parque energético de um pequeno município brasileiro", escreve o magistrado, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Olinda.

Na sentença, ele aponta também que a empresa não poderia participar da concorrência pública porque ela própria, em momentos anteriores, levantou e forneceu todos os elementos técnicos para a elaboração do projeto básico, tendo assim informações privilegiadas.

De acordo com o juiz, se fossem considerados isoladamente, esses aspectos poderiam afastar a responsabilidade da empresa favorecida e dos agentes públicos, porém, em conjunto, compõem "um vasto material probatório no sentido de que todo o procedimento licitatório foi direcionado".

À época, a defesa de Santos alegou que ela havia sido arrolada somente porque exercia o cargo de prefeita no momento da licitação, não havendo qualquer indicação de delito ou irregularidade por parte dela. O magistrado, no entanto, avaliou que, como chefe do Poder Executivo, ela tinha o dever de gerenciar as atividades públicas.

O juiz acrescenta, por outro lado, não haver qualquer demonstração de que Santos ou os outros réus tenham recebido ou desviado dinheiro público e que a empresa efetivamente prestou o serviço de relevância pública, não existindo prova de enriquecimento ilícito ou de incompatibilidade dos valores pagos.

Na época da sentença, a defesa de Santos, composta de Alysson Vasconcelos, Euvânia Muñoz, Anne Cabral e Alexandre Carvalho, emitiu uma nota afirmando que o contrato gerou apenas benefícios para Olinda e que o Tribunal de Contas do Estado, ao julgar a mesma questão, não verificou direcionamento da licitação.

Em entrevista à **Folha** no último sábado (24), Cabral afirmou que, após a sentença, foi interposta uma apelação.

Ela reforçou que Santos não participou diretamente do processo licitatório e que a própria sentença não identifica dano ao erário.

A advogada também enfatizou que a modernização da iluminação da cidade gerou uma economia mensal de R$ 95 mil e que, enquanto o caso não for julgado em última instância, prevalece a presunção de inocência e Santos continua elegível, bem como apta para contratar com o Poder Público.

ESPORTE AO VIVO | **9h30** Brentford x Tottenham — Inglês, ESPN/STAR+ | **14h30** Aston Villa x Liverpool — Inglês, ESPN/STAR+ | **17h** Arsenal x West Ham — Inglês, STAR+

Novo fracasso na Copa deixa Tite com sua pior avaliação

Só 29% consideram trabalho satisfatório, mostra Datafolha; 38% acham ruim

Marcos Guedes

SÃO PAULO O fracasso da seleção brasileira na Copa do Mundo de 2022 fez despencar a avaliação do técnico Tite. Criticado por algumas de suas escolhas no Qatar, ele deixa o cargo com sua pior avaliação, segundo o Datafolha.

O instituto vem questionando, ao longo dos últimos cinco anos, o parecer dos brasileiros a respeito do desempenho do gaúcho à frente do time nacional. Nunca as respostas foram tão desfavoráveis ao profissional quanto as dadas agora.

Terminado o Mundial deste ano, apenas 29% consideraram o trabalho do treinador de 61 anos bom ou ótimo. Foram 38% os que classificaram a atuação do comandante como ruim ou péssima. "Regular" foi a resposta de 26%, e 7% não souberam responder.

O Datafolha ouviu 2.026 pessoas de 16 anos ou mais, em 126 municípios, nos dias 19 e 20 de dezembro. A margem de erro da pesquisa é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%.

O mais novo levantamento apontou uma queda brusca na aprovação de Tite, que chegou a ter seu desempenho considerado bom ou ótimo por 64%. Isso ocorreu às vésperas do Mundial de 2018, após campanha de excelentes números nas Eliminatórias.

A queda nas quartas de final na Rússia levou parte do prestígio do técnico, que, no entanto, teve seu emprego mantido pela CBF (Confederação Brasileira de Futebol). Um treinador não ficava na seleção após a derrota em uma Copa desde 1978, com Cláudio Coutinho.

De contrato renovado há quatro anos, o gaúcho respondeu levando o Brasil à conquista da Copa América de 2019 e a uma campanha recorde nas Eliminatórias. Na Copa América de 2021, ficou com o vice-campeonato, com derrota para a Argentina na final.

O desempenho sólido credenciou a seleção como uma das favoritas ao título na Copa do Mundo e voltou a elevar o apreço dos brasileiros pelo treinador. Em julho, 47% consideravam o trabalho bom ou ótimo, salto considerável em relação aos 37% que deram essa resposta em 2019.

O fracasso no Qatar, no entanto, fez Tite deixar a equipe nacional com sua pior avaliação. Os 38% que classificaram sua atuação como ruim ou péssima são, de longe, o número mais alto da série. Em 2019, momento que era o de maior desconfiança, os descontentes eram 16%.

O julgamento é mais severo entre os que declaram ter votado na eleição presidencial em Jair Bolsonaro (PL), por quem, não esconde, o técnico não tem apreço. Entre aqueles que apertaram 22 na urna só 24% consideraram o desempenho do comandante bom ou ótimo; 44% acharam ruim ou péssimo.

Já entre os que ajudaram a eleger Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a aprovação é de 32%, com 36% descontentes. A diferença é notável mesmo se levada em conta as margens de erro de cada estrato —três pontos percentuais para os eleitores de Lula, quatro pontos percentuais para os eleitores de Bolsonaro.

De maneira geral, o resultado do Datafolha é retrato da visão de que o gaúcho fez escolhas ruins no Mundial. Uma delas foi a convocação do lateral direito Daniel Alves, 39, que foi chamado por sua boa relação com os companheiros e só esteve em campo quando o jogo não valia nada.

Diante da Croácia, sem seus dois laterais esquerdos, machucados, o técnico decidiu improvisar o lateral direito Danilo do outro lado. Isso abriria espaço para Daniel, mas a opção foi por outra improvisação na direita, com o beque Éder Militão.

Tite também foi criticado pela insistência com o atacante Raphinha, que não fez uma boa Copa. Algo parecido com o que fizera em 2018 com o atacante Gabriel Jesus.

O treinador também foi alvo de censura por ter abandonado o campo assim que acabou a disputa de pênaltis com a Croácia, sem oferecer apoio aos atletas desolados. Explicou que sempre sai do gramado rapidamente, nas vitórias e nas derrotas, mas a atitude não foi positiva para sua imagem.

Assim, após dois bons ciclos, com ótimas campanhas nas Eliminatórias, seguidas de frustração e eliminação nas quartas de final do Mundial, Tite deixa a seleção com uma avaliação ruim. Algo que, logo após a queda, em Al Rayyan, ele afirmou compreender.

"Dividimos a alegria, dividimos a tristeza. O tempo pode responder melhor", disse. "Não tenho condição de avaliar todo o trabalho realizado. Com o passar do tempo, vocês farão essa avaliação."

Prestígio despenca com novo fracasso

A avaliação de Tite

Em %

	Ótimo/Bom	Regular	Ruim/Péssimo	Não sabe
jan.2018	62	15	3	20
jun.2018	64	13	5	18
dez.2019	37	32	16	15
jul.2022	47	24	7	22
dez.2022	29	26	38	7

Fonte: Pesquisas Datafolha realizadas ao longo dos últimos cinco anos, sempre com margem de erro de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%. A mais recente ouviu presencialmente 2.026 pessoas com 16 anos ou mais em 126 municípios nos dias 19 e 20 de dezembro

A avaliação de Tite para eleitores de Lula e Bolsonaro

Em %

	Ótimo/Bom	Regular	Ruim/Péssimo	Não sabe
Voto declarado em Lula (PT)	32	26	36	6
Voto declarado em Bolsonaro (PL)	24	26	44	6

Fonte: Pesquisa Datafolha presencial com 2.026 pessoas com 16 anos ou mais em 126 municípios nos dias 19 e 20 de dezembro. A margem de erro é de 3 pontos percentuais para os eleitores de Lula e de 4 pontos percentuais para os eleitores de Bolsonaro

O técnico Tite em seu último jogo Nelson Almeida - 9.dez.22/AFP

Juca Kfouri

O colunista está em férias

Rejeição a treinador estrangeiro na seleção diminui, aponta Datafolha

SÃO PAULO A rejeição dos brasileiros a um técnico estrangeiro na seleção é menor após a Copa do Mundo, mostra a mais recente pesquisa Datafolha. Ainda há mais gente contra do que a favor, mas a diferença diminuiu consideravelmente após o fracasso do time nacional no Qatar.

São 41% os favoráveis à contratação de um técnico de fora pela CBF (Confederação Brasileira de Futebol). Manifestaram-se de maneira contrária 48%. Há 6% de indiferentes a respeito da questão, e 5% não souberam responder.

O resultado do mais recente levantamento apresenta uma variação significativa em relação ao anterior, realizado em julho, com a mesma margem de erro (dois pontos percentuais, para mais ou para menos). Na ocasião, havia 30% a favor e 55% contra.

A mudança nos números tem a ver com o fracasso do Brasil no Mundial e com a subsequente queda na avaliação do trabalho de Tite. Ele confirmou que não permanecerá à frente da seleção, e a CBF agora busca um substituto.

O presidente da entidade, Ednaldo Rodrigues, não é um apaixonado pela ideia da contratação de um estrangeiro, mas já deu demonstrações de que pode rever sua posição. Sua constatação é que não há um brasileiro incontestável.

O futebol brasileiro de clubes teve casos recentes de grande sucesso com técnicos estrangeiros, sobretudo portugueses. Jorge Jesus conquistou a Copa Libertadores de 2019 e vários outros títulos com o Flamengo. Abel Ferreira, do Palmeiras, trinfou na Libertadores em 2020 e 2021.

Os resultados ajudaram a minar a resistência, que, no entanto, ainda é considerável. Não à toa, os dois estão entre os cotados. Ednaldo já avisou que decidirá sozinho.

Se escolher um estrangeiro, terá resistência maior das mulheres: 54% são contra, apenas 33% a favor. Os homens se mostram mais abertos a ideia: 50% são a favor, 43% contra. No recorte de gênero, a margem de erro é de três pontos.

Há também uma abertura maior dos jovens na comparação com os mais velhos. Na faixa dos 16 aos 24 anos, por exemplo, há 46% favoráveis e 46% contrários. Na faixa dos 60 anos para cima, são 32% favoráveis e 51% contrários. No recorte etário, a margem de erro é de cinco pontos.

Cai a restrição a um treinador não brasileiro

Técnico estrangeiro na seleção

Em %

	A favor	Contra	Indiferente	Não sabe
jul.2022	30	55	8	7
dez.2022	41	48	6	5

Fonte: Pesquisas Datafolha realizada nos dias 27 e 28 de julho e 19 e 20 de dezembro. Nos dois casos, a margem de erro é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%

Por gênero

Técnico estrangeiro na seleção, em %

	A favor	Contra	Indiferente	Não sabe
Homens	50	43	4	2
Mulheres	33	54	7	7

Fonte: Pesquisa Datafolha presencial com 2.026 pessoas com 16 anos ou mais em 126 municípios nos dias 19 e 20 de dezembro. A margem de erro, dentro do recorte de gênero, é de 3 pontos percentuais, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%

PRANCHETA DO PVC

Paulo Vinicius Coelho
pranchetadopvc@gmail.com

Messi tático tem no cérebro seu ponto forte, não no pé

O jornalista catalão Alex Delmàs escreveu o documento mais detalhado sobre as diferentes maneiras de expressão de Lionel Messi, do ponto de vista estratégico. O livro "Messi Táctico" foi publicado em 2018, quatro anos antes da conquista da Copa.

Messi oi titular no time de Eto'o e Ronaldinho até se lesionar contra o Chelsea, nas oitavas de final da Liga dos Campeões de 2005/06, vencida na final contra o Arsenal.

Jogava do lado direito do ataque, sob o comando de Frank Rijkaard. Guardiola o colocou no banco de reservas no terceiro jogo de sua gestão. Não julgava que seu pé esquerdo ajudasse a dar amplitude à equipe.

Mesmo assim, foi titular na primeira temporada de Pep, na direita, até a noite do feriado de 1º de maio. Num hotel em Madri, Guardiola o chamou a seu quarto e mostrou o espaço atrás do volante Drenthe. Pediu que não comentasse com ninguém e invertesse sua posição com a de Eto'o ao seu sinal.

O Barcelona meteu 6 a 2 no Real Madrid no dia seguinte, com dois gols de Messi e a estreia na função de falso nove. A inspiração de Guardiola era seu velho mestre, Johan Cruyff, que executava essa função, de descobrir ou inventar espaços, enquanto passeava pelo campo.

Na Copa, Messi não foi centroavante, nem falso, nem de verdade. Pela direita, ou pelo centro, passeava, sempre na zona morta. Contra a Holanda, encostava-se em Aké, seu marcador. De repente, o zagueiro não o tinha mais por perto e o perseguia às costas dos volantes. Abria-se o espaço para os pontas.

Na vez seguinte, não desguarnecia sua zona de marcação. Messi pegava a bola e caminhava até o incrível passe, sem olhar para o destino da bola, e deixar Molina na frente do goleiro Noppert.

Contra a França, Scaloni teve a inteligência de pôr Di María na esquerda, quando a maioria pensava em vê-lo na direita. Messi ficou na faixa protegida por Theo Hernández. Quer dizer, não ficou...

Passeou e induziu o lateral a persegui-lo. Abria o espaço para Molina.

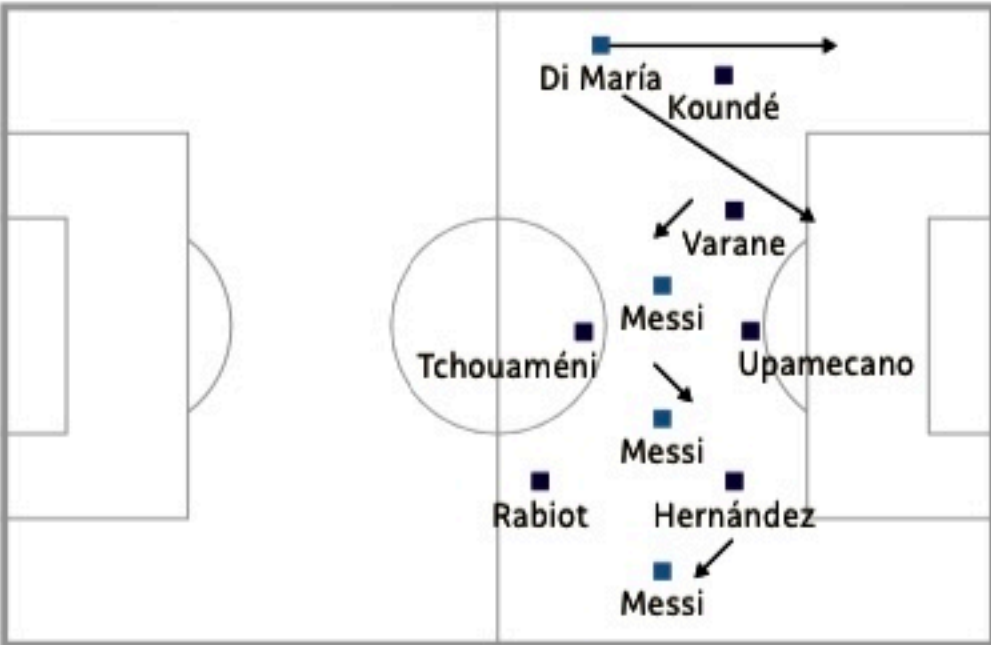
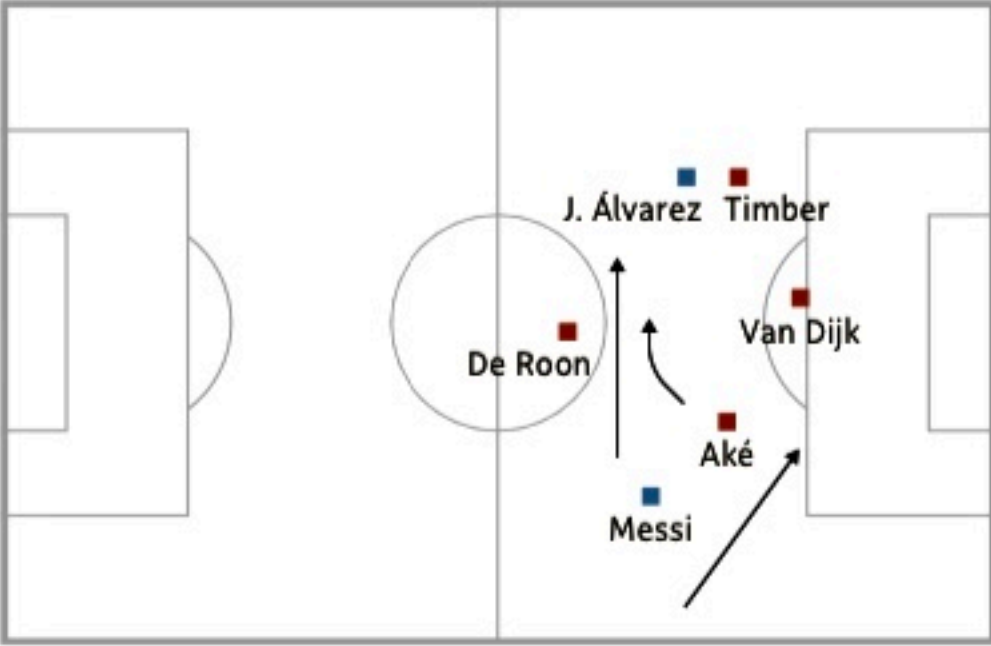
Na vez seguinte, vinha até as costas de Tchouaméni ou à frente de Varane. A cada movimento, confundia o sistema defensivo francês. Abriu corredores por onde Di María, De Paul, Enzo Fernández, Mac Allister e Julián Álvarez puderam interferir.

É muito difícil marcar Messi, porque ele encontra as zonas mortas do campo e obriga os rivais a mudar a marcação original. A cada mexida, um buraco se abre na defesa. Ou para um colega de Messi, ou para ele mesmo brilhar.

A literatura conta que o húngaro Hidegkuti, em 1954, e o austríaco Sindelar, em 1934, ocupavam a posição de centroavante com a mesma inteligência de circular por trás e abrir flancos por onde Bican, na Áustria, Puskás e Kocsis, na Hungria, tornavam-se artilheiros.

Cruyff foi o maior gênio da abertura de espaços deste tipo. Atribui-se ao holandês, número 9 do Barcelona e 14 da Holanda, um número próximo a 350 gols. Messi se aproxima dos 800.

Seu grande diferencial é a inteligência. Messi não joga apenas com seu pé esquerdo, com que anotou 82% de seus gols. Neles, nos 13% marcados com o direito ou nos 5% de cabeça, sempre se sabe que seu forte é o cérebro.

Messi atrás dos volantes da França: defesa confusa

Messi arrastou Aké e brilhou quando não foi seguido

ROGÉRIO CENI

O São Paulo pretende ter um modelo de jogo diferente no ano que vem. Duas linhas de quatro, com volantes de construção e marcação. Daí o interesse em Sebas Méndez, que disputou bem a Copa do Mundo pelo Equador. O modelo de Rogério é o que fez no Fortaleza.

A ERA DUDU

A renovação de Dudu dará a paz que Endrick precisará ter para ser o diferencial do Palmeiras no ano que vem. A presidente Leila Pereira foi firme e conseguiu incluir uma cláusula justa. Dudu renovará por mais um ano e ficará até 2026 se disputar metade dos jogos de 2025.

artes visuais

Corda bamba

Arte viveu ano de bonança, mas se perdeu nos extremos do cancelamento e da inclusão

'Autorretrato Nu', de Egon Schiele, obra de 1912 que integrou exposição no Instituto Tomie Ohtake Divulgação

Gustavo Zeitel e João Perassolo

SÃO PAULO Num ano marcado pelo burburinho ao redor do centenário da Semana de Arte Moderna de 1922 e pela reinauguração do Museu do Ipiranga após uma grande reforma que durou nove anos —o projeto mais caro da história da Lei Rouanet, que consumiu quase R$ 87 milhões de dinheiro público—, a notícia que mais atiçou o mundo da arte brasileira foi outra.

O veto do Museu de Arte de São Paulo, o Masp, a um conjunto de fotos do Movimento Sem Terra, o MST, dominou a pauta por semanas, no que foi uma das maiores polêmicas em décadas a engolfar o principal museu do país.

Depois de o Masp ser acusado de censurar as imagens e negar que essa tenha sido a intenção, justificando o veto com uma questão de prazo e logística envolvendo as obras, as fotografias acabaram integrando a exposição "Histórias Brasileiras", sua maior do ano, que ocupou dois andares da instituição com trabalhos que queriam rever o que é ser brasileiro no momento em que o país completou 200 anos de Independência.

Outro episódio que dominou as conversas foi a debandada de artistas da Bienal do Mercosul. Com organização de Marcello Dantas, o tradicional evento de artes de Porto Alegre sofreu para se adequar ao orçamento. Por isso, seis artistas que foram anunciados foram cortados —ou se retiraram— da edição, cujo mote foi a sequência de palavras "Trauma, Sonho e Fuga".

Nessa lista, a dupla "Silêncio Coletivo", formada por Igor Vidor e Jaime Lauriano, decidiu deixar a Bienal, porque o valor acertado para a montagem da instalação "Do Pó ao Pó" não foi cumprido.

O fato de haver agora uma maioria de mulheres [em bienais] tem a ver com imaginar um mundo em que o homem branco europeu não esteja no centro

Cecilia Alemani
curadora

Por motivos orçamentários, o convite feito por Dantas a Maria Lynch para integrar a Bienal foi suspenso. "Isso aqui é uma montanha russa incendiando. E vem tiro de todos os lados. 'Life hurts, dear' —'a vida dói, querida'. Tem que ter couro duro para aguentar", respondeu Dantas.

No cenário internacional, a edição da Documenta de Kassel, evento de arte sediado na cidade alemã a cada cinco anos, sofreu um processo de cancelamento, que culminou na renúncia da diretora-geral, Sabine Schormann.

O mural "People's Justice", ou justiça do povo, do coletivo indonésio Taring Padi, foi acusado de antissemitismo. A obra, que chegou a ser coberta e desmontada, mostrava uma figura suína com o capacete escrito Mossad, o serviço secreto israelense, e outra com um judeu ortodoxo portando um chapéu da SS, organização paramilitar nazista.

Continua na pág. B9

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

DEDOS CRUZADOS

Os planos de saúde devem encerrar 2022 com 1,5 milhão de novos beneficiários na modalidade médico-hospitalar, alcançando a marca de 50,4 milhões de vidas cobertas. A projeção é da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), entidade que representa os principais grupos de operadoras de planos e seguros privados do segmento no país.

EM ALTA Se os dados se confirmarem, este será o maior nível de usuários alcançado em oito anos —e a maior taxa de crescimento do setor desde 2013, com alta de 3,1%. Em outubro deste ano, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) contabilizava 50,2 milhões de beneficiários.

ALTA 2 Os planos de saúde já vinham ganhando usuários mensalmente e de forma contínua desde junho de 2020, com a chegada da pandemia de Covid-19. Para a FenaSaúde, o resultado positivo neste ano reflete, mais do que a crise sanitária, a redução da taxa de desemprego no país.

NO VERMELHO A situação financeira das operadoras de planos de saúde, no entanto, ainda inspira preocupação. Um prejuízo operacional de R$ 5,5 bilhões foi registrado no terceiro trimestre de 2022.

NO VERMELHO 2 Na somatória, já são seis trimestres com resultados operacionais negativos, além de um índice de sinistralidade (relação entre despesas assistenciais e as receitas) próximo a 90%.

DESAFIO "A saúde suplementar se vê diante do desafio de garantir a sustentabilidade do setor em meio às profundas transformações sociais, econômicas e tecnológicas ocorridas nas últimas décadas", afirma a diretora-executiva da FenaSaúde, Vera Valente.

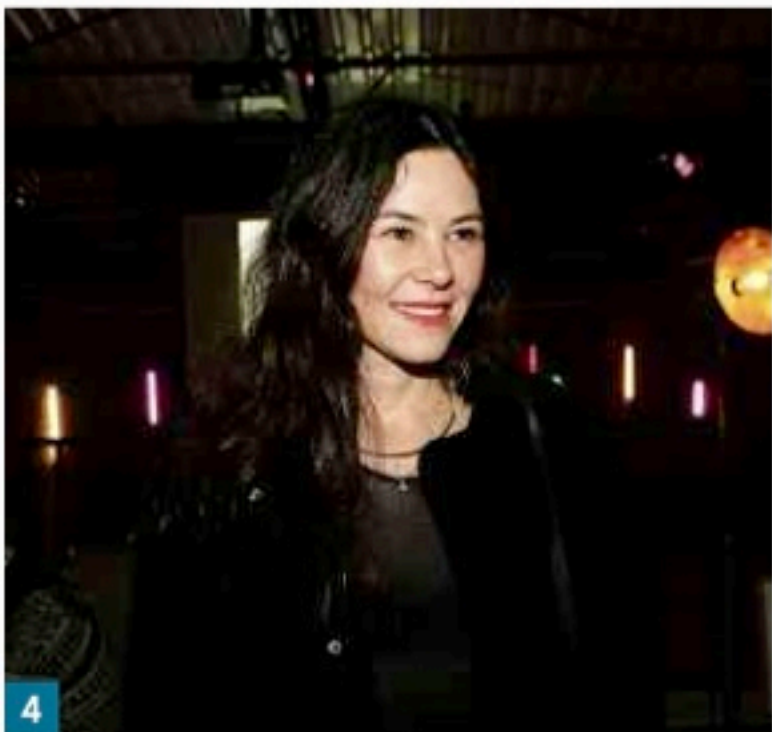
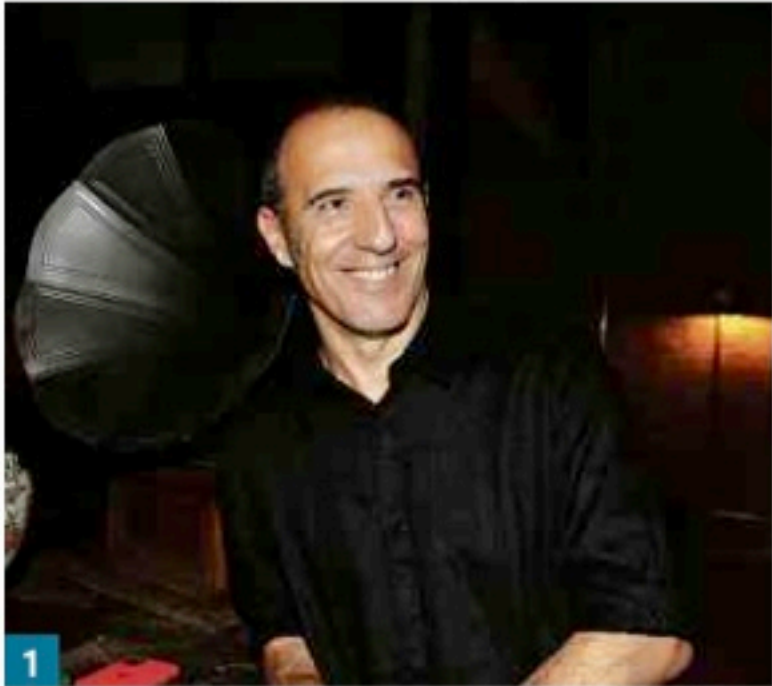
DESAFIO 2 "A principal missão do setor está na ampliação do acesso aos serviços de assistência médico-hospitalar de qualidade no país. Para isso, defendemos uma série de mudanças, como a modernização do marco regulatório do setor, o controle de custos em saúde, a maior flexibilidade para alteração da rede assistencial e a melhor integração entre a saúde suplementar e o SUS", acrescenta a diretora-executiva da entidade.

CARA NOVA O Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) elegeu o advogado Guilherme Ziliani Carnelós, sócio do escritório Rahal, Carnelós e Vargas do Amaral Advogados, como o seu novo presidente. Seu mandato durará até 2025.

NOVA 2 Já a vice-presidência da instituição será ocupada no próximo triênio pela advogada e coordenadora do núcleo de enfrentamento à violência institucional da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP, Priscila Pamela dos Santos.

NOVA 3 Os advogados Roberto Garcia e Fábio Tofic Simantob, por sua vez, foram conduzidos respectivamente à presidência e à vice-presidência do Conselho Deliberativo do Instituto de Defesa do Direito de Defesa, fundado pelo ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos (1935-2014).

PALCO

Fotos Greg Salibian/Folhapress

O cantor, escritor e jornalista Cadão Volpato 1 se apresentou ao lado do músico Tom Volpato 2, seu filho, na noite de quinta-feira (22), no Galpão Olga, em São Paulo. A consultora de arte Patricia Olivetto 3 e a designer Roberta Cardoso 4 foram prestigiar a dupla

DESEMBARQUE O monólogo "Ficções", estrelado por Vera Holtz e idealizado pelo produtor Felipe Heráclito Lima, fará uma temporada de dois meses no Teatro Faap, em São Paulo. Sua estreia está prevista para o próximo 19 de janeiro.

DESEMBARQUE 2 Inspirado no livro "Sapiens", do historiador Yuval Noah Harari, o espetáculo teve seus ingressos esgotados no CCBB do Rio de Janeiro neste ano. O texto e a direção são de Rodrigo Portella. O músico Federico Puppi assina a trilha inédita e toca instrumentos durante a peça.

SINAL A Prefeitura de São Paulo afirma que mais de 100 mil uniformes e kits de material escolar para estudantes da rede municipal já foram vendidas por meio de créditos disponibilizados pela gestão da cidade. O acesso a esses benefícios pôde ser feito no último dia 12. O objetivo é que as famílias possam fazer as compras com antecedência.

SINAL 2 Os responsáveis pelos alunos podem escolher os itens necessários dentro dos kits e dos valores disponibilizados. Para a compra de uniforme, por exemplo, o valor do benefício é de R$ R$ 573. Para o material escolar do fundamental, o crédito é R$ R$ 201.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

MELHORES EXPOSIÇÕES DO ANO

SILAS MARTÍ
Editor da Ilustrada

- **Bienal de Veneza 2022** (Giardini e Arsenale, em Veneza)
- **Judith Lauand: Desvio Concreto** Até 2/4/2023. No Museu de Arte de São Paulo - av. Paulista, 1.578, São Paulo. R$ 50
- **Calder + Miró** (Casa Roberto Marinho)
- **Aberto 01 e Diálogo Bardi Bill** (Casa Oscar Niemeyer e Casa Zalszupin)
- **Anna Maria Maiolino: PSSSIIIUUU...** (Instituto Tomie Ohtake)

GUSTAVO ZEITEL
Repórter da Ilustrada

- **O Rinoceronte: Cinco Séculos de Gravuras do Museu Albertina** (Instituto Tomie Ohtake)
- **Pelas Ruas: Vida Moderna e Experiências Urbanas na Arte dos Estados Unidos, 1893-1976** (Pinacoteca)
- **O Verão de 1945 na Itália: A Viagem de Lina Bo nas Fotografias de Federico Patellani** (Instituto Italiano de Cultura)
- **Liuba: Corpo Indomável** (MuBE)
- **Descer da Nuvem** Até 29/1/2023. No Museu Judaico de São Paulo - r. Martinho Prado, 128, São Paulo. R$ 20

JOÃO PERASSOLO
Repórter da Ilustrada

- **Cartografia de Mundos Inexistentes** (MAC-USP)
- **Cinthia Marcelle: Por Via das Dúvidas** (Masp)
- **Orgânico Sintético e Zalszupin 100 anos** (Museu da Casa Brasileira e Casa Zalszupin)
- **Daido Moriyama: Uma Retrospectiva** (IMS)
- **Paisagem Construída: São Paulo e Burle Marx** (Centro Cultural Fiesp)

'Mulher Fumando (Abraço)', de 1969, na exposição de Judith Lauand Divulgação

Grupo ativista Just Stop Oil ataca um quadro de Van Gogh em outubro AFP

Primeiras visitas ao Museu do Ipiranga após a reabertura Zanone Fraissat/Folhapress

Fotografia feita em 1996 foi uma das origens da polêmica no Masp André Vilaron

Detalhe da obra 'People's Justice', do coletivo Taring Padi, da Indonésia, acusada de antissemitismo ao ser exibida na Documenta, em Kassel, na Alemanha Reprodução

Corda bamba

Continuação da pág. B7

O naufrágio de Kassel contrastou com a boa recepção da Bienal de Veneza, o evento mais importante das artes visuais junto com a Documenta. Esta edição da exposição italiana foi marcada pela presença recorde de artistas mulheres e não binários entre os 200 nomes selecionados.

"Quando olhamos as bienais do passado, é estarrecedor ver como sempre foi baixo o número de mulheres", disse a curadora da exposição, Cecilia Alemani. "O fato de haver agora uma maioria delas tem a ver com imaginar um mundo em que o homem branco europeu não esteja no centro."

Quem foi a Veneza se deparou com dezenas de obras sobre a fusão corpo e máquina e setores dedicados às pinturas surrealistas e algo aterrorizantes da portuguesa Paula Rêgo —morta em junho— e à arte da precariedade da chilena Cecilia Vicuña, que faz grandes instalações contra a destruição da natureza.

Houve ainda uma presença expressiva de artistas brasileiros, com a participação de Jaider Esbell, Lenora de Barros, Luiz Roque, Rosana Paulino e Solange Pessoa.

Os principais museus sofreram com os ataques às obras de arte. Para chamar atenção para a causa ambiental, grupos de militantes danificaram telas de Van Gogh, Monet e Vermeer. Em outubro, eles chegaram a jogar sopa em "Girassóis", um dos principais quadros de Van Gogh, em exposição na National Gallery, em Londres.

A discussão sobre a representatividade nas artes foi puxada no Brasil pelo centenário da Semana de Arte Moderna de 1922, com uma série de mostras revisionistas.

O Theatro Municipal de São Paulo, palco do evento original, recebeu sua primeira exposição de arte desde 1922. "Contramemória" tinha uma maioria de artistas negros, indígenas e mulheres, questionando o papel central que o homem branco teve na exposição do início do século 20.

Já o Instituto Tomie Ohtake recebeu uma das exposições internacionais mais aguardadas do ano. "O Rinoceronte: Cinco Séculos de Gravuras do Museu Albertina" contou a história da arte ocidental a partir do acervo da famosa instituição vienense.

Com obras de Albrecht Dürer a Picasso, a mostra abrangeu o período entre 1466 a 1991 em 154 gravuras.

Judith Lauand, primeira artista concretista do Brasil, também completou cem anos em maio e ganhou uma grande retrospectiva, ainda em exposição no Masp. Mas não teve a oportunidade de visitar a mostra —morreu no início de dezembro, deixando um legado expressivo da presença feminina num círculo artístico de poderio masculino.

Fora das instituições, 2022 marcou o aquecido retorno pós-pandemia de todo o circuito de feiras de arte.

Em São Paulo, antes dominada pelas duas edições anuais da SP-Arte, surgiram mais dois eventos comerciais, a Art Sampa, uma filial local da ArtRio, e a ArPa, congestionando o calendário e exigindo do bolso dos colecionadores.

De acordo com um estudo publicado em novembro pelo banco UBS e pela feira Art Basel, cada colecionador de alto poder aquisitivo nos principais países consumidores de arte gastou em média cerca de R$ 925 mil em obras só no primeiro semestre de 2022.

A cifra é maior do que a de todo o ano passado —R$ 843 mil — e de 2019 —R$ 514 mil.

São Paulo ainda ganhou o Museu do Ipiranga reformado, depois de uma briga entre o governo estadual e o federal. Aos cofres públicos, a revitalização do museu custou R$ 235 milhões. Parte dos 3.500 objetos agora em exposição nunca tinham sido exibidos.

Em dado momento, o secretário de Cultura e Economia Criativa, Sérgio Sá Leitão, chegou a denunciar uma suposta apropriação da obra de renovação pelo bolsonarismo.

"É um absurdo que o governo federal tente capitalizar em cima da entrega do Museu do Ipiranga. Ele não fez nada para que isso acontecesse, a não ser sua obrigação de disponibilizar os incentivos fiscais da Lei Rouanet", afirmou.

A luz doirada

Esquece cor de calcinha e pular ondinha: sorte é ter um inóspito Ano-Novo

Bia Braune
Jornalista e roteirista, é autora do livro 'Almanaque da TV'. Escreve para a TV Globo

A ordem era formar um círculo, fechar os olhos e imaginar uma luz doirada —assim mesmo, em português castiço— percorrendo nossos corpos. Mas burlando a vigilância de Tia Célia e abrindo os olhos para espiar, o que sentíamos era câibra nas pernas e vontade de rir.

"Shhhh, foco na luz! Ou o ano vindouro será lôbrego e nefasto!"

Na "tioria", funcionava — pois assim Tia Célia falava "teoria". Viúva de um gramático, autor de "O Fator Psicológico na Evolução Sintática" e "Dicionário das Dificuldades da Língua Portuguesa", tinha um vocabulário escorreito. Isso e o diploma num curso de poder da mente que lhe conferia credenciais de sacerdotisa dos tesauros e demais emanações léxicas. "Homessa! A que horas passaremos à praia?"

Pela primeira vez a recebíamos num Réveillon, o que deixava meus pais tensíssimos. Por mais que Tia Célia fosse espiritualizada, razão em si do convite, acreditavam que qualquer mudança nos rituais do dia 31 poderia alterar o fluxo cósmico de nossa prosperidade.

Até Tio Vando, que anos antes se atrevera a fatiar um panetone na horizontal, foi obrigado a aposentar sua técnica. Reza a lenda que aquilo desequilibrara o universo, a ponto de os vizinhos terem se separado e do Fluminense ter caído para a terceira divisão.

Pródiga e gentil, mas sem intimidade com ninguém, Tia Célia distribuiu lembrancinhas trágicas. Um terço de madrepérola para Tia Zuma, comunista e ateia. Loção pós-barba para um sobrinho que vivia de covers do Raul Seixas. Vinho rosé para uma concunhada recém-saída da "rehab" e um Snoopy para mim, que já tinha quase idade para ser presa. Quando tirei o boneco da caixa, se esfarelou. "Ah, é porque tava guardado desde 1980, quando fui a Nova York."

Nisso, a campainha. Eram minhas primas mais velhas: todas de preto. "Boas festas!", berraram. "É um inóspito Ano-Novo", completou Tia Célia, abanando minha mãe. Já não havia como a luz doirada nos redimir.

À meia-noite, papai pulou o triplo de ondinhas. Abraçados, fizemos um único pedido: que viesse o menos pior. Talvez se sentindo culpada, Tia Célia deitou a garrafa de rosé na oferenda alheia, sem dizer palavra (fácil ou difícil). O Snoopy alguém jogou no mar.

Resultado: aquele ano veio a ser o melhor de nossas vidas. Passei no vestibular, os vizinhos reataram como "trisal" e o Flu brilhou na segunda divisão. O único azar foi Tia Célia nunca mais ter voltado. Levou sua luz doirada para coruscar nos Réveillons de Salvador. Iemanjá e ela tinham muito a brindar.

Marcelo Martinez

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | **TER. Manuela Cantuária** | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Programa especial feito por Pedro Bial celebra a carreira de Luan Santana

Som Brasil Apresenta: 15 Anos de Luan
Globo, 22h25, livre
Produzido pela equipe do Conversa com Bial, este programa mistura música, jornalismo e dramaturgia para revisitar os 15 anos de carreira de Luan Santana, que se tornou um grande astro com seu som sertanejo de pegada pop. O próprio Pedro Bial aparece contracenando com o cantor em cenários que remetem aos do show "Luan City", como um bar, um avião e um cinema.

The Witcher – A Origem
Netflix, 16 anos
Mais de mil anos antes dos acontecimentos de "The Witcher", sete párias do mundo dos elfos se unem para combater um poderoso império. Michelle Yeoh estrela esta minissérie dividida em quatro episódios que é derivada de uma das séries mais populares da plataforma.

Uma Noite em Bangkok
Telecine Premium, 22h, 16 anos
Um homem vai à capital da Tailândia para eliminar os assassinos da família de sua filha e contrata uma motorista para o conduzir pela cidade. Thriller com Mark Dacascos.

Roda Viva
Cultura, 22h, livre
Reprise da entrevista com Gilberto Gil, que foi ao ar em maio. Na bancada está a filósofa Djamila Ribeiro, também colunista deste jornal.

Cidade Alerta – Grandes Casos
Record, 22h30, livre
O programa policialesco faz retrospectiva das principais reportagens exibidas ao longo do ano. Entre elas, uma entrevista com Margarida Bonetti, que ganhou notoriedade graças ao podcast "A Mulher da Casa Abandonada", deste jornal.

Imortais da Academia
Curta!On, grátis
A plataforma disponibiliza para não assinantes o episódio da série sobre a escritora Nélida Piñon, que morreu no último dia 17. Acesso a partir da Claro TV ou do site curtaon.com.br.

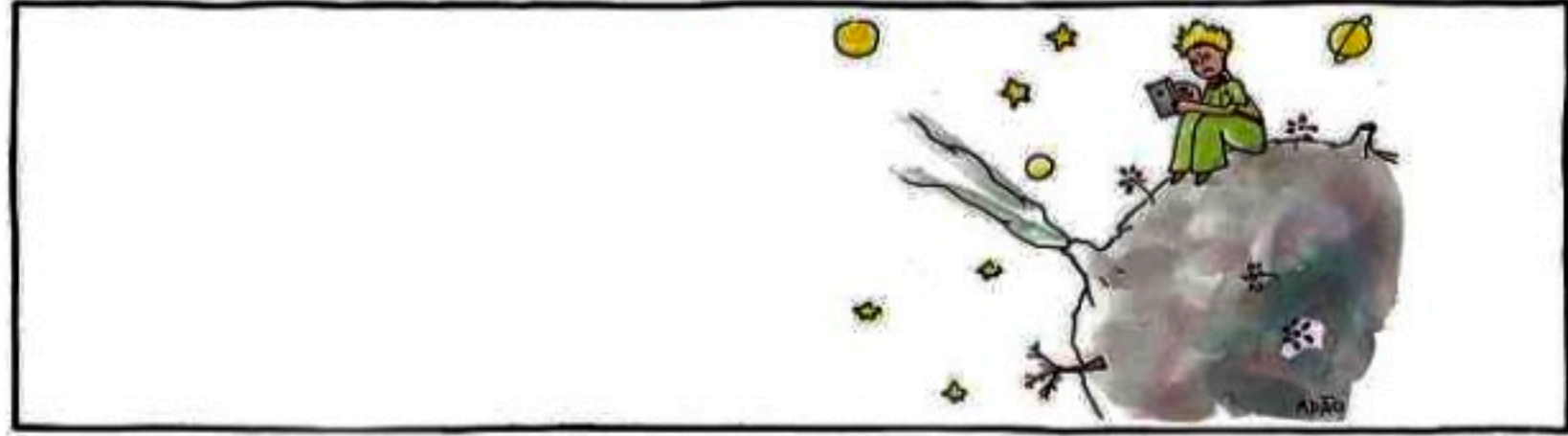
Fome Fala
Spotify e YouTube do Rango de Classe
Neste podcast de ficção científica produzido pelo coletivo Rango de Classe, dois moradores de favela discutem a fome em sentido amplo —não só a física, mas também a dos sonhos, do futuro e outras.

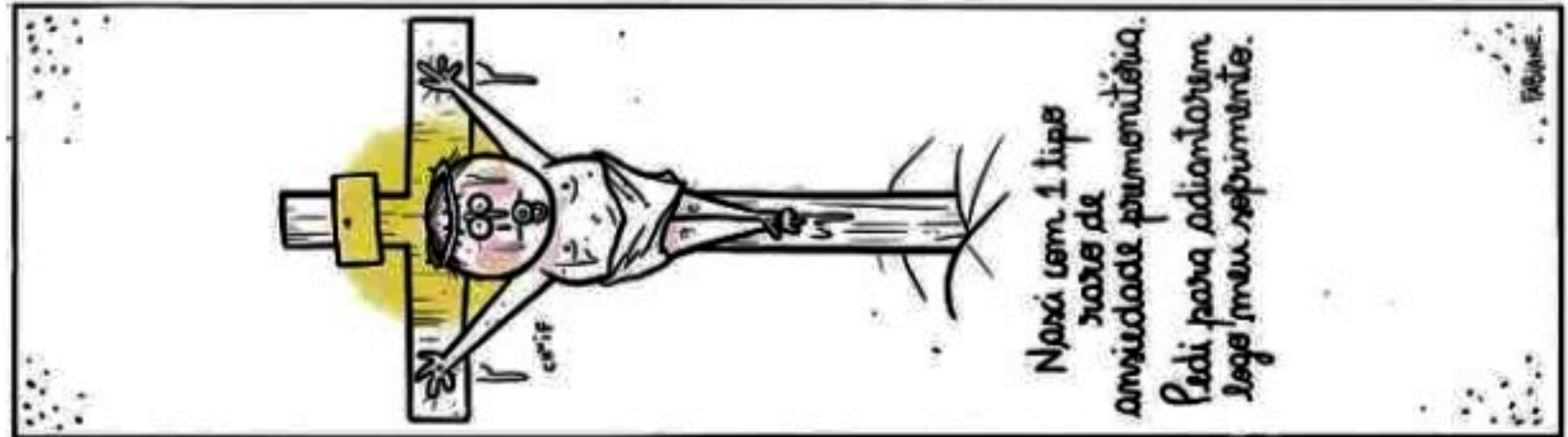
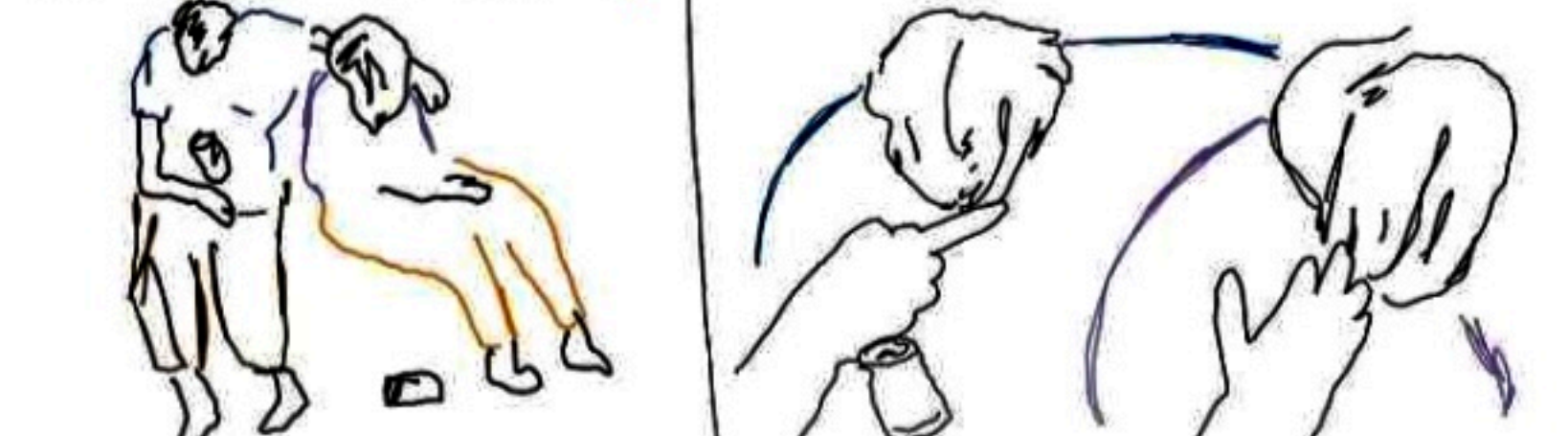
QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

A Vida Como Ela Yeah *Adão Iturrusgarai*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

FÁCIL

7	3						1	
		1				4	3	
					9	6		
	7	2		5				6
9			6		2			1
8				4		3	2	
		7	5					
	4	3				2		
	8						5	4

O Sudoku é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

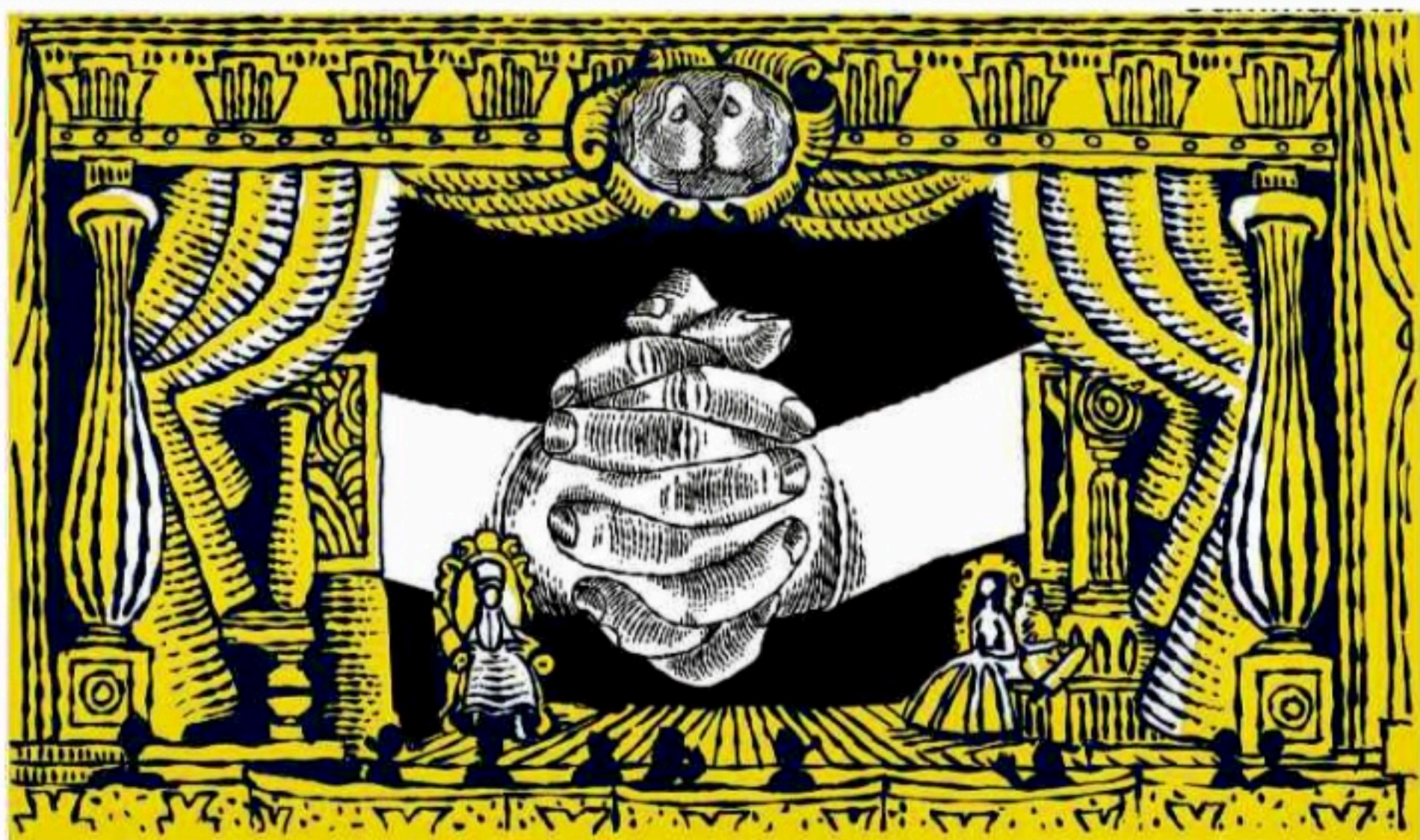
SOLUÇÃO

7	3	8	4	2	6	5	1	9
6	9	1	8	7	5	4	3	2
4	2	5	3	1	9	6	8	7
3	7	2	1	5	8	9	4	6
9	5	4	6	3	2	8	7	1
8	1	6	9	4	7	3	2	5
2	6	7	5	8	4	1	9	3
5	4	3	7	9	1	2	6	8
1	8	9	2	6	3	7	5	4

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Qualquer tampa que protege mecanismos ou motores / Vasilha própria para o mate **2.** Que se pode impedir de ver ou de ser visto **3.** Brincadeira de carnaval, disfarça a identidade **4.** Paulo Gustavo (1978-2021), ator e humorista de "Minha Mãe é uma Peça" / Precipício **5.** Alcançar o resultado esperado / A primeira e a última letra do nosso alfabeto **6.** A jornalista de moda Pacce **7.** Escolha dos grãos do café / Sigla do material usado na produção de frascos de refrigerante **8.** Pequena enseada / Uma forma carinhosa da criança chamar seu genitor **9.** Um bicho como o tuiuiú ou a rolinha / Nuvem das camadas altas da troposfera **10.** Sigla do estado de Juazeiro e Ilhéus / Receber ondas radiofônicas **11.** País cuja capital é Tirana **12.** Insana, louca / Abrev.: dicionário **13.** Brincadeira, zombaria.

VERTICAIS
1. Trama, intriga / O sexto dia da semana **2.** Um gesto de afeto / Animal que relincha **3.** Líquido amarelado que se forma em uma inflamação / Diz-se das frutas secas, cobertas com açúcar cristalizado / (Apple) O apelido de Nova York **4.** Um dos mais populares e versáteis cômicos do Brasil (1906-1970) / Qualquer (relativamente a um conjunto de que é parte) **5.** Ciência oculta que pretende estabelecer comunicação com os espíritos / Um curso d'água como o de Suez **6.** Região do Ceará que abrange Crato e Juazeiro do Norte / Xixi **7.** Frutos com que se produz vinho / Separado **8.** Instituto de Engenharia / Método particular de fazer algo / Itamar Franco (1930-2011), presidente do Brasil **9.** O executor de uma sentença de morte / Que não se traduz em fatos (fem.).

HORIZONTAIS: 1. Capô, Cuia, **2.** Ofuscável, **3.** Máscara, **4.** PG, Abismo, **5.** Lograr, AZ, **6.** Lilian, **7.** Cata, Pet, **8.** Saco, Paiê, **9.** Ave, Cirro, **10.** BA, Captar, **11.** Albânia, **12.** Doida, Dic, **13.** Galhofa. **VERTICAIS: 1.** Complô, Sábado, **2.** Afago, Cavalo, **3.** Pus, Glacê, Big, **4.** Oscarito, Cada, **5.** Cabala, Canal, **6.** Cariri, Pipi, **7.** Uvas, Apartado, **8.** IE, Maneira, IF, **9.** Algoz, Teórica.

Ricardo Cammarota

Da necessidade do bem

Platão foi o maior, pois viu que o problema não é a existência de Deus algum

Luiz Felipe Pondé

Escritor e ensaísta, é autor de 'Notas sobre a Esperança e o Desespero' e 'Política no Cotidiano'. É doutor em filosofia pela USP

O que haveria em disciplinas como psicanálise, ciências sociais e positivismo lógico que poderíamos considerá-las causadoras de niilismo, ou seja, da negação de que exista qualquer moral que não seja um salve-se quem puder?

O niilismo —termo derivado de "nihil" em latim, que significa nada— é o conceito supremo da modernidade. Nada existe de valor a não ser invenções humanas que passam como nuvens passam —e dinheiro, claro, é o mais permanente de todos os valores modernos. Portanto, a rigor, somos livres para fazer o que quisermos já que, ao fim e ao cabo de tudo, resta nada. Apenas poeira cósmica.

Difícil essa questão, não só para você que talvez não esteja familiarizado com o vocabulário filosófico, mas para qualquer pessoa que tenha estômago fraco. Mas voltemos para a pergunta inicial e indiquemos quem a está fazendo.

Por que a psicanálise, as ciências sociais e o positivismo lógico causariam niilismo?

A psicanálise reduziria tudo a um draminha psicológico —ou do bem ou do mal. As ciências sociais, por sua vez, reduziriam tudo às forças e relações sociais, inclusive a busca do bem ou do mal. O positivismo lógico reduziria tudo ao jogo de palavras numa frase, ou seja, tudo é puro efeito de linguagem, inclusive a busca do bem ou do mal.

Os positivistas lógicos, filósofos analíticos da linguagem, são descritos pela filósofa irlandesa, radicada na Inglaterra, Iris Murdoch (1919-1999) como os "mercadores da semântica" por brincarem com coisas sérias como a validade do bem, como se este fosse mero jogo de palavras numa frase dita por qualquer um.

Aliás, a questão posta na abertura desta coluna é dela mesma. Na sua coletânea "Existentialists and Mystics: Writings on Philosophy and Literature", ou existencialistas e místicos, escritos sobre filosofia e literatura, editado por Peter Conradi —sem tradução no Brasil—, a filósofa e escritora enfrenta, entre outros temas, o existencialismo francês e seu niilismo a partir dos anos 1950.

Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Albert Camus e Gabriel Marcel, todos existencialistas, ao reduzirem a atribuição de sentido da vida a mera subjetividade, faziam de qualquer inquietação moral humana uma terra arrasada.

Se tudo é subjetivo, nada vale mais do que uma tara qualquer. Se tudo é social, nada vale mais do que uma mentira institucionalizada. Se tudo é jogo de linguagem, nada vale mais do que frases de efeito.

Iris Murdoch não era religiosa, mas sabia que a redução da moral ao mundo psíquico, social ou linguístico, como fenômenos derivados das fantasias ou obsessões, imposições sociais ou jogos de palavras, abriria as portas para o vale tudo como decorrência. Resumindo a ópera: o conteúdo dessas três disciplinas implica a negação de todo e qualquer fundamento. Tudo que o homem inventa é uma nuvem de nadas.

Não por acaso, ela considerava Platão o maior de todos os filósofos e admirava a metafísica como "guia para a moral", título de uma outra obra sua, "Metaphysics as a Guide to Morals", metafísica como guia para a moral, também sem tradução. No Brasil, temos traduzido uma das suas obras capitais, "A Soberania do Bem", pela editora da Universidade Estadual de São Paulo, a Unesp.

Platão foi o maior porque entendeu que o problema não é a existência de Deus algum, mas uma vida pautada pelo bem como necessário. Atos ou instituições humanas mutáveis não são mais do que nuvens que passam. O bem, o amor, a generosidade, a humildade, o cuidado, a sinceridade é que importam.

E se alguém perguntar "afinal, importam para quê, se somos imperfeitos e efêmeros?". A rigor, não importam para nada. Por isso mesmo importam tanto: são um fim em si mesmos. Para Iris Murdoch, mesmo sem Deus, a necessidade do bem permanece de pé porque essa necessidade é que nos mantém de pé.

Como diz Gabriel Marcel, de todos os existencialistas, aquele que talvez ela achasse menos niilista, sem a atenção ao mistério, típico ato de nossa civilização desenraizada, sem vínculos com a inquietação do ser, "tenderemos todos a nos tornar burocratas". Burocratas do nada.

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

Jorge Amado 'profanou o livro e sacralizou a rua', diz Simas

INDEPENDÊNCIA, 200

Gabriel Araújo

BELO HORIZONTE Morto há pouco mais de duas décadas, Jorge Amado se mantém como um escritor imperativo para falar sobre a identidade brasileira.

Não à toa, quatro de seus livros foram indicados em 200 anos, 200 livros, iniciativa da **Folha**, da Associação Portugal Brasil 200 anos (APBRA) e do Projeto República (núcleo de pesquisa da UFMG). Por meio de recomendações de 169 intelectuais da língua portuguesa, o projeto apresentou 200 obras importantes para entender o país.

"A obra de Jorge Amado vê na brasilidade a solução para o Brasil", diz o escritor e historiador Luiz Antônio Simas, que participou, na última semana, do oitavo diálogo do ciclo Perguntas sobre o Brasil.

"O que ele está propondo é um mergulho profundo nas brasilidades para que a gente tente subverter e transgredir esse projeto de exclusão que é o Brasil", diz Simas.

Promovido pelo Centro de Pesquisa e Formação (CPF) do Sesc São Paulo, pela APBRA e pela própria **Folha**, o ciclo vem reunindo, desde setembro deste ano, convidados de diferentes perfis para tratar temas variados da contemporaneidade —à luz das obras indicadas pelo projeto 200 anos, 200 livros.

Nesta última edição, Simas, também compositor e coautor do livro "Dicionário da História Social do Samba", vencedor do Prêmio Jabuti de Livro de Não Ficção em 2016, juntou-se à jornalista, escritora e doutora em história pela USP Josélia Aguiar para responder à pergunta: o Brasil ainda se vê nos livros de Jorge Amado?

Para ambos, sim. "Jorge Amado pensa muito a Bahia e, a partir dela, está pensando boa parte do Brasil", diz Aguiar, que publicou em 2018 o livro "Jorge Amado: Uma Biografia", também vencedor do Jabuti.

"O Brasil sempre teve muita dificuldade de se ver nos livros do Jorge Amado", ela pondera, destacando a insistência da crítica especializada em colocar o autor na categoria de literatura regional.

"O que mais me impressionava, quando eu lia livro por livro, era o quanto aquilo podia ter sido escrito naquele momento [da pesquisa para a escrita da biografia]. Tudo era atual. Ele antecipou problemas que se tornaram mais difíceis para o país, como a questão da infância nas ruas", diz a biógrafa.

É o caso de "Capitães da Areia" (1937), um dos livros indicados entre as 200 obras.

Simas, que propôs uma abordagem para entender a contribuição de Jorge Amado a partir da historiografia, afirma que o escritor "foi o sujeito que profanou o livro e sacralizou a rua".

"Profanou no melhor sentido", diz ele. "Profanou porque eu descobri, com Jorge Amado, que podia me lambuzar do livro e ter relação lúdica e intelectual com a obra. E ele me mostrou que a rua tem as suas instâncias de sacralidade."

Para Simas, "Jorge Amado é uma chance que o Brasil tem de sair do labirinto para chegar à encruzilhada". Ele pega emprestada a noção de encruzilhada das tradições afro-brasileiras para descrever lugar de "impossibilidade da pureza, em que você se contamina por outras presenças".

Foto da artista britânica Maureen Bisilliat inspirada na obra de Jorge Amado Maureen Bisilliat/Reprodução

As obras do autor baiano descortinariam um país que se forma na "dimensão da rasura, da sujeira no nosso processo de formação", diz Simas.

Essa característica é conquistada, como ressaltaram os debatedores, de forma acessível. "Ele foi muito combatido como autor que pretendia ser popular, que chegava a uma população muito ampla, inclusive de não leitores", disse Aguiar. "Este é um momento da gente pensar o quanto precisávamos ter sido muito mais generosos com autores populares."

A edição, mediada pela pesquisadora do CPF e doutora em música Flavia Prando, também debateu racismo e direitos das mulheres. E lembrou curiosidades da vida e da produção do escritor baiano.

A conversa foi transmitida pelos canais do Sesc São Paulo, do Diário de Coimbra e da APBRA no Youtube (https://youtu.be/Vi2wD7pPB8o). A próxima edição do ciclo, com a pergunta "Como afastar o país de suas raízes autoritárias?", será em 18 de janeiro, às 16h, com transmissão nos canais citados. A partir de fevereiro de 2023, o ciclo retoma discussões a cada duas semanas.

IMAGENS DO ANO

Como os fotógrafos da Folha retrataram 2022

novembro

A humanidade atinge a marca dos 8 bilhões, de acordo com estimativa da ONU, em data simbólica de 15 de novembro, próximo do nascimento de diversos bebês, como Beatriz Ferreira, que nasceu no Hospital Albert Einstein, em São Paulo; o marco anterior, de 7 bilhões, fora alcançado em 2011 Lalo de Almeida/Folhapress

ACERVO FOLHA

Há 100 anos
26.dez.1922

Palestra Italia faz 3 gols e recua, mas segura vitória sobre o Corinthians

O Palestra Italia abriu vantagem de três gols, recuou demais e por pouco não deixou a escapar a vitória sobre o Corinthians, neste domingo (24), pelo Campeonato Paulista. O placar foi 3 a 2.

Merecem destaques as condutas das duas equipes bem como das torcidas que ambos clubes levam às praças de esportes quando se enfrentam.

O time alvinegro, que foi criticado em outros jogos, portou-se contra o Palestra do modo mais admirável possível, fazendo jus aos aplausos dos esportistas. Ninguém desconhecia a fama do Corinthians de clube "pesado", qualidade que o tornou um dos competidores mais temíveis.

Folha da Noite

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

MENSAGEIRO SIDERAL

Salvador Nogueira
folha.com/mensageirosideral

Desvio de asteroide, início da volta à Lua e sucesso do Webb marcaram 2022

Aproveitando a data festiva, vamos relembrar os momentos mais importantes da exploração espacial e da astronomia em 2022. Confira o Top 5 do Mensageiro Sideral.

5) China conclui estação espacial

Em outubro, o programa espacial chinês concluiu a construção de sua estação própria, a Tiangong, com seus três módulos. Além da capacidade para conduzir experimentos no espaço, a China tem planos ousados de colocar um telescópio da classe do Hubble na mesma órbita entre 2023 e 2024, o que permitiria reparos e atualizações constantes por astronautas. Os chineses não estão para brincadeiras, em que pese que seus estágios de foguete seguem caindo de forma descontrolada na Terra.

4) O "nosso" buraco negro

Em maio, o consórcio reunido no EHT, o Telescópio do Horizonte dos Eventos, apresentou a primeira imagem do buraco negro supermassivo que mora no coração da Via Láctea. Foi longa a espera desde a apresentação da primeira imagem da sombra de objeto desse tipo, capturada pela mesma equipe e exibida em 2019. Na ocasião, era o buraco negro do centro da galáxia M87, com massa de 6,5 bilhões de sóis. Embora muito mais próximo, o da Via Láctea é bem menor, com massa de 4 milhões de sóis, o que justifica o desafio.

3) O início da volta à Lua

A Nasa iniciou para valer sua jornada de retorno tripulado à Lua com o lançamento, em novembro, da missão Artemis 1. Foi o primeiro voo bem-sucedido do superfoguete SLS, colocando uma cápsula Orion numa viagem até uma órbita alta da Lua e então de volta à Terra, totalizando 25,5 dias no espaço. Tudo correu bem, e agora o caminho está livre para que a agência espacial americana promova, em dois anos, a primeira missão com astronautas além da órbita da Terra desde a Apollo 17, conduzida há exatas cinco décadas.

2) 1ª deflexão de asteroide

Nunca antes na história deste planeta houve uma espécie que não estivesse indefesa caso um asteroide estivesse em rota de colisão com ele. Depois de 2022, esse já não é mais o caso para a humanidade. A missão Dart, da Nasa, demonstrou pela primeira vez a capacidade de alterar a órbita de um astro celeste, ao simplesmente dar uma pancada no asteroide Dimorfo, de 170 m, a 22,5 mil km/h. O impacto, ocorrido em 26 de setembro, alterou seu período orbital em 32 minutos, demonstrando a viabilidade da técnica de deflexão.

[...]

A Nasa iniciou para valer sua jornada de retorno tripulado à Lua com o lançamento, em novembro, da missão Artemis 1

1) O grande sucesso do Webb

Lançado há um ano, o Telescópio Espacial James Webb, fruto de parceria entre Nasa, ESA e CSA (agências dos EUA, da Europa e do Canadá), mergulhou mais fundo que qualquer outro na observação dos confins do Universo, revelando algumas de suas galáxias mais antigas, de uma época em que o cosmos tinha só uns 300 milhões de anos. O telescópio também fez observações inéditas de exoplanetas, e a Nasa está fazendo suspense para os primeiros resultados sobre os planetas de Trappist-1, um sistema com sete mundos, três dos quais na zona habitável. A agência promete novidades de lá com o ano novo, o que é (mais um) motivo para comemorar.